

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TJSC / 2005

DES. JORGE MUSSI

Presidente



APRESENTAÇÃO



PRESIDÊNCIA

O Poder Judiciário de Santa Catarina, preocupado em prestar um atendimento jurisdicional ágil e eficiente, ainda que contingenciado por dificuldades financeiras, idealizou e colocou em prática, nestes últimos dois anos, projetos que procuraram aliar criatividade e esforço pessoal de seus mais próximos colaboradores em busca de soluções simples, porém eficazes, em benefício da sociedade catarinense.

Todo o trabalho realizado, que poderá ser conferido neste substancioso relatório de gestão, só foi possível, é bom que se frise, graças ao espírito vocacionado e empreendedor dos magistrados de 1º e 2º graus e também dos nossos dedicados servidores.

Iniciamos, em 2004, um programa de ações voltadas para desafogar a Justiça de 1º Grau. Já em nosso discurso de posse, aliás, em 1º de fevereiro daquele ano, anunciamos que se administraria com “os olhos voltados para o primeiro grau de jurisdição”. Preocupação mais do que pertinente, quando se sabe que tramitam, hoje, nas 110 comarcas catarinenses, sob responsabilidade de pouco mais de 320 juízes, cerca de 1,5 milhão de processos. Neste sentir, um projeto, em especial, ganhou relevância e foi prioridade desta Administração, que vislumbrou na conciliação a forma de agilizar o andamento dos processos em suas principais comarcas.

Dentro deste contexto é que implantamos em nosso Estado os mutirões da conciliação. Inicialmente, ainda em 2004, em projeto-piloto, testado com sucesso em comarcas de pequeno, médio e grande porte, os três Mutirões da Conciliação e da Cidadania, como acabaram batizados, realizados naquele ano, aconteceram nas comarcas de São João Batista, Blumenau e Jaraguá do Sul, este último envolvendo também a comarca de Guaramirim. Os números obtidos demonstraram que se estava trilhando o caminho correto.

O primeiro mutirão ocorreu em São João Batista, quando foram realizadas quase 900 audiências e registrado um índice de conciliação de 73,6%, com a participação de 45 conciliadores, durante um dia de trabalho. Na segunda edição, em Blumenau, em agosto, o número de audiências chegou a 2,7 mil, com registro de êxito em 90,5% dos casos, contando com 200 conciliadores, em dois dias de evento. O mutirão de Blumenau, realizado nos pavilhões da Proeb, foi o maior evento do gênero já realizado em todo o país, segundo o instituto de pesquisa Ranking Brasil, que inclusive expediu certificado neste sentido ao Tribunal de Justiça. No último evento do gênero de 2004, em Jaraguá do Sul, 200 conciliadores trabalharam sobre quase 3 mil processos, durante três dias, para, ao final, atingir índice

PRESIDÊNCIA

de sucesso em 87% dos casos.

Com resultados animadores, o projeto teve seu coroamento em 2005, quando partimos para a realização de dois grandes eventos, denominados 1ª e 2ª Semana do Mutirão da Conciliação, com abrangência estadual. Para trabalhar de forma coesa e integrada, com servidores e colaboradores imbuídos do espírito da conciliação, foram promovidas duas semanas de treinamento, reunindo mais de 600 pessoas na Capital, em busca do sempre necessário aprimoramento. O comprometimento de todos os envolvidos no processo, assim como a sensibilização para as práticas conciliatórias, foram fundamentais para o bom desempenho obtido nas edições seguintes.

Dois grandes mobilizações cívicas foram notadas em todo o Estado, tanto no primeiro quanto no segundo semestre, com o registro em pauta de mais de 150 mil processos, sendo que 75% deles foram encerrados a partir da conciliação das partes. Tudo isso a custo zero, uma vez que os mais de mil conciliadores atuantes foram recrutados entre estagiários e acadêmicos de Direito voluntários. O êxito obtido demonstrou que, não obstante a premente necessidade por reformas infraconstitucionais que possam garantir almejadas alterações em nossa processualística, ritos próximos à essência da Justiça, cujo maior objetivo é a pacificação

social, podem bem servir aos interesses pontuais de acelerar a prestação jurisdicional àqueles que se dispõem ao diálogo. Estes números atestam, igualmente, o reconhecimento ao esforço de todos os envolvidos em busca de soluções práticas para um problema tão latente, qual seja, a propalada morosidade da Justiça.

A semente da conciliação, em formato de mutirão, parece ter sido lançada em solo fértil, como atestam os diversos eventos desta natureza que começaram a se propagar por várias comarcas do Estado, em iniciativas dos próprios juízes locais, em total harmonia com os demais operadores do Direito e também das partes. A estratégia é clara, está solidificada no Estado e pode ser aplicada em qualquer unidade da federação que tenha por pretensão acelerar o ritmo de resolução de ações de uma forma dinâmica, eficaz e pouco dispendiosa, desafogando comarcas onde o movimento processual é bastante intenso. Tanto que, doravante, as semanas dedicadas aos mutirões de conciliação passarão a integrar oficialmente o calendário de eventos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Justiça catarinense demonstrou, mais uma vez, que é possível, com criatividade e vontade política, suplantar eventuais dificuldades estruturais e orçamentárias, prestando um melhor e mais ágil atendimento aos jurisdicionados. O projeto dos Mutirões

PRESIDÊNCIA

apontou para uma via exequível, que prescinde de alterações legais e de maiores recursos, até porque limitados, e apostou na conciliação como uma das formas de atingir o desiderato comum de distribuir Justiça para todos.

Muito em breve, também no segundo grau de jurisdição, contaremos com um Núcleo de Conciliação em atividade, a exemplo do que já ocorre no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta gestão, convém lembrar, tivemos a oportunidade de comandar, em gabinete, audiências de conciliação em pedidos de intervenção estadual por conta do não pagamento de precatórios, prática iniciada ainda em 2004 e repetida em 2005, quando registramos êxito na mediação de intervenções solicitadas frente aos municípios de São Joaquim, Urussanga, Turvo, Garuva, Criciúma, Mafra, Florianópolis, Porto União e Brusque, todos devidamente homologados posteriormente em sessão pelo Pleno deste Tribunal.

É igualmente digno de destaque que, uma vez eleito o primeiro grau de jurisdição como instância prioritária para a administração, concentrou-se esforços na efetivação do programa de instalação de 53 novas varas no Estado, iniciado em 2004 e concluído nos últimos dias de janeiro deste ano.

Foram instaladas 30 novas unidades jurisdicionais nestes dois anos, em benefício das comarcas de Florianópolis, São José,

Balneário Camboriú, Joinville, Blumenau, Gaspar, Itajaí, Sombrio, Criciúma, Laguna, Joaçaba, Fraiburgo, Braço do Norte, Rio do Sul, Ituporanga, Chapecó, Itapema, Jaraguá do Sul, Brusque, Palhoça e Imbituba. Em todas elas, o processo de implantação transcorreu de forma altamente profissional. Após a captação das ações, ocorreu uma triagem com separação de matérias, identificação de fase processual e tipo de procedimento. Na seqüência, houve uma espécie de auditoria dos processos, com a conferência de número de folhas, checagem de certidões pendentes e juntada de documentos. Além disso, todos os novos funcionários passaram por treinamento especializado, com ensinamentos não só sobre matérias técnicas, como também sobre a forma de melhor tratar os operadores do Direito e os jurisdicionados, em última análise, os principais clientes do Judiciário. Nosso Programa de Implantação de Novas Varas e de Capacitação de Servidores chamou a atenção de colegas magistrados de todo o Brasil, por sua eficiência em pré-diagnosticar os fluxos de trabalho nas unidades jurisdicionais em instalação, antevendo medidas capazes de potencializar os serviços, sempre procurando a maior celeridade processual e o bom atendimento ao público. Em resumo, buscamos administrar de forma profissional, com base em planejamento estratégico e valorização dos recursos postos à disposição

■ PRESIDÊNCIA

do Judiciário Catarinense, em prol da excelência no desempenho das suas funções.

Dentre as varas instaladas, registramos a implantação da primeira Vara de Direito Bancário do Brasil, ainda em 2004, na Comarca da Capital. A intenção, ao criar uma vara para se ocupar com matéria específica, foi possibilitar maior agilização e celeridade no julgamento de ações correlatas. Com questões que guardam muita semelhança entre si, torna-se possível a produção em escala, alcançada a partir do treinamento específico de todos os envolvidos no projeto. Após a da Capital, duas outras varas bancárias foram instaladas, recentemente, nas comarcas de Blumenau e Joinville. Vale registrar que, na pioneira Unidade de Direito Bancário do Foro Central de Florianópolis, foram, em pouco mais de um ano de atividade, proferidas 8.994 decisões, sendo 5.717 sentenças com julgamento de mérito, 1.111 sem julgamento de mérito e 2.166 liminares; atendidas cerca de 100 pessoas por dia; expedidos cerca de 690 processos por semana do cartório para os gabinetes dos três juízes que lá atuam; dados que bem demonstram que a especialização é efetivamente o caminho que conduz à maior eficiência.

O empenho em ampliar e qualificar a prestação jurisdicional foi constante e endereçado a várias frentes, como se pode conferir.

Nestes dois anos, foram implantadas novas unidades do projeto Casas da Cidadania, atualmente em número de 60, assim como entregues sedes próprias em diversas cidades do interior catarinense – exemplos de Leoberto Leal, Palma Sola, Vitor Meirelles, Nova Trento, José Boiteux, Laurentino, Witmarsum, Capão Alto, Campo Alegre e Vargem Bonita.

As Casas da Cidadania, de forma objetiva, representam espaços que congregam serviços de qualidade à população, representando o acesso fácil e gratuito a seus direitos.

O aumento do espaço físico disponível ao Poder Judiciário também merece relevo com a entrega de obras de reforma e ampliação de vários fóruns no Estado, como os de Araranguá e Laguna, por exemplo. Neste mês ainda, há poucos dias, entregamos as novas instalações do Fórum de Itapema, primeiro a ser feito por meio da construção por módulos, o que permite seja ampliado de forma padronizada, caso necessário. Em breve, já com obras em andamento, será concluído o novo prédio do Fórum de Concórdia, com mais de 6 mil metros quadrados.

Outro marco de nossa gestão, neste setor, foi a retomada da construção do prédio anexo do Tribunal de Justiça, que estava paralisada há quase três anos, por problemas registrados após a rescisão contratual com a primeira empresa responsável pelos trabalhos.

PRESIDÊNCIA

Em 22 de novembro de 2004, em solenidade ocorrida no Gabinete da Presidência, foi assinado o contrato e a respectiva ordem de serviço, autorizando o início dos trabalhos de conclusão do Anexo do Tribunal de Justiça. A empresa Tecon Tecnologia em Construção Ltda., de Manaus-AM, foi a vencedora da licitação e é responsável pelo término da obra, orçada em R\$ 14,2 milhões, que consiste na edificação da torre principal, com 11 andares e 11,5 mil metros quadrados de área construída. A Tecon, após receber a ordem de serviço, instalou-se no canteiro de obras e deu início aos trabalhos, que têm prazo de 18 meses para findar. No entanto, o ritmo acelerado das obras permite prever sua conclusão antes do prazo contratual, embora o cronograma aponte a futura inauguração para o primeiro semestre do ano em curso. A nova edificação, erguida com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, abrigará gabinetes padronizados para todos os Desembargadores, salas de sessões e toda a estrutura da Diretoria Judiciária.

Trata-se de mais uma ação voltada para dar melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores, com reflexos imediatos também no atendimento ao público que recorre aos serviços da Justiça catarinense.

Nesta área, por fim, vale um destaque

especial para a negociação entabulada com o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, por meio do qual o Tribunal de Justiça adquiriu a antiga sede do Executivo estadual, localizada na Praça Tancredo Neves, mais conhecida como Palácio Santa Catarina. Um protocolo de intenções, assinado em abril de 2005, sacramentou um grande negócio para o Judiciário Catarinense, que, com essa ação, estará livre de preocupações com a expansão de seus limites físicos na Capital pelos próximos 20 anos.

Os avanços rumo à racionalização de nossos serviços, com o uso de ferramentas disponibilizadas pelo elevado grau de informatização que alcançamos, igualmente merecem relevo no corpo da Administração. Em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça, por exemplo, surgiu nesta gestão o programa de Inspeção Virtual, pelo qual é possível averiguar e radiografar todo o trabalho desenvolvido por qualquer uma das 242 varas localizadas em nossas 110 comarcas, ao simples manejar das teclas do computador, sem a necessidade de deslocamentos físicos e desgastantes checagens manuais. Com este projeto, mais uma vez, atraímos a atenção dos demais tribunais de justiça do Brasil para as oportunidades que se abrem quando, juntas, lado a lado, modernidade e competência caminham em fina sintonia rumo à Justiça do

■ PRESIDÊNCIA

futuro. Idêntica trilha segue o bem elaborado, ainda em implantação, programa de cadastro único informatizado de adoções.

Já no plano político-institucional, tivemos uma administração marcada por grandes questões em defesa dos interesses maiores do Judiciário. Conseguimos fazer valer o acordo firmado com o Executivo em gestões anteriores, garantindo a manutenção da elevação escalonada na repartição dos recursos orçamentários e financeiros do Governo, cujo duodécimo do Judiciário, desde 2003, vem recebendo incremento de 0,25%. Em 2005, por conta deste acordo, firmado e cumprido, alcançamos 7% da receita líquida disponível do Estado. Apenas para recordar, nossa participação até 2002 era de 6%. Garantir esta evolução não foi tarefa fácil, e precisou ser conduzida através de um trabalho de sensibilização das autoridades aos reclames dos jurisdicionados pela expansão e melhoria dos serviços do Judiciário em Santa Catarina.

Outra não foi a nossa preocupação no tocante à utilização dos recursos da Conta Única por parte do Poder Executivo. O Tribunal de Justiça, por seu Pleno, firmou sua oposição ao projeto original do Governo, que pretendia lançar mão de 100% dos recursos oriundos da Conta Única, justamente por entender que tal medida colocaria em risco verbas de terceiros que sequer litigavam contra o Estado e cujos valores estavam sob a guarda institucional do

Poder Judiciário. Posteriormente, a partir de fato novo colocado na forma de projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, que permitiu ao Governo utilizar em sua totalidade os recursos vinculados aos processos dos quais é parte, voltou o Judiciário a entabular conversações com o Executivo, culminando estas tratativas no compromisso firmado pelo Senhor Governador do Estado em instituir um fundo de reserva integrado por 20% dos valores disponibilizados, para, sob administração do Tribunal de Justiça, garantir eventuais saques em ações em que o Estado findar vencido.

Com sensatez e espírito democrático, o Judiciário logrou êxito em demonstrar aos demais Poderes sua disposição permanente ao diálogo, como principal forma de equacionar eventuais divergências. Foi honrado, com isso, o compromisso de zelar pela harmoniosa convivência com o Executivo e o Legislativo, assumido quando do início desta gestão.

Tais conquistas somente foram possíveis em razão do bom relacionamento sempre mantido com os demais poderes e órgãos auxiliares da Justiça no Estado, prática costumeiramente adotada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Mais do que uma convivência tranqüila e pautada no respeito mútuo, tivemos a indispensável parceria do Ministério Público

■ PRESIDÊNCIA

Estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil. Mantivemos, ao longo desta administração, encontros mensais com os representantes da classe dos advogados, sempre procurando, nestas oportunidades, auscultar suas impressões e sugestões para o melhor andamento dos trabalhos jurisdicionais.

Deve-se registrar que, em 2005, de 4 a 6 de setembro, recebemos em Florianópolis os 27 presidentes de tribunais de justiça do Brasil, durante a realização do 69º Encontro do Colégio de Presidentes. Não obstante o momento em que se vivia naquela ocasião, com a recente criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nossa Capital e nosso Tribunal comprovaram, mais uma vez, saber receber e conviver com posicionamentos distintos, sempre visando ao engrandecimento da magistratura nacional.

Também administramos e equacionamos, nesta gestão, uma situação que já se prolongava, com a elaboração, encaminhamento e aprovação, por parte da Assembléia Legislativa, do Plano de Cargos e Salários (PCS) dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, não sem antes tratar o assunto com a seriedade exigida para o tema e a participação paritária dos representantes da própria categoria. Sem açodamento, respeitando os trâmites necessários, conseguimos alcançar bom

termo nas negociações entabuladas e, hoje, com grande satisfação, podemos ver nosso servidor devidamente valorizado e com um norte fixado em sua ascensão funcional.

Encerro afirmando a todos que foram muitos os desafios enfrentados nessa gestão, mas também foram muitas as conquistas obtidas, e isso graças à indispensável colaboração de todos aqueles que, comigo, estiveram à frente do Poder Judiciário Catarinense. Destaco, ainda, todo o esforço, apoio e dedicação dos Senhores Desembargadores componentes do egrégio Tribunal Pleno, Juízes Substitutos de Segundo Grau, Magistrados e Servidores, que em nós apostaram e contribuíram para que o nosso ideal de encontrar e implementar soluções para uma mais rápida e eficaz prestação jurisdicional, através de ações simples, capazes de minimizar os obstáculos existentes, permanesse sempre vivo e fosse, enfim, alcançado.

A todos, o meu muito obrigado!

Nas páginas que seguem, estão à disposição informações e estatísticas pertinentes às atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante o transcurso do ano de 2005, tanto na esfera administrativa quanto na jurisdicional.

DESEMBARGADOR JORGE MUSSI
PRESIDENTE

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	17
PRESIDÊNCIA	23
Coordenadoria de Magistrados	25
Assessoria de Imprensa	33
Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial	39
Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas	47
Auditoria Interna	53
Casa da Cidadania	57
Mediação Familiar	61
Ouvidoria dos Servidores	67
Junta Médica	73
VICE-PRESIDÊNCIA	77
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	83
3ª VICE-PRESIDÊNCIA	89
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	95
ACADEMIA JUDICIAL	133
DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA	145
Diretoria Judiciária	149
Diretoria de Documentação e Informações	179
DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA	193
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	197
Diretoria de Informática	201
Diretoria de Infra-Estrutura	213
Diretoria de Saúde	219
Diretoria de Recursos Humanos	225
Diretoria de Material e Patrimônio	235
Diretoria de Orçamento e Finanças	243



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



DESEMBARGADORES

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva

Des. Anselmo Cerello

Vice-Presidente

Des. Jorge Mussi

Presidente

Des. Carlos Prudêncio

Des. José Gaspar Rubick

Des. Pedro Manoel Abreu

Des. Orli de Ataíde Rodrigues

3º Vice-Presidente

Des. José Trindade dos Santos

Des. João Eduardo Souza Varela

Des. Cláudio Barreto Dutra

2º Vice-Presidente

Des. Newton Trisotto

Des. Sérgio Torres Paladino

Des. Solon D'Eça Neves

Des. José Mazoni Ferreira

Des. Volnei Ivo Carlin

Des. Irineu João da Silva

Des. Luiz César Medeiros

Des. Vanderlei Romer

Des. Eládio Torret Rocha

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Wilson Augusto do Nascimento

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins

Des. José Volpato de Souza

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha

Des. Fernando Carioni

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Des. Marcus Túlio Sartorato

Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Desa. Salete Silva Sommariva

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

Des. Nicanor Calírio da Silveira

Des. Salim Schead dos Santos

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Des. Edson Nelson Ubaldo

Des. Cid José Goulart Júnior

◀ JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS DE SEGUNDO GRAU ▶

Juiz Jaime Ramos

Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins

Juiz Newton Janke

Juiz Victor José Sebem Ferreira

Juiz José Carlos Carstens Köhler

Juiz Dionízio Jenczak

Juiz Sérgio Izidoro Heil

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Juiz Jaime Luiz Vicari

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa (convocado)

Juíza Marli Mosimann Vargas (convocado)

Juiz Joel Dias Figueira Júnior (convocado)

◀ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ▶

Membros efetivos:

Des. Jorge Mussi

Presidente

Des. Anselmo Cerello

Vice-Presidente

Des. Eládio Torret Rocha

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Cláudio Barreto Dutra

2º Vice-Presidente

Des. Orli de Ataíde Rodrigues

3º Vice-Presidente

Des. José Trindade dos Santos

Presidente do Sistema da Conta Única e do

Fundo de Reaparelhamento da Justiça

Membros convidados:

Des. Luiz César Medeiros

Desenvolvimento Humano

Des. José Antônio Torres Marques

Planejamento e Orçamento

Des. Volnei Ivo Carlin

Patrimônio e Edificações

Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Justiça e Cidadania

Des. Newton Trisotto

Informática

CONSELHO DA MAGISTRATURA

1 - Des. Jorge Mussi

Presidente

2 - Des. Anselmo Cerello

Vice-Presidente

3 - Des. Orli Rodrigues

3º Vice-Presidente

4 - Des. Cláudio Barreto Dutra

2º Vice-Presidente

5 - Des. Sérgio Paladino

Membro

6 - Des. Eládio Torret Rocha

Corregedor-Geral da Justiça

7 - Des. Wilson Augusto do Nascimento

Membro

8 - Des. José Volpato

Vice-Corregedor Geral da Justiça

9 - Des. Fernando Carioni

Membro

COORDENADORIA DOS MAGISTRADOS

Des. Rogério Lemos

JUIZ ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Juiz Laudenir Fernando Petroncini

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Bel. Cláudia Nicolazzi Medeiros da Cunha Delpizzo

■ PRESIDÊNCIA

■ DES. JORGE MUSSI

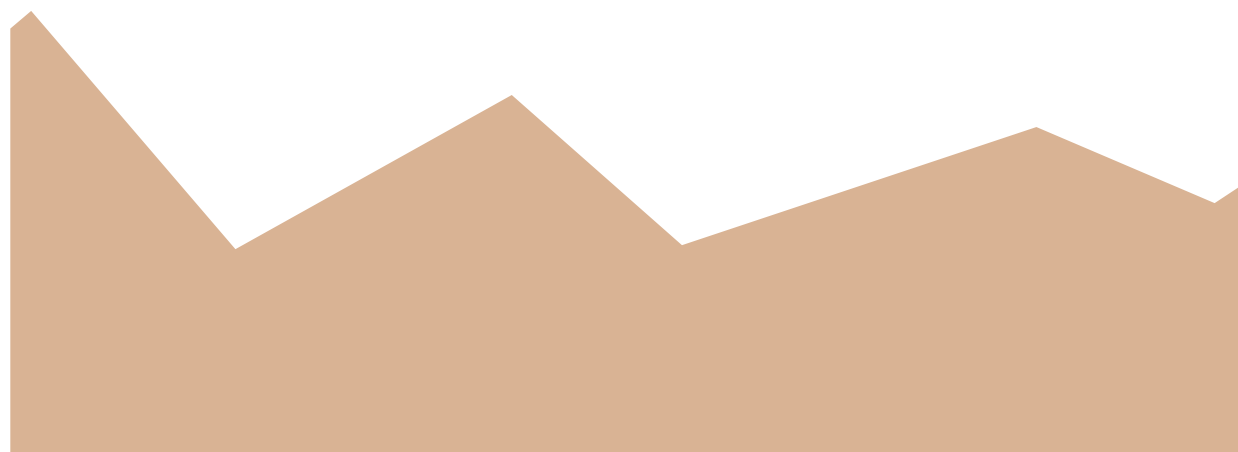
Presidente



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

DES. ROGÉRIO LEMOS

Coordenador



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Para a Coordenadoria de Magistrados, criada pela Resolução n. 3/2001-GP, de 24/01/2001, 2005 foi um ano atípico, em virtude das várias modificações introduzidas pelas diversas Emendas Constitucionais, especialmente as que trataram diretamente das questões relacionadas ao Poder Judiciário

(ininterrupção da atividade jurisdicional, fixação do subsídio, criação do Conselho Nacional de Justiça, Reforma da Previdência, etc.). Neste contexto, foram analisados inúmeros pedidos relacionados diretamente aos interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, destacando-se:

1. Licenças para tratamento de saúde;
2. Licenças por motivo de doença em família;
3. Licença maternidade;
4. Licença-gala;
5. Licença-nojo
6. Licenças-prêmio;
7. Aposentadorias, concessões e prévio estudo acerca do tempo de serviço;
8. Abonos de permanência;
9. Auxílio-funeral para as pensionistas;
10. Autorizações para freqüência de curso no exterior;
11. Averbações de tempo de serviço;
12. Análises de processos de pensões alimentícias;
13. Análise de processos de devolução de valores;
14. Expedições de Certidões;
15. Estudos e Pareceres administrativos e jurídicos relacionados às matérias afetas a diversas questões provenientes das associações de classe, bem como dos órgãos integrantes do Poder Judiciário.
16. Cadastramento dos Magistrados e Escrivães Judiciais no Sistema Bacen-Jud;
17. Elaboração de ofícios e portarias atinentes à atividade desta Coordenadoria.
18. Elaboração e sugestões de Resoluções e Atos Regimentais;
19. Pedidos de autorização de afastamento da comarca.

Outrossim, foram intensificados e agilizados os procedimentos de movimentação dos Magistrados, importando na expedição dos seguintes atos:

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

I - PROMOÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU:

MERECIMENTO

Promoção do Juiz Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben à Comarca de Otacílio Costa.

Promoção do Juiz Leandro Passig Mendes à 4ª Vara Cível da comarca de Lages.

Promoção do Juiz Gustavo Henrique Aracheski à 2ª Vara da comarca de Canoinhas.

Promoção do Juiz Fernando Luiz Soares de Carvalho à de Comarca de Coronel Freitas.

Promoção da Juíza Rosane Portela Wolff para o cargo de 8º Juiz Especial da Comarca da Capital.

Promoção do Juiz Davidson Jahn Mello à 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville.

Promoção do Juiz Juliano Rafael Bogo à 1ª Vara da comarca de Sombrio.

Promoção do Juiz Fúlvio Borges Filho à 2ª Vara da Comarca de Mafra.

Promoção do Juiz Edson Marcos de Mendonça à 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia.

Promoção do Juiz Artur Jenichen Filho ao cargo de 7º Juiz de Direito da comarca da Capital.

ANTIGÜIDADE

Promoção da Juíza Márcia Krischke Matzenbacher à comarca de Santa Cecília.

Promoção do Juiz Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva à 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.

Promoção da Juíza Denise de Souza Luiz Francoski ao cargo de 5º Juiz Especial da comarca da Capital.

Promoção da Juíza Simone Boing Guimarães Zabet à 1ª Vara Cível da comarca de Laguna.

Promoção do Juiz Osmar Tomazoni à 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau.

Promoção da Juíza Viviana Gazaniga Maia à comarca de Rio Negrinho.

Promoção do Juiz Giancarlo Bremer Nones à Vara da Infância, Juventude e Anexos da comarca de Criciúma.

Promoção do Juiz Vilson Fontana ao cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital.

Promoção do Juiz Marco Augusto Ghisi Machado à comarca de São Carlos.

Promoção do Juiz Francisco Carlos Mambrini à 1ª Vara da comarca de Canoinhas.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

II - REMOÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

Remoção, a pedido, do Juiz Francisco Carlos Mambrini à comarca de Seara.

Remoção, a pedido, do Juiz Guilherme Nunes Born ao cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital.

Remoção, a pedido, do Juiz Sérgio Agenor de Aragão à 3ª Vara de Gaspar.

Remoção, a pedido, da Juíza Substituta Andréia Régis Vaz ao cargo de 5º Juiz Substituto Vitalício da 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital.

Remoção, a pedido, do Juiz Edenildo da Silva à 3ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul .

Remoção, a pedido, do Juiz Maurício Cavallazzi Póvoas à 3ª Vara da Família da comarca de Joinville.

Remoção, a pedido, do Juiz Fábio Nilo Bagattoli à 2ª Vara da comarca de Fraiburgo.

Remoção, a pedido, do Juiz Marco Aurélio Ghisi Machado à 2ª Vara da comarca de Ituporanga.

Remoção, a pedido, da Juíza Dayse Herget de Oliveira Marinho à 3ª Vara Cível da comarca de Balneário Camboriú.

Remoção, a pedido, do Juiz Carlos Roberto da Silva à 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.

Remoção, a pedido, do Juiz Marcelo Elias Nascheweng à comarca de São Lourenço do Oeste

Remoção, a pedido, do Juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda à Vara Criminal da comarca de Palhoça.

III - OPÇÕES NA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

Opção do Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha à 4ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Opção da Juíza Janice Goulart Garcia Ubialli, titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Criciúma para o Juizado Especial Cível da mesma Comarca.

Opção do Juiz Nelson Maia Peixoto, 8º Juiz Especial da comarca da Capital para o Juizado Especial Cível da mesma Comarca.

Opção do Juiz Newton Varella Júnior, 5º Juiz Especial da comarca da Capital para o Juizado Especial Criminal da mesma Comarca.

Opção do Juiz Rubens Sérgio Salfer, titular da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma à 2ª Vara Criminal da mesma Comarca.

Opção do Juiz Marcelo Carlin, titular da 1ª Vara da comarca de Sombrio à 2ª Vara da mesma Comarca.

Opção do Juiz Eron Pinter Pizzolatti, titular da 1ª Vara da comarca de Braço do Norte à 2ª Vara da mesma Comarca.

Opção do Juiz Renato Müller Bratti, titular da 2ª Vara Cível da comarca de Laguna à vara Criminal da mesma Comarca.

Opção do Juiz Maurício Fabiano Mortari, titular da 1ª Vara Cível da comarca de Laguna à 2ª Vara da mesma Comarca.

Opção do Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto, titular da 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville à 2ª Vara da Fazenda da mesma Comarca.

Opção do Juiz Jaber Farah Filho, titular da 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau para o Juizado Especial Criminal da mesma Comarca.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Opção do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos, titular da 1ª Vara Criminal da comarca de Itajaí à Vara da Infância, Juventude e Anexos da mesma Comarca.

Opção do Juiz Ademir Wolff, titular da 2ª Vara da comarca de Joaçaba à Vara Criminal da mesma Comarca.

Opção do Juiz Edegar Gruber, titular da 1ª Vara Cível da comarca de Joaçaba à 2ª Vara Cível da mesma Comarca.

Opção do Juiz Sílvio José Franco, titular da 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó à 3ª Vara Criminal da mesma Comarca.

Opção do Juiz Yhon Tostes, titular da 2ª Vara da Família e Órfãos da comarca de Joinville à 5ª Vara Cível da mesma Comarca.

Opção da Juíza Maria Paula Kern, titular da 3ª Vara Cível da comarca de Joinville à 2ª Vara da Família e Órfãos da mesma Comarca.

Opção do Juiz José Inácio Schaefer, titular da 1ª Vara Cível do Foro do Continente, comarca da capital à 2ª Vara Cível da mesma comarca.

Opção do Juiz Hélio do Valle Pereira 7º Juiz Especial da comarca da Capital à 3ª Vara da Fazenda da mesma Comarca.

Opção do Juiz Sérgio Ramos, titular da vara Criminal da comarca de São José à 2ª Vara Cível da mesma Comarca.

Opção do Juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo, titular da 1ª Vara Criminal da comarca de Chapecó à 2ª Vara Criminal da mesma Comarca.

Opção do Juiz Dinart Francisco Machado, 4º Juiz Especial da comarca da Capital à 1ª Vara Cível do Foro do Continente.

Opção da Juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso, titular da Vara da Fazenda Pública da comarca de Bal. Camboriú à Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da mesma Comarca.

Opção do Juiz Fúlvio Borges Filho, titular da 2ª Vara da comarca de Mafra à 1ª Vara da mesma Comarca.

Opção do Juiz Osmar Tomazoni, titular da 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau à 1ª Vara Criminal da mesma Comarca.

IV - PERMUTA

Foi apreciado o pedido de Permuta entre os Juízes Júlio César Knoll e Osmar Mohr.

V - REMOÇÃO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DE 2º GRAU

Remoção do Juiz Jaime Luiz Vicari, para o cargo de 12ª Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.

Remoção do Juiz Paulo Roberto Camargo Costa, para o cargo de 13º Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.

Remoção da Juíza Marli Mosimann Vargas para o cargo de 14ª Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.

Remoção do Juiz Joel Dias Figueira Júnior, para o cargo de 15º Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.

VI - EFETIVAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Foram efetivados 31 (trinta e um) Juízes Substitutos.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

VII - NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Foram nomeados 28 (vinte e oito) Juízes Substitutos.

VIII - APOSENTADORIAS

Foram apreciadas as aposentadorias dos Exmos. Srs. Desembargadores Alberto Luiz da Costa, Carlos Alberto Silveira Lenzi, Maurílio Moreira Leite e do Juiz de Direito Fernando Luiz Soares de Carvalho.

IX - DIREÇÃO DO FORO

Foram apreciadas e deferidas 16 (dezesseis) indicações para as funções de Diretor do Foro.

X - PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE

Preenchimento de cargo de Juiz Suplente, categoria Juiz de Direito.

Preenchimento de cargo de Juiz efetivo, categoria Juiz de Direito.

Preenchimento de cargo de Juiz efetivo, categoria Desembargador.

Preenchimento do cargo de Juiz Suplente, categoria Desembargador.

Preenchimento de cargo de Juiz efetivo, categoria Juiz de Direito.

Preenchimento de cargo de Juiz Suplente, categoria Juiz de Direito.

Preenchimento de cargo de Juiz Suplente, categoria Juiz de Direito.

XI - PREENCHIMENTO DE VAGA DE DESEMBARGADOR

Des^a. Maria do Rocio Luz Santa Ritta.

Des. Edson Nelson Ubaldo.

Des. Cid Goulart da Silveira.

Dessa forma, foram expedidos os seguintes atos administrativos:

Portarias de Férias	480
Portarias de designação diversas (substituições, cooperações, comissões)	780
Portarias de Licença-Prêmio	60

ASSESSORIA DE IMPRENSA

DES. CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI

Conselheiro Responsável

ÂNGELO MEDEIROS

Jornalista Responsável

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2005, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 768 informes oficiais, assim divididos: 289 releases (matérias jornalísticas) e 479 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Este número, 768 informes oficiais, representa praticamente a manutenção do ritmo de produção desenvolvido no ano anterior. Em 2004, foram redigidos 775 informes oficiais. Neste ano, em média, registrou-se 3,07 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 95% de todo o material enviado às redações.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento por telefone ou mesmo pessoalmente aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta destes contatos, aliás, foram viabilizadas entrevistas do Presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no

campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º grau, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre objetivando fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da INTRANET e INTERNET, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”.

Neste porém, foram 901 inserções durante todo o ano de 2004, numa média de 75 novas inserções mensais nas páginas do Tribunal de Justiça.

Em 2005, como grande destaque, o Poder Judiciário de Santa Catarina manteve espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, veiculado em TV aberta pela retransmissora do SBT em todo o território catarinense, e que contou com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Rede SC contratada através do

ASSESSORIA DE IMPRENSA

devido processo licitatório. Foram retransmitidas 44 edições neste período, num total de 1.320 minutos de programação. Desde 2001, quando teve origem o programa, inicialmente em convênio com a TVAL, retransmitido em canal fechado, e a partir de 2003, já em TV aberta, este ano foi registrado o maior tempo de exposição do Judiciário catarinense em mídia eletrônica. Ainda neste meio, em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a Assessoria deu continuidade ao projeto de rádio, com a veiculação de programa semanal de 25 minutos intitulado “Justiça Cidadã”, transmitido semanalmente pela Rádio Udesc FM nas áreas de cobertura da emissora em Florianópolis,

Joinville e Lages, além de mais de 20 emissoras do interior catarinense, com abrangência em boa parte do Estado. O mesmo programa também ocupa espaço na grade da Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e que pode ser sintonizada no Estado através da Internet. Pelo conjunto de atividades desenvolvidos neste ano e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações.

► INFORMES OFICIAIS - RELEASES E NOTAS (EVOLUÇÃO ANUAL)

ANO	
1998	261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,04
1999	175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,70
2000	333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,33
2001	141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,56
2002	345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,38
2003	601 informes oficiais = 325 notas + 286 releases. Média produção/dia útil(*) = 2,40
2004	775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,10
2005	768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,07

(*) 250 dias/ano

ASSESSORIA DE IMPRENSA

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2001

Contrato de prestação de serviço
 Programa semanal de 15 minutos
 Veiculação em sistema a cabo
 Convênio com a TV Assembléia Legislativa
 Duração: de agosto a novembro

Número de programas: 16

Tempo de exposição: 240 min.

2002

Contrato de prestação de serviço
 Programa semanal de 15 minutos
 Veiculação em sistema a cabo
 Convênio com a TV Assembléia Legislativa
 Duração: outubro, novembro, dezembro

Número de programas: 12

Tempo de exposição: 180 min.

2003

Licitação modalidade carta convite
 Programa semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Convênio com o SBT-SC
 Duração: abril/dezembro

Número de programas: 39

Tempo de exposição: 1.170 min.

2004

Licitação modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Contrato com o SBT-SC
 Duração: junho/dezembro

Número de programas: 27

Tempo de Exposição: 710 min.

2005

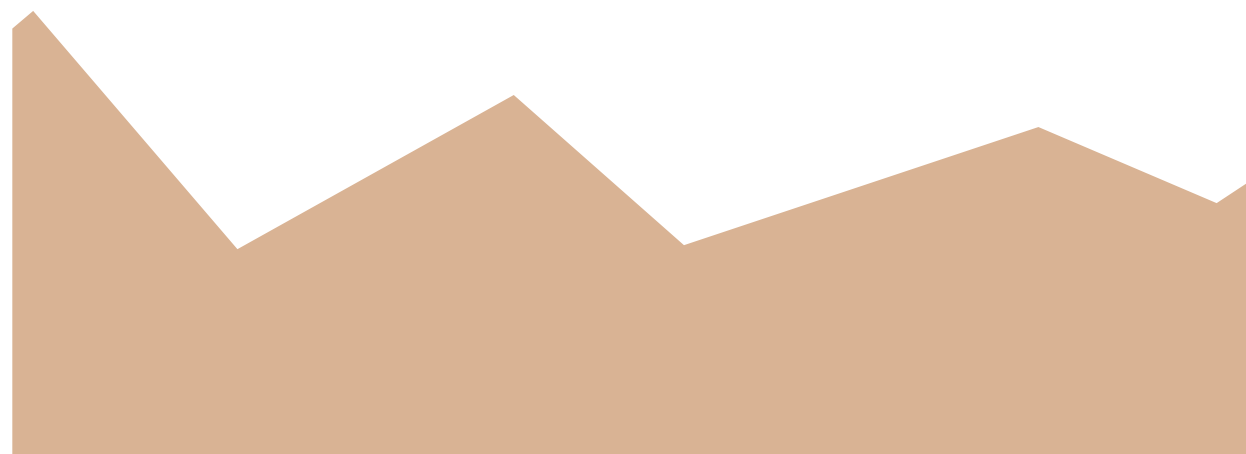
Licitação modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Contrato com o SBT-SC
 Duração: março/dezembro

Número de Programas: 44

Tempo de Exposição: 1.320 min.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

ENEIDE CAMBOIM HARRIS
Profissional Responsável



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, integrante do Núcleo de Comunicação Institucional, vem desenvolvendo atividades com o objetivo de identificar as necessidades dos grupos assistidos por esta Instituição, de modo tal a atender as suas expectativas e transmitir-lhes as mensagens repassadas pela própria organização.

Para tanto, foi criada a página eletrônica do Núcleo de Comunicação Institucional <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/assessorias/nci/nci.htm> publicada oficialmente na Intranet e Internet em agosto de 2005, e que se encontra inserida no portal eletrônico do Poder Judiciário Catarinense, com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação mais eficaz com os públicos internos e externos, divulgando os objetivos e os serviços prestados pelo setor e agilizando o fluxo de informações.

Outrossim, além das funções que englobam a organização e o controle dos eventos institucionais, realizados no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina, tais como solenidades de posses de magistrados e desembargadores, instalações de Varas e das Casas da Cidadania, além de ser responsável pelas correspondências oficiais correlatas à Presidência do Tribunal de Justiça, o setor tem direcionado esforços em ações de caráter informativo, que possam levar à sociedade uma melhor compreensão deste complexo constituído pelas Justiças de 1º e 2º Grau do Estado, a partir de iniciativas como a produção de Vídeo e de Folheto Institucionais, que visam à difusão da história e dos serviços prestados por esta Instituição e que contribuem, dessa forma, para o fortalecimento da imagem corporativa do Poder Judiciário Catarinense.

A seguir, serão arroladas todas as atividades executadas pelo setor ao longo de 2005:

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2005
Data: 1º de fevereiro de 2005.
- Visita do Embaixador da China no Brasil ao Tribunal de Justiça
Data: 10 de fevereiro de 2005.
- Solenidade de Vitaliciamento de Juízes Substitutos
Data: 2 de março de 2005.
- Solenidade de Posse da Excelentíssima Senhora Doutora Maria do Rocio Luz Santa Ritta no Cargo de Desembargadora
Data: 8 de março de 2005.
- Exposição de Quadros em Acrílico sobre Tela do Artista Plástico Ivo Silva
Período: 10 a 25 de março de 2005.
- Solenidade de Posse do Excelentíssimo Senhor Doutor Jaime Luiz Vicari no Cargo de Juiz Substituto de 2º Grau
Data: 29 de março de 2005.
- Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela da Artista Plástica Ana Hilda Vieira da Rocha
Período: 4 a 15 de abril de 2005.
- Visita de Estudantes da Cidade de Gaspar ao Tribunal de Justiça
Data: 20 de abril de 2005.
- Visita do Cônsul da Áustria ao Tribunal de Justiça
Data: 27 de abril de 2005.
- Exposição de Esculturas em Cerâmica do Artista Plástico Walter Disney Eufrásio
Período: 18 a 29 de abril de 2005.

FOTOS: OSVALDIR PAULO DA SILVA



Lançamento do carimbo alusivo aos 114 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL



Selo comemorativo aos 114 anos do TJSC

- ▶ Instalação da Casa da Cidadania de Vargem Bonita
Data: 8 de agosto de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Acrílico sobre Tela do Artista Plástico Nildo José Martins
Período: 15 de agosto a 2 de setembro de 2005.
- ▶ Instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Joinville
Data: 23 de agosto de 2005.
- ▶ Instalação do Juizado Especial Criminal da Comarca de Blumenau
Data: 23 de agosto de 2005.
- ▶ Inauguração da Reforma Global das Instalações da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da Comarca de Balneário Camboriú
Data: 24 de agosto de 2005.
- ▶ Instalação da 3ª Vara da Comarca de Gaspar
Data: 24 de agosto de 2005.
- ▶ Visita de estudantes do Colégio “Cônsul Carlos Renaux”, Brusque, ao Tribunal de Justiça
Data: 26 de agosto de 2005.
- ▶ Instalação da Casa da Cidadania de Cerro Negro
Data: 29 de agosto de 2005.
- ▶ 69º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil
Período: 4 a 6 de setembro de 2005.
- ▶ Exposição de Esculturas em Concreto Celular e Pedra Sabão do Grupo de Escultoras: Edna Di Bernardi de Assis, Serenita da Cunha, Solange Di Bernardi Ganzo, Ana Telma F. de Dorneles, Suely Steinwandter, Rosa Maria Salvato da Silva, Sonia Filoňuk
Período: 5 a 16 de setembro de 2005.
- ▶ Instalação da Casa da Cidadania de Campo Alegre
Data: 8 de setembro de 2005.
- ▶ Visita da Consulesa de Portugal ao TJSC
Data: 3 de maio de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela das Artistas Plásticas Luciana Busnardo Gutierrez e Simone Müller de Faria
Período: 16 a 27 de maio de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela da Artista Plástica Jordane Marques Mortari
Período: 20 de junho a 1º de julho de 2005.
- ▶ Solenidade de Posse de Juízes Substitutos
Data: 30 de junho de 2005.
- ▶ Exposição de Arte Abstrata “Paralelas que Fundem” da Artista Plástica Alvaci Laureth Medeiros
Período: 4 a 15 de julho de 2005.
- ▶ Jantar de Inauguração do Restaurante do Tribunal de Justiça
Data: 12 de julho de 2005.
- ▶ Inauguração do Restaurante do TJSC
Data: 13 de julho de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Acrílico sobre Tela da Artista Plástica Rosange Sena
Período: 18 a 29 de julho de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela da Artista Plástica Cléia Nara Zeferino Ghizoni
Período: 1º a 12 de agosto de 2005.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ Instalação da 2ª Vara Cível do Fórum Distrital do Continente Comarca da Capital
Data: 15 de setembro de 2005.
- ▶ Solenidade de Posse do Excelentíssimo Senhor Doutor Edson Nelson Ubaldo no Cargo de Desembargador
Data: 15 de setembro de 2005.
- ▶ Solenidade de Vitaliciamento de Juízes Substitutos
Data: 21 de setembro de 2005.
- ▶ Instalação da 3ª Vara da Fazenda Pública do Fórum Central da Comarca da Capital
Data: 26 de setembro de 2005.
- ▶ Solenidades Alusivas aos 114 Anos de Instalação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Exposição e Lançamento do Livro "Comarcas de Santa Catarina", do Carimbo e do Selo Comemorativos.
Período: 3 a 9 de outubro de 2005. Local: Beiramar Shopping. Atividades realizadas: Mostra do acervo do Museu do Judiciário Catarinense, apresentação de Corais e encenação de espetáculo teatral enfocando a conciliação de conflitos.
- ▶ Solenidade de Outorga de Medalhas da Ordem do Mérito Judiciário Catarinense
Data: 5 de outubro de 2005.
- ▶ Jantar em Homenagem aos Agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário
Data: 5 de outubro de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela da Artista Plástica Glauce Rosiane Vidal de Azevedo
Período: 3 a 14 de outubro de 2005.
- ▶ Mostra de Talentos dos Servidores do Poder Judiciário Catarinense. Participantes: Ana Elisa Dotto (comarca de Imbituba), Elisabete de Almeida Branco (comarca da Capital) e Laertes Martins (comarca de Biguaçu).
Período: 17 a 28 de outubro de 2005.
- ▶ Exposição de Quadros em Óleo sobre Tela do Artista Plástico Ronaldo Henrique de Souza
Período: 31 de outubro a 11 de novembro de 2005.
- ▶ Visita do Embaixador da República Tcheca ao Tribunal de Justiça
Data: 10 de novembro de 2005.
- ▶ Exposição de Esculturas em Materiais Diversos do Artista Plástico Henrique Klein
Período: 14 a 25 de novembro de 2005.
- ▶ Instalação das 2ª e 3ª Varas da Família da Comarca de Joinville
Data: 14 de novembro de 2005.
- ▶ Visita do Cônsul-Geral da Itália em Curitiba ao Tribunal de Justiça
Data: 17 de novembro de 2005.
- ▶ Visita do Embaixador da Suíça ao TJSC
Data: 22 de novembro de 2005.
- ▶ Celebração Ecumênica em Homenagem à Santa Catarina de Alexandria
Data: 25 de novembro de 2005.
- ▶ Instalação da Casa da Cidadania de Capão Alto
Data: 30 de novembro de 2005.



Peças do acervo do Museu do Judiciário foram expostas em Florianópolis

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

FOTOS: OSVALDIR PAULO DA SILVA



Solenidade de abertura da exposição realizada no Beiramar Shopping, em outubro de 2005

- ▶ Visita dos Estudantes da 4ª Série da Escola Municipal Professor Jairo Luiz Thomazi, Criciúma, ao Tribunal de Justiça
Data: 1º de dezembro de 2005.
- ▶ Visita dos Participantes do 1º Encontro dos Tribunais de Justiça Informatizados com a Solução SAJ ao Tribunal de Justiça
Data: 2 de dezembro de 2005.
- ▶ Instalação da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de Itajaí
Data: 12 de dezembro de 2005.
- ▶ Solenidade de Posse do Excelentíssimo Senhor Doutor Cid José Goulart Júnior no Cargo de Desembargador
Data: 13 de dezembro de 2005.
- ▶ Inauguração da Reforma Global do Fórum da Comarca de Araranguá
Data: 15 de dezembro de 2005.
- ▶ Instalação da 2ª Vara de Sombrio
Data: 15 de dezembro de 2005.
- ▶ Instalação da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de Criciúma
Data: 16 de dezembro de 2005.
- ▶ Instalação da Reforma Global do Fórum e Instalação da Vara Criminal da Comarca de Laguna
Data: 16 de dezembro de 2005.
- ▶ Visita da Representante Especial do Secretário Geral da ONU para Defensores de Direitos Humanos
Data: 16 de dezembro de 2005.
- ▶ Lançamento do livro "O juiz sem a toga", do Professor Herval Pina Ribeiro
Data: 16 de dezembro de 2005.
- ▶ Solenidade de Encerramento do Ano Judiciário
Data: 19 de dezembro de 2005.
- ▶ Jantar de Encerramento do Ano Judiciário
Data: 19 de dezembro de 2005.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

DES. JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES
Conselheiro Responsável

Assessores:

ALEXANDRE DOS ANJOS
BIANCA WISBECK BERNSTORFF
JOÃO LUIZ MARTELLI MOREIRA
LILIANE CARDOSO PEREIRA
MARIA MADALENA STEINBACH
WANDERLEY HORN HÜLSE

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

No decorrer do ano de 2005, a Assessoria de Planejamento continuou participando ativamente do Programa de Qualidade do Governo Federal, agora denominado Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), conforme decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005.

Nesse sentido, este Tribunal continua sendo membro do Núcleo Regional da Qualidade em Santa Catarina, o qual possibilita uma troca constante de experiências e o aprendizado mútuo entre as diversas instituições públicas participantes, tendo como empresa âncora a Eletrosul.

Os membros desta Assessoria participaram dos seguintes eventos relacionados ao GESPÚBLICA:

- ▶ **Reuniões bimestrais do Núcleo Regional da Qualidade em Santa Catarina;**
- ▶ **Seminário das Organizações Reconhecidas e Premiadas pelo Prêmio Nacional da Gestão Pública Ciclo 2004 realizada em abril;**
- ▶ **Oficina para Multiplicadores do Guia de Simplificação do Gespública realizado em novembro.**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

Com relação ao Programa 5 S, foi realizada a implantação em 8 unidades, conforme quadro abaixo, num total de 14 turmas e 112 horas/aula.

UNIDADE	PARTICIPANTES
Gabinete do Diretor de Recursos Humanos	5
Gabinete do Diretor de Material e Patrimônio	8
Gabinete do Diretor de Infra-Estrutura	5
Divisão de Serviços Gerais	7
Seção de Fotocópia e Apoio Operacional	28
Seção de Conservação e Limpeza	52
Seção de Copa e Cozinha	40
Seção de Condução e Manutenção de Elevadores	6
TOTAL	151



Além disso, após visitas de benchmarking a organizações como Correios e Intelbrás, foi criada a sistemática de perpetuação do programa, a qual consiste em avaliações trimestrais nas unidades adesas.

Para viabilizar as avaliações, foi montado um Curso para Formação de Avaliadores do Programa 5 S, sendo capacitados 8 avaliadores, num total de 2 turmas e 8 horas/aula.

O resultado da avaliação é representado por um quadro (figura abaixo) no qual constam os cinco sentidos (utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina) e seus respectivos conceitos: ruim (vermelho), bom (amarelo), ótimo (verde) e excelente (azul). O quadro

contém, ainda, um plano de melhorias, o qual indica que ações devem ser realizadas para proporcionar um ambiente de trabalho mais adequado.

Dando seqüência ao projeto de Pesquisa de Avaliação da Satisfação do Usuário, foi feita a tabulação final dos dados com o auxílio do SisQuest. Em seguida, foram realizadas apresentações dos resultados aos magistrados e funcionários das comarcas envolvidas, conforme quadro abaixo. Por fim, foi montado um relatório e encaminhado ao Gabinete da Presidência e às áreas responsáveis pela solução das principais críticas e sugestões apontadas na pesquisa.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

Com relação ao projeto de Rotinas e Procedimentos das unidades da Secretaria do Tribunal de Justiça, esta Assessoria, contando com o auxílio de um consultor externo, elaborou a Instrução Normativa, que determina o formato, a metodologia e a simbologia para a confecção dos manuais. A primeira rotina descrita sob as normas da Instrução Normativa está em fase de aprovação pelas áreas envolvidas.

Quanto ao acompanhamento de projetos, foram cadastrados 177 novos projetos. Dentre os quais, merecem destaque aqueles sob

responsabilidade do Gabinete da Presidência, com o objetivo de acompanhar a instalação de 18 varas criadas pela Lei Complementar nº 224/02.

Esta assessoria participou das reuniões de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Além disso, adotou-se uma nova prática para o acompanhamento da execução orçamentária, que consiste na indicação do número do projeto com objetivo de alocar adequadamente os recursos no respectivo item orçamentário.

Esta Assessoria centralizou o atendimento à

COMARCA	DATA	Nº DE PARTICIPANTES	
		SERVIDORES	MAGISTRADOS
Rio do Sul	1º/03/2005	14	1
Balneário Camboriú	15/03/2005	41	2
Brusque	16/03/2005	33	2
Tubarão	30/03/2005	27	6
Criciúma	31/03/2005	12	2
Itajaí	08/04/2005	34	5
Joinville	12/04/2005	14	0
Blumenau	14/04/2005	43	8
Chapecó	04/05/2005	46	6
Concórdia	05/05/2005	43	3
Joaçaba	05/05/2005	23	3
Curitibanos	06/05/2005	27	3
Lages	06/05/2005	58	1

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

Resolução nº 4 de 16 de agosto de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, no que tange ao fornecimento dos dados estatísticos relacionados a:

- ▶ ***cadastro (magistrados, fóruns e varas);***
- ▶ ***orçamento e finanças;***
- ▶ ***quadro de pessoal;***
- ▶ ***parque de informática (software e hardware);***
- ▶ ***área (espaço físico dos imóveis);***
- ▶ ***informações processuais;***
- ▶ ***mecanismos de acesso à justiça.***

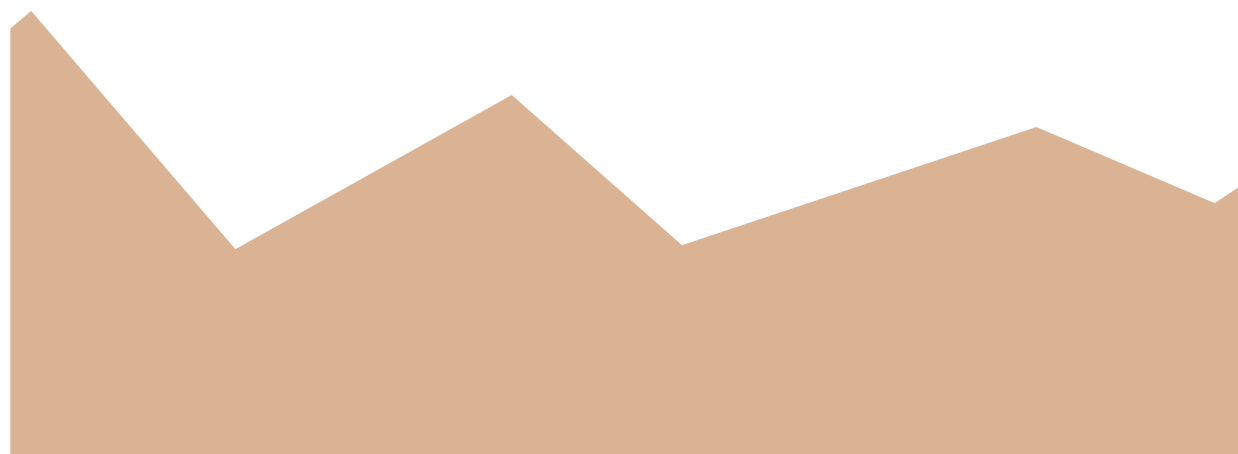
A Assessoria continua colaborando no desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina, participando de todas as reuniões dos grupos de trabalho responsáveis pelos diversos módulos que compreendem o novo sistema.

Destaca-se finalmente a disseminação de conhecimento ocorrida através de um convênio assinado entre este Tribunal e o Tribunal de Justiça de Sergipe, por meio do qual esta Assessoria prestou serviço de consultoria para a utilização do software de gerenciamento de projetos SisProject.

AUDITORIA INTERNA

IVAN BERTOLDI

Coordenador



AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2005, dentre outros trabalhos, 517 relatórios/manifestações em processos administrativos.

Os trabalhos, em quase a totalidade, envolveram a realização de despesas, ou a geração de receitas, cabendo destacar: análise de balancetes, balanços e relatórios de gestão fiscal; análise de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade; pagamento de parcelas de contratos; despesas com pessoal; aditivos de contratos; aposentadoria de servidores; processos de prestação de contas; relatórios bimestrais de controle interno e pedidos de devolução de valores recolhidos ao Fundo de Reparcelamento da Justiça.

Além disso, a Auditoria controlou a tramitação de processos relativos a diligências oriundas do Tribunal de Contas do Estado e participou dos estudos para alteração da cobrança das custas judiciais. Também colaborou na solução de questões apresentadas pelas diversas unidades administrativas.

Com relação aos controles internos, foram realizadas reuniões com as unidades administrativas, visando a avaliá-los e aprimorá-los. Para a realização deste trabalho, a Auditoria Interna contou com a colaboração da Assessoria de Planejamento.

Em relação ao Fundo de Reparcelamento da

Justiça - FRJ, além de atender a inúmeras consultas efetuadas pelos cartórios e demais interessados, no exercício de 2005, foram feitas auditorias em 54 cartórios extrajudiciais, abrangendo as comarcas de Araquari, Caçador, Capital, Concórdia, Criciúma, Garopaba, Içara, Joinville, Laguna, Ponte Serrada, São Joaquim, São José, Seara, Tubarão e Urubici.

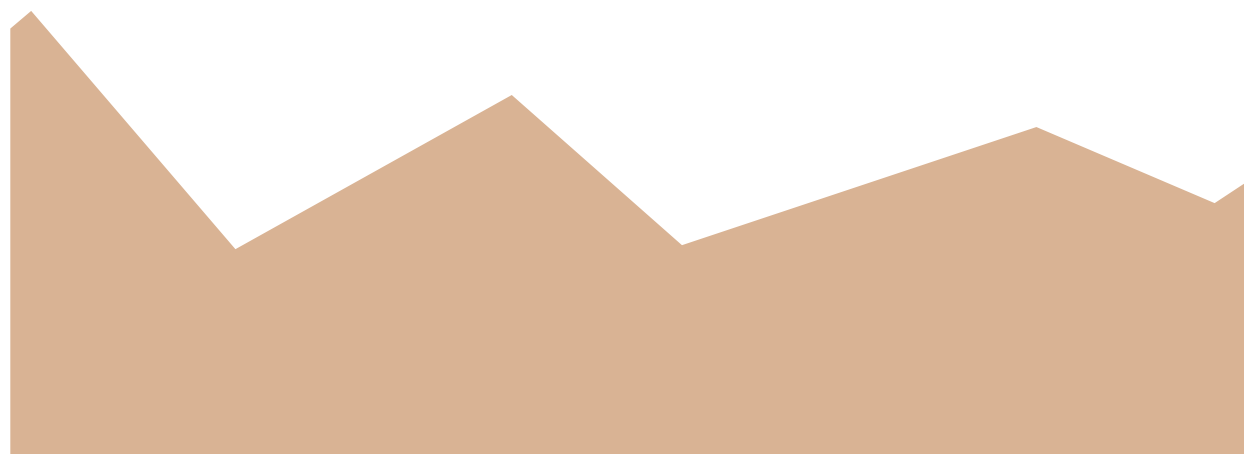
Desse trabalho, com o objetivo de verificar o recolhimento dos valores destinados ao Fundo de Reparcelamento da Justiça e de conscientizar sobre a maneira correta de fazê-lo, resultaram:

▶ Valor notificado em 2005	271.829,00
▶ (-) valor recolhido	- 38.439,23
▶ (-) valores comprovados/justificados	- 15.166,18
▶ = Saldo a recolher e/ou justificar	= 218.223,59

Além disso, em 2005, foram recolhidos R\$ 133.674,55 relativos a notificações realizadas no exercício de 2004:

▶ Saldo a recolher e/ou a justificar em 31/12/04	123.471,15
▶ (+) atualizações	+ 10.203,40
▶ (-) valor recolhido	- 133.674,55
▶ = Saldo a recolher e/ou justificar	= 0,00

Assim, os recolhimentos efetuados em 2005, resultantes de notificações, totalizaram **R\$ 172.113,78.**

CASA DA CIDADANIA**DES. CÉSAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU***Conselheiro Responsável***ALCEBIR DAL PIZZOL***Profissional Responsável*

CASA DA CIDADANIA

UNIDADES INSTALADAS

Unidades instaladas no ano de 2005 com as respectivas datas de instalação e a região a que pertencem:

- ▶ **8 de agosto de 2005**
Vargem Bonita, Meio-Oeste
- ▶ **29 de agosto de 2005**
Cerro Negro, Planalto Serrano
- ▶ **8 de setembro de 2005**
Campo Alegre, Norte do Estado
- ▶ **30 de novembro de 2005**
Capão Alto, Planalto Serrano

CAPACITAÇÃO DOS CONCILIADORES E SECRETÁRIOS

O Tribunal de Justiça, no ano de 2005, visando ao aprimoramento do pessoal responsável pelas Casas da Cidadania, ofereceu cursos de capacitação às pessoas que já atuam nas Casas, aos novos parceiros que aderiram ao projeto, aos conciliadores e aos secretários que passaram a atuar nas novas unidades que serão instaladas ainda no decorrer do ano de 2005. Foram realizados II módulos.

MÓDULO I - CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA SECRETÁRIOS E CONCILIADORES DAS CASAS DA CIDADANIA DE SANTA CATARINA. TÉCNICAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Palestra: Apresentação do Projeto Casa da Cidadania e Noções Básicas de Direito de Família: 9 horas-aula.

Palestra: Formação inicial em Conciliação para Secretários e Conciliadores das Casas da Cidadania: 12 horas-aula.

Palestra: Formação de Base em Mediação Familiar: 10 horas-aula.

Data: 25 a 28 de abril de 2005

Cidade: Florianópolis

Carga horária: 31 horas-aula

Pessoas treinadas: 48

MÓDULO II - CURSO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR PARA SECRETÁRIOS E CONCILIADORES DAS CASAS DA CIDADANIA DE SANTA CATARINA. TÉCNICAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Palestra: Técnicas de Negociação: 5 horas-aula.

Palestra: Técnicas de Abordagem dos Conflitos: 22 horas-aula.

CASA DA CIDADANIA

Palestra: Princípios Básicos da Lei 9.099/95

aplicado aos Juizados de Conciliação:

4 horas-aula.

Data: 18 a 21 de julho de 2005

Cidade: Blumenau

Carga horária: 31 horas-aula

Pessoas treinadas: 48

► PEDIDOS PARA INSTALAÇÃO DE NOVAS CASAS DA CIDADANIA

Tramitam aproximadamente 50 (cinquenta) pedidos para instalação de Casas da Cidadania, provenientes de Prefeituras, Universidades e de Deputados Estaduais representando suas regiões, que se encontram em fase de apreciação.

► NÚMERO DE SECRETÁRIOS E CONCILIADORES/MEDIADORES EM ATIVIDADE

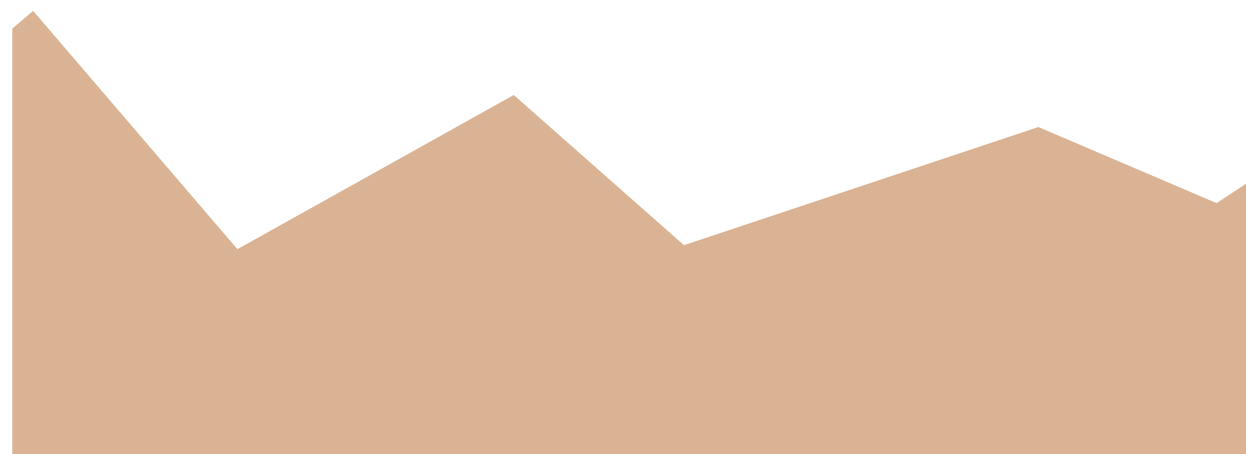
Secretários: 66

Conciliadores/Mediadores: 173

MEDIAÇÃO FAMILIAR

ELIEDITE MATTOS ÁVILA

Profissional Responsável



MEDIAÇÃO FAMILIAR

O Serviço de Mediação Familiar (SMF) é um projeto do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina vinculado ao Gabinete da Presidência.

Tem como objetivo o atendimento de conflitos familiares relacionados à separação, ao divórcio, à guarda de filhos, à regulamentação de visitas e outros de ordem familiar, de uma forma mais acessível, ágil e menos traumática na justiça de primeiro grau.

Atualmente, contamos com o serviço disponível nas Varas de Família de doze Fóruns de Justiça: Capital, Chapecó, Joinville, Balneário Camboriú, Ituporanga, Dionísio Cerqueira, Abelardo Luz, Anchieta, Catanduvas, São José, Correia Pinto e Trombudo Central. No ano de 2005, o serviço foi instalado em seis comarcas, sendo que Correia Pinto e Trombudo Central já estão funcionando e Videira, Gaspar, Blumenau e Mondaí em vias de implantação.

TREINAMENTOS REALIZADOS EM 2005

Número total de cursos:

11

Carga horária:

21 horas-aula para cada curso

Número total de participantes:

235

OPERADORES DO PROJETO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Servidores do judiciário atuando como mediadores familiares:

11

Estagiários mediadores:

35 (direito, psicologia e serviço social)

Voluntários ou servidor público à disposição do judiciário:

39 (assistentes sociais; psicólogos e advogados)

Advogados em sistema de plantão nos serviços de mediação:

74

MEDIAÇÃO FAMILIAR

DADOS ESTATÍSTICOS

Número de atendimentos no ano de 2005. *Período: fevereiro a novembro*

Cabe esclarecer que as comarcas abaixo relacionadas praticam a mediação preventiva, ou seja, antes da abertura de um processo pelas vias tradicionais.

I - Comarca de São José

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	1.520
Encaminhados para mediação:	915
Orientações gerais/outros:	605

2. Resultado das mediações realizadas

76,5% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados; **23,5%** foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

II- Comarca da Capital

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	1.524
Encaminhados para mediação:	893
Orientações gerais/outros:	631

2. Resultado das mediações realizadas

66,% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados; **34,%** foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

III Comarca de Trombudo Central

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	131
Encaminhados para mediação:	38
Orientações gerais/outros:	93

2. Resultado das mediações realizadas

84% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados; **16%** foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

IV- Comarca de Chapecó

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	141
Encaminhados para mediação:	133
Orientações gerais/outros:	8

2. Resultado das mediações realizadas

74% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados; **26%** foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

MEDIAÇÃO FAMILIAR

V - Comarca de Balneário Camboriú

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	107
Encaminhados para mediação:	59
Orientações gerais/outros:	48

2. Resultado das mediações realizadas

88% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
12% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

VI- Comarca de Ituporanga

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	172
Encaminhados para mediação:	52
Orientações gerais/outros:	120

2. Resultado das mediações realizadas

77,5% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
22,5% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

VII Comarca de Dionísio Cerqueira

1. Atendimento na triagem:

Total de atendimentos:	264
Encaminhados para mediação:	144
Orientações gerais/outros:	120

2. Resultado das mediações realizadas

79% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
21% foram encaminhados para ações judiciais, não sendo possível um acordo por intermédio da mediação.

VIII- Comarca de Correia Pinto

Obs.: Realiza a mediação judicial com os processos já instaurados.

Número de acordos homologados:	152
--------------------------------	-----

IX Comarca de Joinville

Obs.: Realiza a mediação judicial com os processos já instaurados.

Número de acordos homologados:	52
--------------------------------	----

X Comarca de Abelardo Luz

Não enviou relatório anual

XI Comarca de Anchieta

Não enviou relatório anual

XII Comarca de Catanduvas

Não enviou relatório anual

MEDIAÇÃO FAMILIAR

RESUMO ESTATÍSTICO

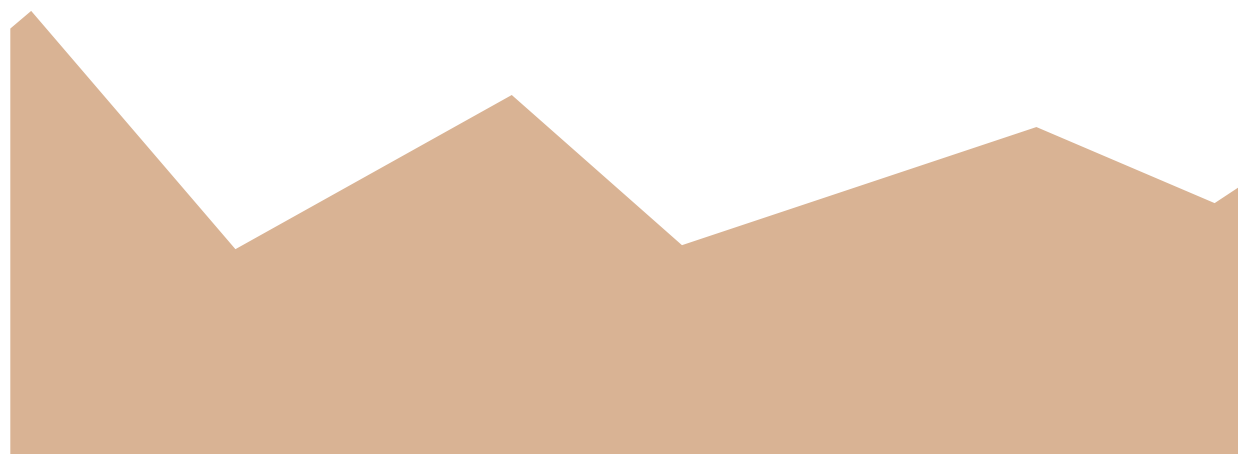
Na média geral, o número de acordos efetuados por intermédio do Serviço de Mediação Familiar (SMF) obteve o índice de 77,8%, contribuindo dessa forma para a diminuição do número de ações litigiosas que poderiam entrar no Judiciário pelas vias tradicionais, ou seja, mais de 1.000 casos resolvidos consensualmente.

No primeiro semestre do ano de 2005, foi realizada uma pesquisa no Sistema de Automação do Judiciário catarinense (SAJ), referente aos acordos homologados nas duas Varas de Família por intermédio do Serviço de Mediação Familiar. O objetivo dessa pesquisa foi o de verificar o número de acordos revisados ou com pedido de execução, ocasionando o ingresso de uma nova ação judicial. Observou-se que dos **227** casos homologados nas duas Varas de Família, que constavam no SAJ, apenas **7%** pediram a revisão do acordo. A maioria das ações impetradas foram referentes à execução de alimentos. Os dados demonstram a eficácia do Serviço de Mediação que trabalha no sentido de que o acordo seja duradouro e satisfatório, atendendo às necessidades das pessoas envolvidas. Comprova-se, assim, o índice significativo de cumprimento de acordos, o que está relacionado à metodologia de resolução baseada no diálogo e na atuação interdisciplinar.

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

JONAS ARAÚJO

Ouvidor

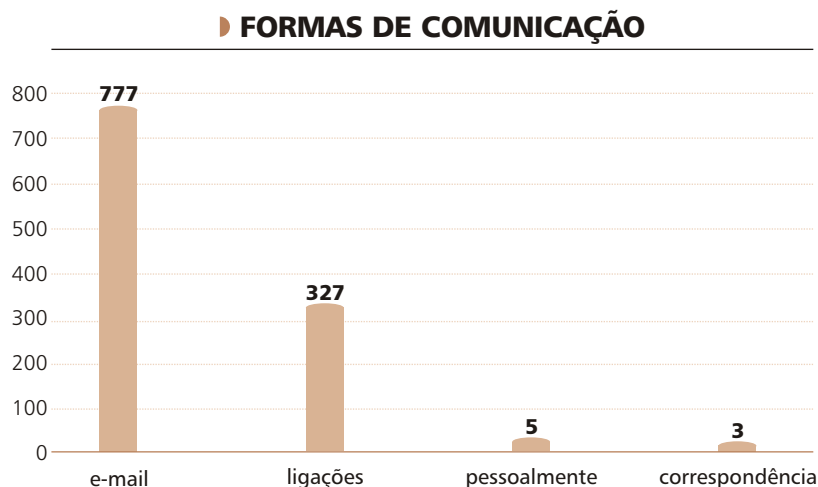


OUVIDORIA DOS SERVIDORES

I - ESTATÍSTICA DOS ATENDIMENTOS

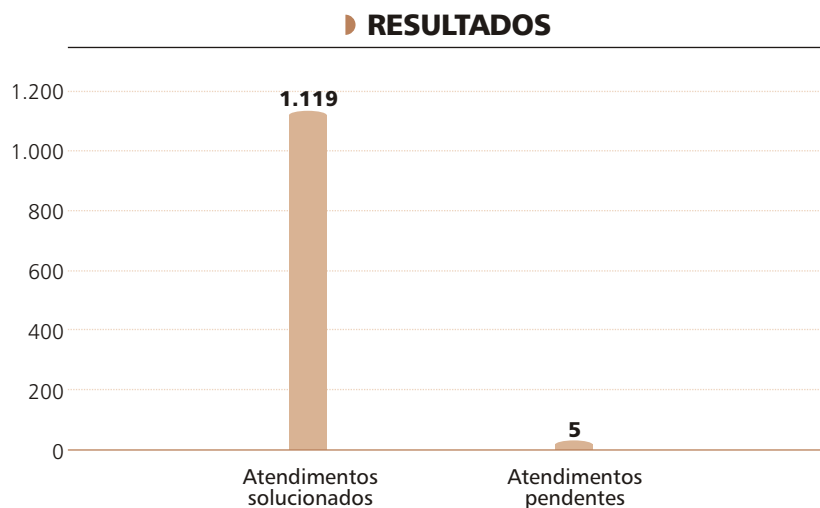
1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria

No decorrer do ano de 2005, foram realizados 1.124 (mil cento e vinte e quatro) atendimentos, que se deram da seguinte forma:



2 - Atendimentos solucionados

Como já descrito anteriormente, dos 1.124 atendimentos realizados por esta Ouvidoria restaram solucionados e pendentes:

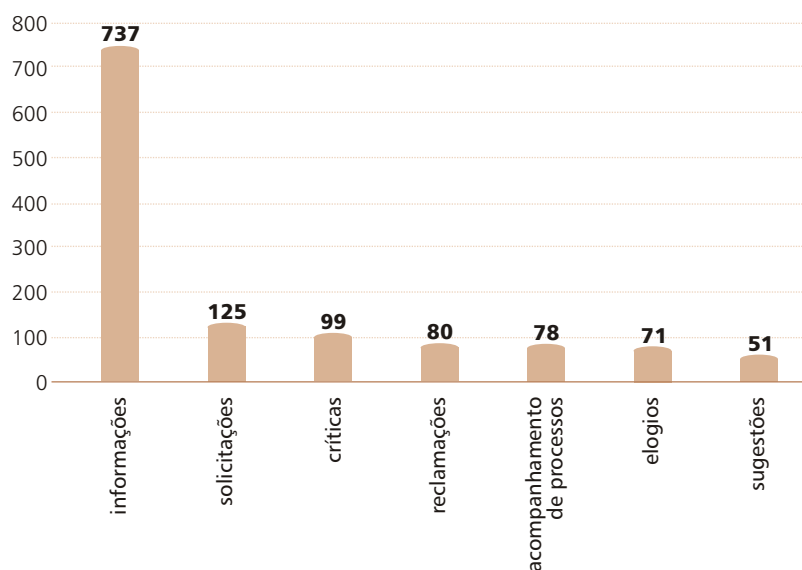


OUVIDORIA DOS SERVIDORES

3 - Tipos de manifestações

Foram diversas as manifestações dos servidores, dentre elas:

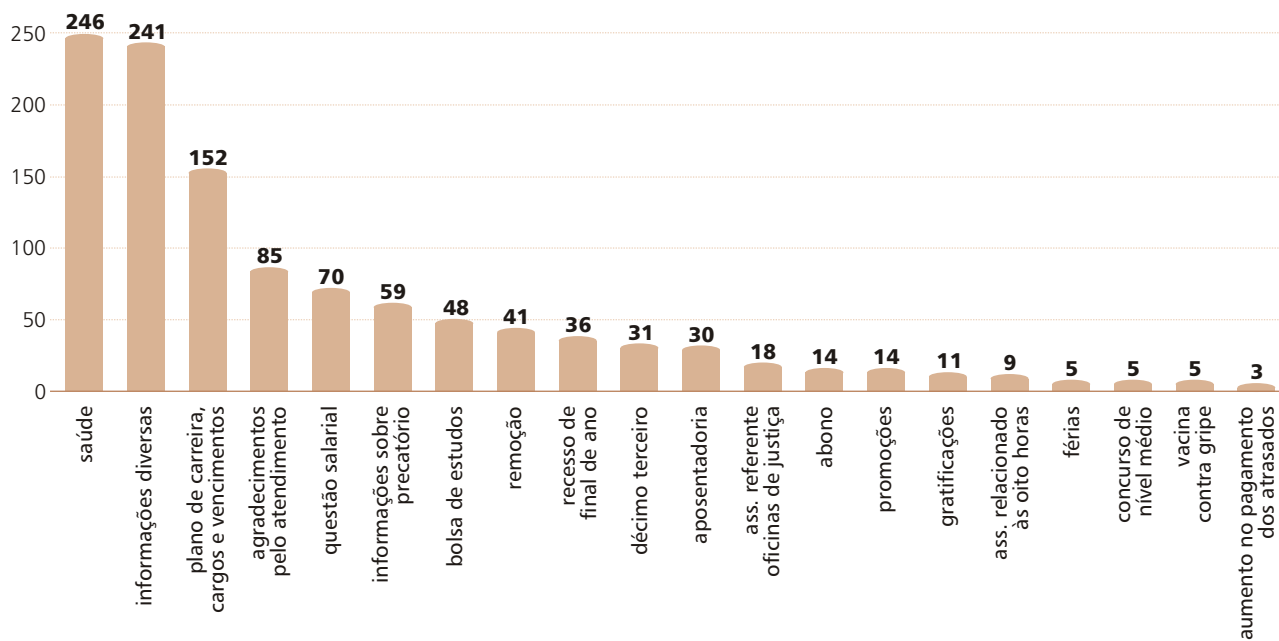
MANIFESTAÇÕES



4 - Assuntos abordados pelos servidores

Os assuntos abordados pelos servidores, por meio dos atendimentos, foram:

ASSUNTOS



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

5 - Comarcas que se comunicaram com a ouvidoria

Os servidores que se comunicaram com a ouvidoria pertencem aos seguintes locais:

Nº	LOCAL	Nº	LOCAL
227	- Capital	003	- Quilombo
137	- Tribunal de Justiça	003	- Campos Novos
093	- São José	003	- Videira
067	- Balneário Camboriú	003	- Catanduvas
050	- Itajaí	003	- São Bento do Sul
045	- Joinville	002	- Navegantes
044	- Lages	002	- São Francisco do Sul
041	- Itapema	002	- Biguaçu
026	- Blumenau	002	- Xanxerê
025	- Brusque	002	- Ituporanga
024	- Tubarão	002	- Fraiburgo
024	- Turvo	002	- São Miguel do Oeste
023	- Jaraguá do Sul	002	- Tijucas
023	- Chapecó	002	- Ibirama
022	- Braço do Norte	002	- Santa Cecília
020	- Criciúma	002	- Caçador
018	- Guaramirim	002	- Pinhalzinho
018	- Curitibanos	002	- Araranguá
014	- Concórdia	002	- Seara
014	- Rio do Sul	002	- Pomerode
011	- Porto União	002	- Araquari
011	- Ascurra	002	- Sto. Amaro da Imperatriz
010	- Gaspar	001	- São João Batista
007	- Mafra	001	- Armazém
006	- Palhoça	001	- Indaial
006	- Capivari de Baixo	001	- Descanso
006	- Corrêa Pinto	001	- Campo Erê
005	- Herval do Oeste	001	- Coronel Freitas
005	- São Joaquim	001	- Sombrio
005	- Piçarras	001	- Porto Belo
005	- Joaçaba	001	- Urussanga
004	- Itapoá	001	- São José do Cedro
004	- Itaiópolis	001	- Cunha Porã
003	- Jaguaruna	001	- Anita Garibaldi
003	- Bom Retiro	001	- Canoinhas
003	- Modelo	001	- Rio Negrinho
003	- Maravilha	001	- São Joaquim
003	- Barra Velha	001	- São Domingos
003	- Ponte Serrada	001	- Campo Belo do Sul

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

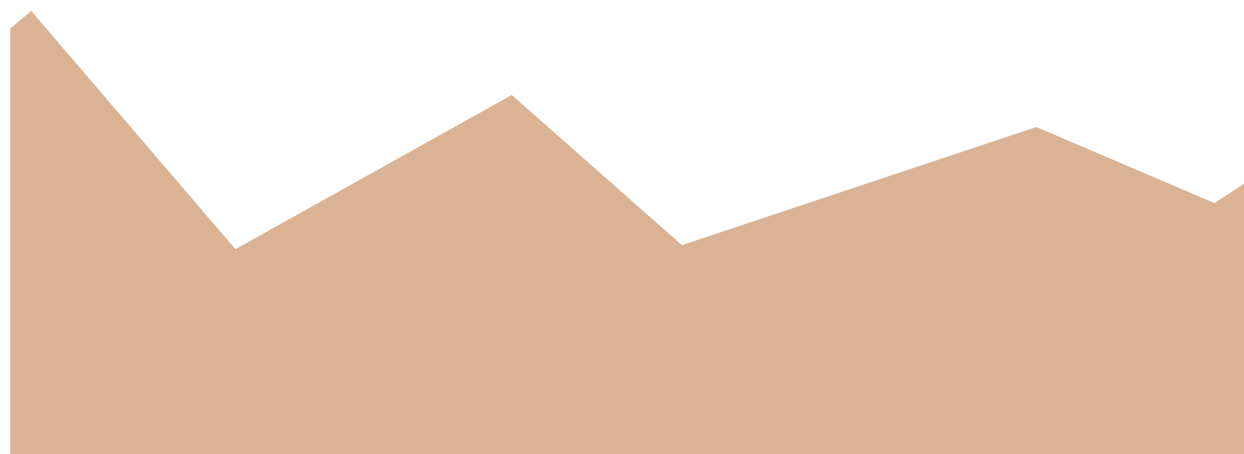
II - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

- ▶ 12-05-2005, às 19h30min - O Ouvidor participou do lançamento do livro: “Estudo Social ou Perícia Social”, cujo autor é o servidor Alcebir Dal Pizzol, nas dependências do Conselho Regional de Serviço Social – Florianópolis/SC;
- ▶ 13-05-2005 - O Ouvidor participou do 2º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas da Região Sul, na cidade de Curitiba/PR;
- ▶ 06 e 07-06-2005 - O Ouvidor participou do Encontro Estadual de Escrivães, em Fraiburgo/SC;
- ▶ 11-06-2005 - O Ouvidor participou do encontro Estadual dos Comissários da Infância e Juventude, em Gaspar/SC;
- ▶ 13 a 17-06-2005 - O Ouvidor participou da 1ª Semana do Mutirão de Conciliação, como conciliador, na Vara de Executivos Fiscais da Capital, em Florianópolis/SC;
- ▶ 18 a 19-08-2005 - O Ouvidor participou do I Encontro Nacional de Ouvidorias Judiciárias, em Brasília/DF;
- ▶ 26-09-2005, às 15h - O Ouvidor participou, juntamente com a Diretoria da ABO/SC- Associação Brasileira de Ouvidores, Secção de Santa Catarina, da entrevista coletiva à imprensa a respeito do X Encontro Nacional de Ouvidores, ocorrida na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;
- ▶ 28 a 30-09-2005 - O Ouvidor participou do X Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudsman, em Florianópolis/SC;
- ▶ 03-10-2005 - O Ouvidor participou do treinamento para atuar como Gerente Operacional no Referendo 2005, ocorrido na sede do Tribunal Regional Eleitoral – Florianópolis/SC;
- ▶ 07 a 11-11-2005 - O Ouvidor participou da 2ª Semana do Mutirão de Conciliação, como conciliador, da Vara de Executivos Fiscais da Capital, ocorrido nas dependências do Centrosul, em Florianópolis.

JUNTA MÉDICA

DRA. LEISA MARIA LEAL

Presidente



JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

► DADOS ESTATÍSTICOS 2005

(período de 2 de janeiro a 30 de novembro de 2005)

► PROCEDIMENTOS	► QUANTIDADE
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	1.844
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PF	230
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	85
SUBTOTAL (LTS)	2.139
LICENÇA GESTAÇÃO	50
READAPTAÇÃO	36
REMOÇÃO	12
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	20
ADMISSÃO	373
PEDIDO DE ISENÇÃO DO DESC. DO I.R	20
AGENDAMENTO DE PERÍCIA	373
PERÍCIA NA JUNTA MEDICA LTS	166
PEDIDO DE PARECER A ESPECIALISTA	15
REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA	6
PEDIDO DE REAVALIAÇÃO	5
PEDIDO DE REVISÃO DE APOSENTADORIA	1
PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO P/POSSE	2
PEDIDO DE AVALIAÇÃO PSÍQUICA	9



VICE-PRESIDÊNCIA

DES. ANSELMO CERELLO

Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme a competência e as atribuições definidas pelo Ato Regimental n. 48/2001, possui a incumbência, dentre outras, de despachar os pedidos de suspensão de liminar e de sentenças proferidas em mandado de segurança, em ação popular e em ação civil pública. Ademais, compete ao 1º Vice-Presidente a presidência das Comissões de Divisão e Organização Judiciária e de Regimento Interno, bem como as Comissões de concurso de Ingresso na Magistratura de Carreira de 1º Grau e de outros concursos para admissão em cargos de nível superior da área jurídica.

PROCESSOS

PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR

Pedidos de Suspensão de Liminar/Sentença

Deferidos	12
Indeferidos	16
Não conhecidos	5

Pedido de Suspensão de Execução de Tutela Antecipada

Indeferido	1
------------	---

Agravo em Pedido de Suspensão de liminar

Provido	1
Desprovidos	2

Agravo Regimental

Desprovidos	5
-------------	---

PROCESSOS

► DESPACHOS REFERENTES AOS INCIDENTES RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

Assistência Judiciária	
Deferidos	2.391
Indeferidos	75
Deferidos p/ alguns	3
<hr/>	
Encaminhamento ao TRF da 4ª Região, dada a sua competência	11
Competência da Justiça Estadual	5
Deserção por falta de pagamento de preparo	108
Processos encaminhados à comarca de origem	2
Insuficiência do preparo recursal /ausência de pagamento das custas iniciais	23
Embargos de Declaração	5
Abertura do prazo para a parte recorrer na comarca de origem	2
Desnecessidade de recolhimento do preparo recursal	3
Preparo em processos criminais	15
Diligência para comprovar o preparo recursal ou a condição de beneficiário	18
Impugnação à assistência judiciária	4
Intimação para parte juntar declaração de hipossuficiência	90
Despacho revogando decisão de deserção/ indeferimento da inicial	7
Saneamento de irregularidade	23
Despacho dando prosseguimento ao feito	23
Indeferimento da petição inicial (ausência de pagamento das custas iniciais)	10
Total Geral de despachos/acórdãos	2.860

► ASSESSORIA ESPECIAL

Assistência Judiciária	
Projetos de atos regimentais	6
Pareceres	10
Ofícios expedidos	248

Projetos

Lei complementar referente à majoração salarial e à unificação dos cargos dos servidores do Poder Judiciário - Plano de Cargos e Salários - PCS

Estatuto da Magistratura - aguardando votação da redação final na Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias

Regimento Interno do Tribunal de Justiça - aguardando votação da redação final na Comissão de Regimento Interno

PROCESSOS

COMISSÃO PERMANENTE DO CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Reuniões	25
-----------------	-----------

Processos

Resolvidos	55
Arquivados definitivamente	47
Pendentes	12
Distribuídos para estudo	65
Recebidos	31
Encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça	3
Encaminhados à Presidência	6
Encaminhado ao Vice-Corregedor-Geral de Justiça	2

Principais Decisões

Aprovação do Projeto de Lei Complementar - PCS, com a participação de representantes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário - Sinjusc, e da Associação dos Magistrados de Santa Catarina - AMC, auxiliado pelos setores técnicos do Tribunal de Justiça.

Aprovação dos projetos de Atos Regimentais pela Presidência e pela Assessoria Especial da 1ª Vice-Presidência.

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Reuniões	4
-----------------	----------

Processos

Pendentes	5
Recebidos	1
Distribuídos para estudos	1
Sobrestados aguardando novo Regimento Interno	6

PROCESSOS

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Manutenção da Revista de Jurisprudência Catarinense

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Processos recebidos	14
Processos Julgados	14
Recurso de decisão	1
Pedido de providências	5
Consulta	5
Processos Administrativos	3

CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE

Ofícios expedidos	172
Edital nº 1	A Comissão Examinadora fixa de 25.01.2005 a 03.02.2005, prazo para entrega dos microcomputadores para a Prova Técnica – Sentença Civil.
Edital nº 1-a	Constituição da Comissão para aplicação dos exames psicotécnicos.
Edital nº 2	Relação dos candidatos aprovados na Prova Escrita de Direito Civil.
Edital nº 3	Publicação das serventias vagas para concurso de Notarial e Registral.
Edital nº 4	Data para julgamento dos recursos interpostos à Prova de Direito Civil.
Edital nº 5	Julgamento dos recursos interpostos – Prova de Direito Civil e Inclusão dos candidatos com recursos providos.
Edital nº 6	Fixa data para as entrevistas - Exames psicotécnicos.
Edital nº 7	Relação dos candidatos aptos à Prova Oral.
Edital nº 8	Relação dos candidatos aprovados no concurso da magistratura.
Edital nº 9	Adendo ao Edital nº 3 - Publicação das serventias vagas para concurso de Notarial e Registral.
Editais Publicados	9

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA

2º Vice-Presidente



APRESENTAÇÃO

Primeiramente, torna-se necessário informar que os dados obtidos entre os meses de janeiro e março de 2005 foram apresentados pelo Desembargador Pedro Manoel Abreu, que exerceu o cargo de 2º Vice-Presidente naquele período.

Em 06 de abril do corrente, após eleito pelo Tribunal Pleno, o signatário assumiu esta unidade dirigente.

Imprescindível destacar que o Ato Regimental n. 66/2005, publicado em 1º de abril de 2005 (DJ/SC n. 11.639), redefiniu as atribuições do 2º Vice-Presidente delimitando sua competência a proferir os despachos de admissibilidade de recursos extraordinários e especiais, bem como julgar os respectivos incidentes processuais e as ações incidentais nos processos de competência

das Câmaras de Direito Público e das Câmaras Criminais, dentre outras funções.

Ressalte-se que, anteriormente à publicação do Ato Regimental n. 66/2005, a competência do 2º Vice-Presidente englobava, tanto os despachos de admissibilidade de recursos extraordinários e especiais das Câmaras de Direito Público e Criminais, quanto das Câmaras de Direito Comercial e Civil.

Em razão disso, os dados estatísticos apresentados podem ser cindidos em duas partes: 1) entre os meses de janeiro e março os números dizem respeito aos processos oriundos de todas as Câmaras desta egrégia Corte e, 2) os dados computados a partir de abril referem-se exclusivamente às Câmaras de Direito Público e Criminais.

PENDENTES DE 2004 (Estatística Anual de 2004)

NATUREZA	PEND 2002	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES	IMPEDIDOS
Resp. Cível	898	2.443	1.816	1.512	288
RE/Resp. Cível	900	1.951	1.577	1.278	338
RECível	159	440	480	116	2
Med. Cautelar	1	42	39	7	0
Diversos	47	1162	1150	70	4
Resp. Crime	18	304	294	31	0
RECrime	0	14	13	1	0
RE/Resp. Crime	11	105	104	12	0
TOTAL	2.034	6.461	5.473	3.027	632
PROCESSOS EM GABINETE					2.395

DADOS ESTATÍSTICOS

JANEIRO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	191	61	186
RE/Resp.Cível	149	53	145
RECível	21	23	18
Med. Cautelar	3	3	0
Diversos	138	103	77
Resp.Crime	31	30	22
RECrime	1	0	1
RE/Resp.Crime	15	10	13
TOTAL	549	283	462

FEVEREIRO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	334	130	322
RE/Resp.Cível	233	139	228
RECível	91	17	90
Med. Cautelar	2	4	1
Diversos	154	163	66
Resp.Crime	22	18	19
RECrime	1	1	0
RE/Resp.Crime	6	9	2
TOTAL	843	481	728

MARÇO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	12	168	3
RE/Resp.Cível	4	125	2
RECível	3	17	1
Med. Cautelar	1	11	0
Diversos	13	82	0
Resp.Crime	41	45	22
RECrime	3	2	1
RE/Resp.Crime	12	12	8
TOTAL	89	462	37

ABRIL

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	112	29	48
RE/Resp.Cível	128	20	80
RECível	52	11	25
Med. Cautelar	2	2	0
Diversos	45	38	0
Resp.Crime	13	15	0
RECrime	2	1	0
RE/Resp.Crime	16	6	2
TOTAL	370	122	155

MAIO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	120	43	54
RE/Resp.Cível	108	61	90
RECível	55	21	21
Med. Cautelar	2	2	0
Diversos	30	33	0
Resp.Crime	32	25	1
RECrime	3	3	0
RE/Resp.Crime	6	12	2
TOTAL	356	200	168

JUNHO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	99	22	56
RE/Resp.Cível	85	49	60
RECível	22	21	12
Med. Cautelar	2	2	0
Diversos	23	31	0
Resp.Crime	33	41	2
RECrime	0	2	0
RE/Resp.Crime	23	25	0
TOTAL	287	193	130

DADOS ESTATÍSTICOS

JULHO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	23	38	19
RE/Resp.Cível	30	10	18
RECível	10	54	3
Med. Cautelar	6	4	0
Diversos	21	20	0
Resp.Crime	27	64	0
RECrime	0	0	0
RE/Resp.Crime	10	8	0
TOTAL	127	198	40

AGOSTO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	205	109	134
RE/Resp.Cível	173	22	144
RECível	55	41	25
Med. Cautelar	0	2	0
Diversos	29	33	0
Resp.Crime	48	28	4
RECrime	3	3	0
RE/Resp.Crime	20	18	0
TOTAL	533	256	307

SETEMBRO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	37	157	21
RE/Resp.Cível	54	44	50
RECível	4	18	3
Med. Cautelar	0	0	0
Diversos	17	15	0
Resp.Crime	21	29	3
RECrime	2	1	0
RE/Resp.Crime	4	8	0
TOTAL	139	272	77

OUTUBRO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	10	82	8
RE/Resp.Cível	14	54	14
RECível	4	35	1
Med. Cautelar	0	0	0
Diversos	17	20	0
Resp.Crime	36	36	14
RECrime	1	2	0
RE/Resp.Crime	3	7	0
TOTAL	85	236	37

NOVEMBRO

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	51	38	40
RE/Resp.Cível	60	67	56
RECível	16	34	11
Med. Cautelar	0	0	0
Diversos	21	19	0
Resp.Crime	31	18	12
RECrime	1	1	0
RE/Resp.Crime	13	4	2
TOTAL	193	181	121

DEZEMBRO*

NATUREZA	ENTRADA	DESPACHOS	PENDENTES
Resp.Cível	19	15	18
RE/Resp.Cível	9	6	9
RECível	5	14	5
Med. Cautelar	0	0	0
Diversos	4	6	0
Resp.Crime	10	7	10
RECrime	0	0	0
RE/Resp.Crime	2	9	2
TOTAL	49	57	44

(*) Até 13/12/2005

DADOS ESTATÍSTICOS

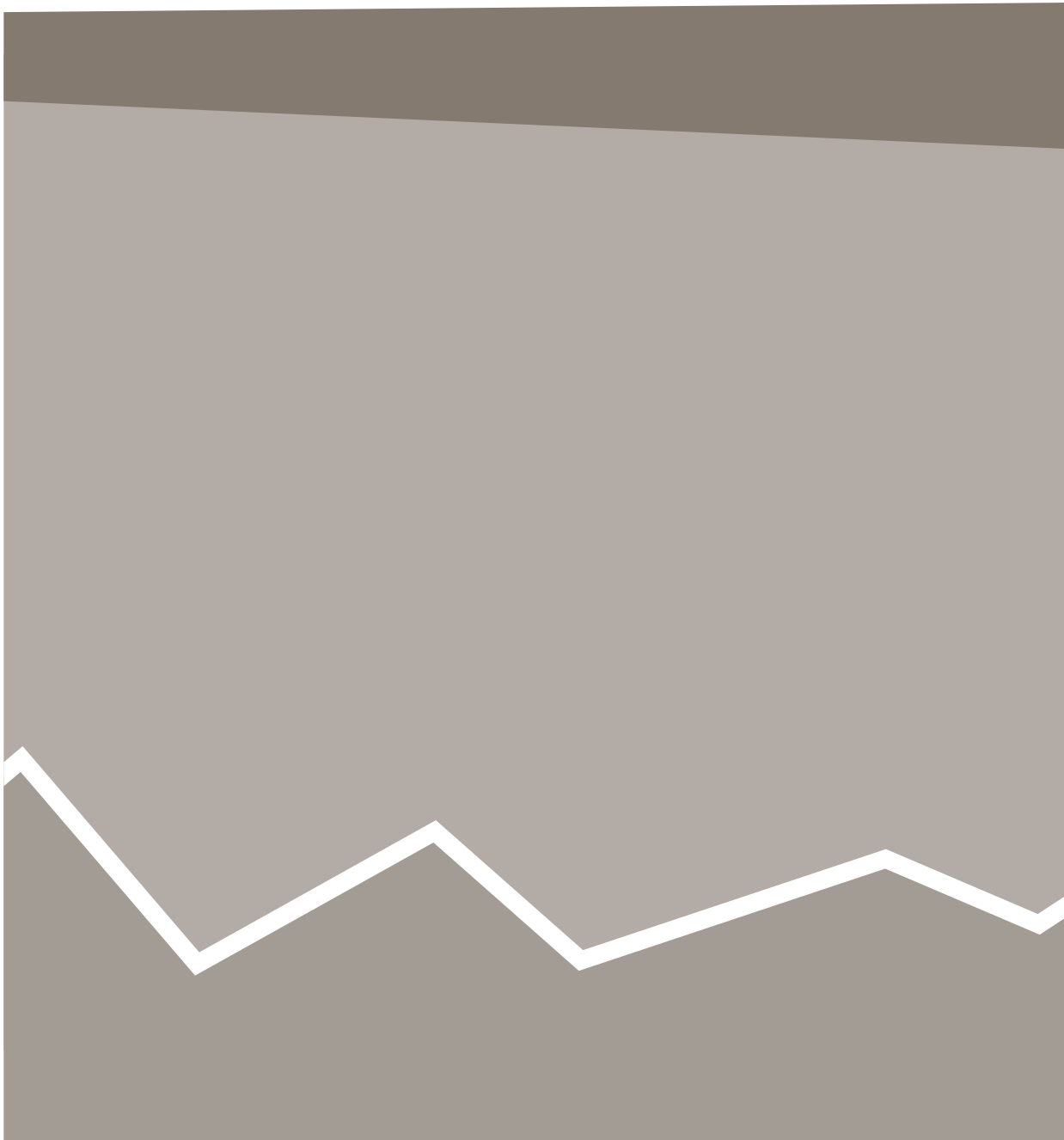
▶ TOTAL DE PROCESSOS EM GABINETE

NATUREZA	ENTRADA EM 2005	SAÍDA EM 2005	PENDENTES
Resp.Cível	1085	533	554
RE/Resp.Cível	1130	333	797
RECível	443	249	197
Med. Cautelar	12	12	0
Diversos	94	216	0
Resp.Crime	282	263	49
RECrime	13	13	0
RE/Resp.Crime	103	97	8
TOTAL	3.162	1.716	1.605
TOTAL DE PROCESSOS EM GABINETE			1.605

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. ORLI DE ATAÍDE RODRIGUES

3º Vice-Presidente



APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo fornecer subsídios para o processo de tomada de decisão no TJSC. Reflete o trabalho desenvolvido pelo Exmo. Des. Orli Rodrigues desde a sua ascensão ao cargo de 3º Vice-Presidente, no dia **18/05/05**, em decorrência da aposentadoria do Exmo. Des. Silveira Lenzi. Os dados abaixo foram disponibilizados pelo Setor Estatístico e pela Divisão de Aplicativos do TJSC.

A 3ª Vice-Presidência proferiu **2.816** decisões relacionadas ao exame de admissibilidade recursal entre **18/05/05** e **30/11/05**, nos processos oriundos das câmaras **cíveis** e **comerciais** (art. 1º, III, letra “d”, Ato Regimental n. 48/01).

O levantamento feito a partir do Sistema de Automação de Gabinete SISGAB registrou a existência de **5.742** recursos especiais e extraordinários, assim escalonados:

▶ TOTAL DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS

Ano de registro de protocolo do processo no TJSC	Número total de recursos cadastrados junto à 3ª Vice-Presidência para admissibilidade recursal (SISGAB)
1996	08
1997	11
1998	102
1999	205
2000	347
2001	427
2002	700
2003	943
2004	1.128
2005	415
TOTAL	5.742

DADOS ESTATÍSTICOS

Como metodologia de trabalho, a 3ª Vice-Presidência assegurou prioridade de análise aos processos nos quais figuravam como parte, ou interessado, o idoso (Leis 10.173/01 e 10.741/03) e, vencidas referidas demandas, adotou-se o critério cronológico de registro de protocolo no Tribunal (RITJSC, arts. 42 e 93). Garantiu-se também primazia de atendimento aos recursos especiais e extraordinários opostos em agravo de instrumento, independentemente do ano de sua interposição.

Durante o período, houve permanente troca de informações junto à 2ª Vice-Presidência, Diretoria Judiciária e Divisão de Informática com vistas ao aperfeiçoamento do Órgão Julgador.

Por meio de auto-avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal e controle de metas, buscou-se elevar o grau de eficiência e de qualidade na atividade jurisdicional.

Entre os dias **18/05/05 e 30/11/05**, o volume mensal de recursos interpostos permaneceu estável, como se pode verificar no quadro ao lado.

► TOTAL DE RECURSOS INTERPOSTOS

(Período de 18/05/05 a 30/11/05)

MÊS	Número de registros de entrada de REsp. e RE na 3ª Vice-Presidência (SAG-SG)
Maio	154
Junho	334
Julho	333
Agosto	484
Setembro	376
Outubro	354
Novembro	349
TOTAL	2.384*

*Não computados os incidentes processuais

DADOS ESTATÍSTICOS

Em 6 meses de trabalho, foram proferidas, em média, 469 decisões mensais (cf. mapa SAG-SG), incluídas aí a solução de questões incidentais correlatas, como medidas cautelares e decisões de processamento (CPC, art. 542, §3º). Subsiste, contudo, significativo número de recursos pendentes, estimado em 3.928.

No momento, busca-se liquidar os recursos que têm como registro de protocolo o ano 2001, atendendo-se, concomitantemente, os processos recém-chegados que se inserem nos demais critérios eleitos como prioritários.

Apesar dos esforços e dos avanços obtidos, a

atual estrutura não é capaz de atender, em tempo razoável, à crescente demanda processual. O Regimento Interno deste Tribunal preconiza o prazo máximo de 5 dias para aferição da admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários (art. 210, §1º). O Projeto de Reforma do RITJSC amplia referido prazo para 15 dias (art. 259, cf. Ofício Circular 234/05-1ªVP). O atraso na aferição dos pressupostos contribui para a descrença no Poder Judiciário na medida em que agrava o problema da morosidade. A solução para tal descompasso passa pela ampliação da assessoria permanente e do setor judiciário. Fundamental, para tanto, a seleção pública de técnicos jurídicos, com formação superior. Frente à limitação orçamentária, sugere-se como medida paliativa a criação de uma força-tarefa, com prazo certo e integrada por servidores designados pela Presidência, para atuação junto a este órgão a fim de minimizar o acúmulo de recursos. Lamentavelmente, o resultado ora apresentado é insatisfatório exatamente porque não atende à real necessidade do jurisdicionado.

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ TOTAL DE RECURSOS

CLASSE	REC. ESP. ADMITIDO	REC. ESP. NEGADO	REC. EXT. ADMITIDO	REC. EXT. NEGADO	PUBLICADO DESPACHO
Recurso Especial em Agravo de Instrumento	261	190	0	0	500
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	12
Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	0	35	41	86
Agravo de Instrumento (RE) em Recurso Extraordinário em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	1
Recurso Especial em Agravo (Art. 557, par. 1º, do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	6
Recurso Extraord. em Agravo (Art. 557, par. 1º, do CPC) em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	1
Medida Cautelar no Recurso Especial em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	5
Embargos de Declaração em Medida Cautelar no Rec. Esp. em Agravo de Instrumento	0	0	0	0	1
Recurso Especial em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	1
Recurso Especial em Embargos Infringentes	19	10	0	0	5
Recurso Extraordinário em Embargos Infringentes	0	0	4	4	0
Recurso Especial em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	0	0	0	0	3
Recurso Especial em Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	2
Recurso Especial em Habeas Corpus	1	1	0	0	0
Recurso Extraordinário em Habeas Corpus	0	0	0	1	0
Apelação Cível	0	0	0	0	2
Recurso Especial em Apelação Cível	585	344	0	0	263
Agravo de Instrumento (REsp) em Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	2
Agravo Regimental na Medida Cautelar em Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	2
Agravo Regimental em Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	2
Embargos de Declaração em Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	15
Medida Cautelar Incidental em Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	5
Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	0	189	96	58
Agravo de Instrumento (RE) em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	0	0	0	8
Medida Cautelar Incidental em Recurso Extraordinário em Apelação Cível	0	0	0	0	2
Agravo Regimental no Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	2
Embargos de Declaração/Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Recurso Especial Adesivo em Apelação Cível	2	6	0	0	5
Embargos de Declaração em Recurso Especial Adesivo em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Embargos de Declaração no Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar no Recurso Especial em Apelação Cível	0	0	0	0	2
Recurso Especial em Embargos de Declaração em Apelação Cível	1	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Recurso Especial em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	1	5	0	0	1
Recurso Extraordinário em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	0	1	0	0
Apelação Cível (STJ) em Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível	0	0	0	0	1
Recurso Especial no Agravo do art. 557, § 1º, do CPC em Apelação Cível	0	1	0	0	1
Recurso Especial em Ação Rescisória	4	4	0	0	1
Recurso Extraordinário em Ação Rescisória	0	0	1	1	0
Recurso Especial em Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	0	0	0	1
Recurso Especial em Embargos de Divergência	1	0	0	0	0
Recurso Extraordinário em Embargos de Divergência	0	0	0	1	0
TOTAL DO MAGISTRADO	877	563	230	144	1.002
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	877	563	230	144	1.002

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DES. ELÁDIO TORRET ROCHA

Corregedor-Geral da Justiça

DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

JUÍZES-CORREGEDORES

JUIZ PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA

JUIZ ROBERTO LUCAS PACHECO

JUÍZA SORAYA NUNES LINS BIACHINI

JUIZ LUIZ HENRIQUE MARTINS PORTELINHA

JUIZ DINART FRANCISCO MACHADO



CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Corregedoria-Geral de Justiça, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos, eficientemente, das gestões anteriores, agregou outras tarefas, também árduas e intensas, nos campos administrativo, disciplinar e, com destaque, ao objetivo dessa gestão que foi o de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição, sem, no entanto, deixar de exercer a necessária fiscalização.

Por outro lado, em busca da otimização dos serviços prestados por este Órgão Correicional, foi reestruturada suas atividades, com a criação de quatro núcleos de assessoramento, atuando em assuntos específicos, de modo a interajam entre si, a fim de melhor cumprirem as atribuições, os quais ficaram assim definidos: Núcleo I - Orientação Institucional; Núcleo II - Planejamento e Projetos; Núcleo III - Correicional e de Instrução Disciplinar; e Núcleo IV - Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas. A seguir, apresentarei relato das atividades realizadas neste ano de 2005:

- 1.** Visitas, acompanhado de Juízes-Corregedores as comarcas de Araquari, Criciúma, Joinville e Rio do Sul.
- 2.** Visitas e Inspeções Correicionais Judiciais e Extrajudiciais realizadas pelos Juízes-Corregedores nas comarcas de Araquari,

Ascurra, Balneário Piçarras, Capital, Garuva, Guaramirim, Itapema, Itapoá, Joinville, Presidente Getúlio, Rio do Sul, São José, Tijucas e Trombudo Central. Ademais, foram realizadas Inspeções Virtuais nas comarcas de Ibirama, Içara, Palhoça, Capital e Balneário Camboriú.

- 3.** Foram expedidas: 25 circulares para conhecimento e esclarecer diversas matérias em áreas de atuação da Justiça de Primeiro Grau; 86 portarias e autuados 497 processos, dos quais 297 encerrados e 200 ainda em tramitação.

- 4.** Importante relatar os dados apresentados pelos Núcleos de Assessoramento, a seguir descritos:

4.1. Núcleo I - Orientação Institucional

- a) De um total de 376 processos distribuídos, emitiu pareceres finais em 329, encaminhou 14 ao Núcleo III Correicional e de Instrução Disciplinar, aguardando para pareceres 33 processos;

- b) Quanto aos telefonemas atendidos, somente a Juíza-Corregedora atendeu 1.702, restando para a sua assessoria 2.706 telefonemas, sendo 2.089 respondidos, 757 encaminhados ao setor competente e 42 respondidos mediante correio eletrônico;

- c) Com relação aos 1.309 e-mails recebidos, 982 foram prestadas informações, 46 autuados

CONSIDERAÇÕES GERAIS

e 281 encaminhados à unidade responsável pela matéria;

d) Além dos atendimentos pelos meios de comunicação acima citados, a juíza responsável, atendeu pessoalmente a 184 pessoas e a sua assessoria a outras 362, sendo 318 respondidas e 44 enviadas ao setor competente;

e) O balanço anual ficou, contando ainda com 511 petições analisadas previamente pela Juíza-Corregedora, em 7.150, considerando os processos, petições não autuadas, telefonemas, e-mails e atendimento pessoal.

4.2. Núcleo II - Planejamento e Projetos

a) Projetos desenvolvidos pelo Núcleo

a.1) Criação e divulgação do Manual do Conselho da Comunidade, no qual foram inseridos modelos de documentos para instalação e funcionamento;

a.2) Desenvolvimento, apresentação e aplicação do Sistema Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo CUIDA, com a participação da CEJA, para todos os Magistrados da área da Infância e Juventude e às Assistentes Sociais das comarcas do Estado;

a.3) Instalação de núcleo experimental de cobrança de custas finais;

a.4) Fomento à instalação de Conselhos da Comunidade;

a.5) Estudo para normatização de novos modelos de certidões para fins de

parcelamento de desmembramento;

a.6) Estudo para alteração das normas relativas à retenção do Imposto de Renda;

a.7) Inspeção Virtual;

a.8) Ouvidoria ou Central de atendimento da CGJ;

a.9) Atualização monetária de valores e inclusive honorários advocatícios na página da CGJ;

a.10) Atualização constante da página da Corregedoria na internet.

b) Projetos desenvolvidos com a participação do Núcleo

b.1) Criação de Vara de Exceção na Comarca da Capital com competência para processos de execução e monitórias;

b.2) Centralização do recolhimento de IRRF e das informações para a DIRF;

b.3) Revisão das vinculações do SAJ/Custas;

b.4) Arquivo Central;

b.5) Protocolo Postal Integrado;

b.6) Protocolo Judicial Expresso;

b.7) Revisão de livros, classes e movimentações do SAJ/PG;

b.8) Degravação de audiência;

b.9) Depuração da estatística do foro central com acerto dos feitos resultantes de erro de conversão e localizados no local físico "cartório não informado";

b.10) Criação do banco índice estadual para emissão de certidões estadualizadas;

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- b.11) Execução fiscal e Juizado Especial Virtual;
- b.12) Gerenciamento informatizado da Assistência Judiciária Gratuita no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina Convênio entre TJSC e OAB/SC;
- b.13) Projeto do novo Código de Organização Judiciária do Estado de SC;
- b.14) Projeto SAT (Sistema de Administração Tributária) da Secretaria da Fazenda de SC, que prevê nova forma de encaminhamento das certidões de custas processuais pendentes;
- b.15) Revisão e adequação do Código de Normas da CGJ em relação aos projetos Inspeção Virtual, CUIDA, Protocolo Judicial Expresso, Protocolo Postal Integrado;
- b.16) Relatórios Gerenciais e Estatísticas do SAJ/PG;
- b.17) SAJ/TR (SAJ nas Turmas de Recursos);
- b.18) Recolhimento de custas por boleto bancário;
- b.19) Projeto de Regimento Interno das Turmas de Recursos.

4.3. Núcleo III - Correicional e de Instrução Disciplinar

- a) Desenvolvimento e aplicação do Programa Inspeção Virtual pelo Núcleo III, bem como sua apresentação para todos os Magistrados, Escrivães e um Técnico de Suporte de Informática das comarcas do Estado;
- b) Realização de várias inspeções correicionais

nas comarcas do Estado, com ênfase às realizadas nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Cíveis da comarca da Capital, das quais foram baixados para o arquivo cerca de 15% do acervo de processos;

- c) Instrução em diversos processos administrativos disciplinares.

4.4. Núcleo IV - Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas

- a) Atualização do Código de Normas da CGJ na internet e intranet;
- b) Revisão e edição de provimentos de alteração do Código de Normas da CGJ;
- c) Edição de Provimentos, Circulares e Ofícios-Circulares atinentes às serventias extrajudiciais;
- d) Análise em cerca de 250 processos;
- e) Análise de expedientes diversos relativos aos cartórios extrajudiciais;
- f) Manifestação em processos oriundos da Auditoria Interna e Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, relativos, respectivamente, ao recolhimento de verbas destinadas ao Fundo de Reparelhamento da Justiça e pedidos de opções e designações temporárias de serventuários extrajudiciais;
- g) Atendimento de consultas via telefone, e-mail e de pessoas que compareceram no setor;
- h) Auxílio aos Juízes Diretores dos Foros quanto a dúvidas e esclarecimentos com relação aos serviços extrajudiciais;
- i) Atualização e controle dos cadastros das

CONSIDERAÇÕES GERAIS

serventias extrajudiciais;

j) Elaboração, para a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, do quadro de serventias disponíveis para inclusão no Edital de Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro;

k) Participação no processo licitatório para selecionar a empresa responsável pela confecção e fornecimento dos selos de fiscalização dos atos cartorários;

l) Acompanhamento do sistema de ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais.

5. Participação, acompanhado de Juízes-Corregedores, do XXXVII ENCOGE realizado na cidade de Recife/PE, nos dias 15 a 18 de março de 2005; do XXXIX ENCOGE realizado na cidade de São Luís/MA, nos dias 20 a 24 de setembro de 2005; e do XL ENCOGE realizado na cidade de Maceió/AL, nos dias 08 a 11 de novembro de 2005. Saliento que o Exmo. Des. Vice-Corregedor, também acompanhado de um Juiz-Corregedor, participou do XXXVIII ENCOGE realizado na cidade de Belo Horizonte, nos dias 07 a 10 de junho de 2005.

6. Com o trâmite administrativo apropriado, opinamos pelo vitaliciamento de 25 Juízes e Juízas Substitutos, cujo processos foram encaminhados ao egrégio Conselho da Magistratura para deliberação;

7. Elaboração do novo Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, que restou aprovado pela Egrégio Conselho da Magistratura na sessão do dia 14 de dezembro de 2005.

8. Atualmente, estão em fase de acompanhamento 49 novos Juízes Substitutos, impendendo enaltecer o proficiente trabalho desenvolvido pela Academia Judicial em sua importante tarefa.

9. Deve-se levar em consideração, também, o trabalho desenvolvido pela Assessoria de Custas deste Órgão Correicional, quando de sua participação no Mutirão de Conciliação realizado pela Presidência desta Corte de Justiça na Vara de Execução Fiscal Municipal da comarca da Capital, e pelo estudo, elaboração e implementação de vários projetos, tais como: na internet das guias de recolhimento de preparo e portes postais de recursos, despesas, atos forenses, fundo de reaparelhamento da justiça e selos de fiscalização; do cálculo de atualização monetária; das orientações aos contadores judiciais e interessados na implantação do boleto bancário, da nova redação do artigo 24 do Regimento de Custas e Emolumentos (custas iniciais 100%) e sobre cálculo e retenção do Imposto de Renda retido na fonte; da capacitação de servidores instaladores das novas varas; estudos de

CONSIDERAÇÕES GERAIS

medidas para não-evasão de receitas e para integração do SAJ-PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual; centralização dos recolhimentos do imposto de renda na fonte e Dirf; estudos para implementação de custas judiciais na internet; revisão das vinculações de recolhimentos no SAJ/Custas.

10. Destaca-se o trabalho realizado pelos membros da Comissão Estadual Judiciária da Adoção, que tornaram possível a aprovação de 50 processos de habilitação internacional. Só no ano de 2005, neste Estado, 63 crianças foram adotadas por nacionais e 38 por estrangeiros.

11. Deve-se destacar, também, a participação de vários eventos ligados à Adoção, dentre os quais pode-se citar: Semana da Criança no Mundo, organizado pela Associação Wereldkinderen, com apoio do Ministério da Justiça, realizado na cidade de Den Haag, Holanda, nos dias 06 a 11 de junho de 2005; VIII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizado na cidade de Brasília/DF, nos dias 27 e 28 de junho de 2005; I Encontro Estadual de Juízes de Direito, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário da Infância e Juventude do Estado, realizado na comarca de Blumenau no dia 16 de setembro de 2005; II Encontro Estadual de

Grupos de Estudo e Apoio à Adoção de Santa Catarina, realizado na comarca de Blumenau nos dias 16 e 17 de setembro de 2005; e I Encontro de Grupo de Estudos e Apoio à Adoção, realizado na comarca de Videira no dia 02 de dezembro de 2005.

12. Destaca-se, ainda, o prestigioso e dedicado trabalho desenvolvido pelo eminente Desembargador José Volpato de Souza, na atuação e fiscalização junto aos cartórios e ofícios extrajudiciais.

13. Por derradeiro, registra-se a efetiva colaboração dos Juízes-Corregedores, do Secretário da Corregedoria, Secretário Jurídico, Assessores, Escrivães Correicionais, Chefes de Divisão e Seção, e demais servidores e estagiários desta Corregedoria-Geral de Justiça, no desenvolvimento e eficiência dos trabalhos por eles desempenhados.

INSPEÇÕES REALIZADAS E PROVIMENTOS EDITADOS

Para uma melhor visualização das inspeções judiciais e extrajudiciais realizadas no transcorrer e dos provimentos exarados no corrente ano, foram elaborados os quadros 1 e 2, contendo os dados pertinentes às referidas atividades.

QUADRO 1 - INSPEÇÕES

COMARCA	JUDICIAL	EXTRAJUDICIAL
ARAQUARI		CGJ 502/2005
ASCURRA	CGJ 125/2005	
BALNEÁRIO PIÇARRAS		CGJ 289/2005
CAPITAL	CGJ 329/2005	
	CGJ 361/2005	
	CGJ 417/2005	
	CGJ 460/2005	
GARUVA	CGJ 126/2005	
GUARAMIRIM		CGJ 340/2005
		CGJ 496/2005
ITAPEMA		CGJ 316/2005
ITAPOÁ		CGJ 367/2005
JOINVILLE		CGJ 171/2005
PRESIDENTE GETÚLIO	CGJ 124/2005	
RIO DO SUL		
SÃO JOSÉ		CGJ 136/2005
TIJUCAS		CGJ 157/2005
TROMBUDO CENTRAL		CGJ 134/2005

QUADRO 2 - PROVIMENTOS

NÚMERO	EMENTAS
01/2005	Dá nova redação a dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (artigos 71, 93, 103, 151, 167, 222, 224, 294, 353 e 354 do CNCJG).
02/2005	Dá nova redação, insere e renumera dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (artigos 536, 542, 545, 557, 564, 572, 576, 602, 651, 683, 745, 752, 761, 812, 813, 882, 884, 889, 897, 924, 949 e 962 do CNCJG).
03/2005	Dá nova redação ao artigo 357 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
04/2005	Dá nova redação ao artigo 889 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
05/2005	Dispõe sobre as inscrições de pretendentes nacionais a adoção.
06/2005	Acrescenta parágrafo único ao artigo 197 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, extinguindo o livro de registro de sentenças nas comarcas com a versão 3 do Sistema de Automação do Judiciário do Primeiro Grau SAJ/PG.
07/2005	Dá nova redação ao artigo 313 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
08/2005	Acrescenta parágrafos 5º e 6º ao artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
09/2005	Dá nova redação ao artigo 512 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e acrescenta parágrafos.
10/2005	Regulamenta instalação de Varas previstas na Resolução n. 3/2005-TJ.
11/2005	Disciplina o Programa de Inspeção Virtual
12/2005	Dá nova redação, insere e renumera dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça em decorrência da implantação do Programa de Inspeção Virtual.
13/2005	Dispõe acerca do cadastro único informatizado de pretendentes à adoção, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta.
14/2005	Altera os artigos 985 e 1.050 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
15/2005	Dá nova redação, insere e renumera dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça em face do criação do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo CUIDA.

ESCRIVÃO CORREICIONAL

Foram realizadas inspeções em várias unidades jurisdicionais do Estado, conforme o quadro que segue:

INSPEÇÕES

UNIDADE	DATA
Presidente Getúlio	15/03/2005 e 28 a 29/04/2005
Ascurra	16/03/2003 e 25 a 27/04/2005
Garuva	05/04/2005
Itapoá	06/04/2005
Araquari	07/04/2005
Rio do Sul - Vara Criminal	11 a 15/04/2005
Tijucas (*)	29/06/2005
Rio do Sul - 1ª Vara Cível	18 a 22/07/2005
Capital - 1ª Vara Cível	8 a 22/08/2005
Capital - 2ª Vara Cível	29/08 a 14/09/2005
Capital - 3ª Vara Cível	3 a 17/10/2005
Capital - 4ª Vara Cível	24 a 10/11/2005

(*) Inspeção realizada no cartório judicial da vara única com o escopo de averiguar os trabalhos do magistrado, diante de pedido de afastamento para frequentar curso de doutorado.

Durante as inspeções, além de colher informações para Juízes-Corregedores sobre a situação do cartório, os Escrivães Correicionais também orientaram os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.

No início do ano, a Escrivania Correicional assessorou diretamente o Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Juiz-Corregedor indicado como Coordenador Jurisdicional da Implantação, na elaboração estudo estatístico para analisar quais as Comarcas seriam

agraciadas com a implantação de novas varas, mantendo contato com os magistrados para colher as propostas das competências.

Sob a coordenação geral da Dra. Soraya Nunes Lins Bianchini (Núcleo I), foi executado o projeto de Mutirão de Sentenças que teve como mote os feitos cujas partes tivessem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o que demandou organização na cooptação do acervo, com lavratura de recibos e estocagem dos autos; no momento seguinte os processos foram guardados em escaninhos por unidade até a separação por matéria, embalagem e transporte à Academia Judicial onde se efetuou sorteio dos lotes entre os novos Magistrados, movimentando cerca de 454 autos, entre processos e incidentes.

Os Escrivães Correicionais auxiliaram o Núcleo I - Orientação Institucional na elaboração de pareceres e portarias de processos administrativos disciplinares contra auxiliares da justiça.

A escrivania correicional coadjuvou na elaboração, desenvolvimento e experimentação do Programa Inspeção Virtual, auxiliando com o conhecimento técnico na compreensão e diagnósticos dos relatórios extraídos, contribuindo, ainda, com sugestões de pesquisas que potencialmente poderiam detectar problemas nos cartórios.

Igualmente, acompanhou a equipe de divulgação do Programa de Inspeção Virtual

ESCRIVÃO CORREICIONAL

por todo o Estado, tirando dúvidas dos Escrivães Judiciais, relativas à aplicação no âmbito das rotinas cartoriais. Neste passo, foram visitadas as Comarcas de São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Lages, Tubarão, Criciúma, Joinville, Itajaí, Blumenau, Rio do Sul e Canoinhas.

No tocante aos “check lists” criados para diagnóstico de problemas dos servidores, houve auxílio na elaboração da parte específica dos questionários de cartório destinados aos Escrivães Judiciais.

No dia oito de abril do corrente ano, foi secretariado o Dr. Jaime Ramos, Juiz Substituto de Segundo, na instrução de processo disciplinar do foro extrajudicial, tendo sido colhido depoimentos em três comarcas: Itapema, Balneário Camboriú e Itajaí.

CONSULTAS

No dias 17 e 18 de março do corrente ano, a Escrivania Correicional acompanhou o Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Juiz-Corregedor responsável pelo Núcleo III à Comarca de Rio do Sul para auxiliar na instrução de processo disciplinar, promovendo a análise de diversos autos a fim de confirmar ou não, denúncia existente nesta Corregedoria.

Outro processo teve instrução na mesma Comarca, a qual foi presidida pelo Dr. Dinart Francisco Machado, Juiz-Corregedor, nos dias

21 e 22 de setembro de 2005, com participação da Escrivania Correicional.

Um dos principais focos de atuação da Escrivania Correicional refere-se à atenção dispensada ao afluxo diário de consultas de partes, advogados e servidores do Poder Judiciário.

É de se ressaltar que no corrente ano foram efetuados mais de 349 atendimentos.

Durante o ano de 2005, a Escrivania Correicional participou ativamente do desenvolvimento de projetos do Tribunal e da Corregedoria-Geral da Justiça, prestando assessoramento técnico no âmbito cartorial, dentre os quais destacam-se: Reuniões do SAT- Sistema de Administração Tributária; Centralização no Tribunal do Justiça do Recolhimento da DIRF; Recolhimento de Valores de Xerox; Protocolo Postal Integrado; Arquivo Central; SAJ SOFTPLAN; Revisão do Manual Criminal; Reunião de Trabalho das Novas Varas; Encontro com Novos Juízes - Academia Judicial; Central de Custas; 5º Encontro de Formação de Instrutores participação efetiva em duas fases: palestra e resposta às dúvidas dos instrutores; e Reuniões de padronização e definição de procedimentos para as rotinas cartoriais, com representantes do SAJ, Implantação de Comarcas e Manual de Procedimentos do Cartório Cível.

ASSESSORIA CORREICIONAL

Foram realizadas inspeções em várias Comarcas do Estado, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial. Durante as inspeções, além de colher informações para Juízes-Corregedores sobre a situação do cartório, a assessoria também teve como atribuição orientar os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.

A Assessoria Correicional Judicial, vinculada ao Núcleo III, teve efetiva participação nas inspeções correicionais realizadas em várias comarcas deste Estado, com ênfase as realizadas nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Cíveis da comarca da Capital, nas quais, com a utilização do Programa Inspeção Virtual, foram baixados do acervo das referidas escriturarias cerca de 15% dos processos para o arquivo.

No âmbito dos serviços atinentes às serventias extrajudiciais - além das correições efetuadas, relatadas em tópico próprio do presente relatório, e análise em mais de cento e cinquenta (150) processos distribuídos ao setor, excluídos os expedientes não autuados - foram promovidas ações de orientação às diversas serventias visando o efetivo cumprimento das disposições legais e normativas e a eficiência da prestação dos referidos serviços, no afã de bem atender aos anseios e necessidades da população catarinense.

Com a implantação, em fevereiro de 2004, da nova versão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e a realização de

encontros regionais para concitar a todos os envolvidos com tais serviços ao cumprimento de suas obrigações com eficiência, zelo e correção, obteve-se aprimoramento do referido Código, em vista das propostas de alterações advindas dos senhores cartorários. Ademais, a atuação das serventias, norteadas pelo novel conjunto normativo e sob orientação segura e fiscalização sistemática da Corregedoria-Geral da Justiça, tornou a prática cartorária mais eficiente e eficaz.

Dentre as correições realizadas, há de se destacar o trabalho desenvolvido junto aos ofícios do Registro Civil e de Imóveis das comarcas de Itapema, Itapoá e ao Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Títulos da comarca de Guaramirim, com reflexos imediatos nas demais serventias da região, evidenciando que a Corregedoria atua com imparcialidade em relação a todas as serventias, e não apenas às de menor porte. Após exaustivo trabalho correicional foram colhidas importantes informações e documentos, viabilizando a instauração de procedimento administrativo, inclusive com afastamento de alguns titulares.

Como ação preventiva de orientação - que é o objetivo primeiro da Corregedoria-Geral da Justiça, e que foi exercido com desvelo durante esta gestão, desmistificando o carácter eminentemente punitivo deste Órgão Correicional - oportuno destacar a Correição

ASSESSORIA CORREICIONAL

efetuada no Tabelionato de Notas e Ofício de Protesto de Títulos da comarca de Itapema, eis que foram constatadas práticas eivadas de vícios de forma, as quais foram sanadas plenamente, tornando os serviços prestados mais ágeis, eficientes e seguros, despertando no tabelião e seus funcionários o sentimento de gratidão à equipe correicional, manifestado publicamente ao final dos trabalhos da inspeção de constatação, realizada após o decurso do prazo concedido para a regularização das falhas então detectadas.

A manutenção dos servidores envolvidos nas atividades afetas às serventias extrajudiciais, por ocasião da mudança de gestão, foi fundamental para a Corregedoria cumprir suas metas, haja vista que a especialização dos mesmos oportunizou grande desenvoltura na busca de soluções aos desafios apresentados quando das inspeções ou nas freqüentes consultas formuladas em razão das atividades desenvolvidas nas diversas serventias do Estado.

Foi ainda efetuado levantamento detalhado, até então inexistente, de todas as serventias do Estado. Na realização deste trabalho foi analisada cada serventia, mediante contatos com seus responsáveis e com os secretários de foros, atualizando-se o cadastro de cada uma delas. Sabe-se agora, por exemplo, a área territorial, a população e as datas de criação dos municípios e de instalação das comarcas e serventias. Este trabalho permitiu verificar a

anexação indevida de serventias, além de oferecer condições para análise da necessidade de instalação de novas. Daí, pôde o Conselho da Magistratura, por meio de atos próprios, determinar a desanexação e o desdobramento de serventias, adequando-as às necessidades atuais.

Em virtude deste importante serviço foi possível encaminhar para Primeira Vice-Presidência deste Tribunal a relação das serventias vagas, de forma a permitir a abertura de concurso público para o ingresso e remoção na atividade notarial e de registro.

E por falar em concurso, com a divulgação do resultado final do que foi aberto pelo Edital nº 62/2000, a Assessoria Correicional auxiliou os senhores magistrados e secretários de foros a realizar de forma correta a transmissão dos respectivos acervos, além de prestar constantes esclarecimentos aos novos cartorários.

Por derradeiro, evidenciada a importância dos trabalhos desenvolvidos, exsurge a necessidade de continuar investindo neste setor, seja no incremento do quadro funcional ou na aquisição de equipamentos adequados, tornando viável a ampla, árdua e complexa missão de orientação, atendimento e fiscalização dos serviços desenvolvidos pelas mais de 660 serventias extrajudiciais de nosso Estado, de modo a se obter a prestação de um serviço público eficiente e eficaz, conforme estabelece a Constituição Federal.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A Divisão Administrativa, neste ano de 2005, dentro de suas atribuições, expediu 2757 ofícios, 25 circulares, 86 portarias, 14 Provimentos e 78 ofícios circulares; recebeu e cadastrou no sistema deste Órgão Correicional 2244 ofícios; autuou 505 processos, dos quais 297 encerrados e 208 ativos; digitalizou 657 processos.

Com relação ao acompanhamento dos selos de fiscalização, somente neste ano foram movimentados 13.591.968 selos, e ressarcidos o total de R\$ 2.807.902,95.

A representação gráfica permite visualizar, em termos quantitativos, os dados estatísticos da Divisão Administrativa, no que se refere:

- ▶ **Acompanhamento de ofícios expedidos e recebidos;**
- ▶ **Acompanhamento de provimentos, circulares e portarias;**
- ▶ **Acompanhamento de processos;**
- ▶ **Acompanhamento de processos digitalizados;**
- ▶ **Acompanhamento da compra de selos de fiscalização;**
- ▶ **Acompanhamento dos registros de nascimentos e óbitos;**
- ▶ **Ressarcimento - Atos Gratuitos (Nascimento e Óbito)**

DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as principais atividades desenvolvidas na Divisão Judiciária destaca-se:

Com o intuito de melhor visualizar o volume de trabalho apresentamos, abaixo, estatística com as informações relativas ao corrente ano:

Mapas estatísticos processados ou digitados	6.248
Mapas estatísticos auditorados	483
Mapas estatísticos regerados (correção de problemas)	312
Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos)	39
Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos)	222
Registros de antecedentes criminais captados via SAJ	10.282(*)
Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ	15.683(*)
Registros de processos suspensos captados via SAJ	12.760(*)
Registros de mandados de prisão captadas via SAJ	9.101(*)
Certidões de antecedentes fornecidas	688
Registro e arquivo de inspeção de cadeias públicas	190
Fornecimento de listagens com endereço das comarcas	5
Fornecimento de listagens com endereço dos cartórios extrajudiciais	4
Despachos em processos diversos	37

(*) Os números apresentados indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas em decorrência da atual sistemática de captura das informações, tais como: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, nº antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade, revogação/suspensão de mandados de prisão e etc.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2005, destacamos:

1) FORNECIMENTO de informações estatísticas ao egrégio Conselho Nacional de Justiça, para composição do banco de “Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro”. Em conjunto com a Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça, a Divisão Judiciária participou do processo de montagem e conferência das informações solicitadas pelo CNJ, na parte relacionada à Justiça de Primeiro Grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais.

2) FINALIZAÇÃO da nova sistemática de captura das informações relativas ao “Rol de Culpados e Outras Ocorrências”. Iniciada no segundo semestre de 2004, esta nova metodologia de trabalho tornou a coleta dos dados mais segura e ágil, permitindo a atualização diária das informações que, inseridas no saj/pg das comarcas/varas, devem compor o banco desta Corregedoria.

3) READEQUAÇÃO das planilhas das Casas da Cidadania. Visando atender solicitação da Coordenadoria das Casas efetuamos alteração no modelo de formulário para a coleta das informações estatísticas. De modo a racionalizar custos e agilizar o procedimento, incrementamos o uso do correio eletrônico como forma de remessa das informações.

ASSESSORIA DE CUSTAS

A Assessoria de Custas, criada pela resolução nº 43/01-GP, de 15 de outubro de 2001, estando vinculada ao gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, realizou as seguintes atividades durante o ano de 2005:

1 Elaboração de pareceres em matérias relacionadas às custas, emolumentos e cálculos:

- ▶ 18 pareceres em processos
- ▶ 65 pareceres envolvendo cálculos

2 Atendimento de consultas por fax e e-mail de magistrados e servidores, de notários e registradores e demais interessados, sobre a legislação e as normas aplicáveis às custas, aos emolumentos e às matérias correlacionadas.

- ▶ 29 fax
- ▶ 456 e-mails

3 Atendimento de consultas, pessoalmente, sobre atualização de valores, custas e emolumentos:

- ▶ 35 pessoas

4 Orientação aos contadores judiciais quanto a operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade.

5 Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet.

6 Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas.

7 Confecção e manutenção da Tabela de Multas de Tóxicos e Fianças previstas pela Lei 6.368, de 21/10/76.

8 Participação das assessoras em grupos de trabalho e/ou desenvolvimento de projetos:

- ▶ *revisão e atualização do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça;*
- ▶ *implementação na internet das guias de recolhimento de preparo e portes postais de recursos, despesas, atos forenses, fundo de reaparelhamento da justiça e selos de fiscalização;*
- ▶ *cálculo de atualização monetária na internet;*
- ▶ *elaboração das orientações aos contadores judiciais e interessados na implantação do boleto bancário;*
- ▶ *elaboração das orientações aos contadores judiciais e interessados em função da nova redação do artigo 24 do Regimento de Custas e Emolumentos (custas iniciais 100%);*
- ▶ *elaboração das orientações aos contadores*

ASSESSORIA DE CUSTAS

judiciais sobre cálculo e retenção do Imposto de Renda retido na fonte;

▀ *capacitação de servidores instaladores das novas varas;*

▀ *estudos de medidas para não-evasão de receitas;*

▀ *estudos para integração do SAJ-PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;*

▀ *centralização dos recolhimentos do imposto de renda na fonte e Dirf;*

▀ *estudos para implementação de custas judiciais na internet;*

▀ *revisão das vinculações de recolhimentos no SAJ/Custas;*

9 Participação das assessoras Lady Ignes Donatti e Rita de Cassia Hörner na 2ª Semana do Mutirão da Conciliação, na Vara de Execução Fiscal Municipal.

10 Participação das assessoras na força-tarefa na contadoria judicial da comarca da Capital, no período de 18 a 29 de julho de 2005.

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

Buscou-se, neste ano que agora se encerra, atender a necessidade de todos os seus usuários, sendo desenvolvidos alguns trabalhos em continuidade aos executados no ano de 2004 e os demais no desenvolvimento de novos projetos e planos iniciados nesta gestão, em atenção a solicitações feitas.

Dentre estes projetos e atividades destacamos:

1 Projeto do Rol de Antecedentes Criminais e outras Ocorrências, onde elaborou-se os programas e realizou-se os ajustes necessários para o funcionamento do mesmo, com o desenvolvimento de novas páginas para pesquisa na Internet em tecnologia JSP(Java Server Pages), relatórios em linguagem Delphi, alterações na importação, captura e depuração dos dados vindos das comarcas; alterações no Banco de Dados com a criação das tabelas e dos programas de importação em 84 comarcas;

2 Elaboração e Definição do Projeto Banco de Peritos, onde foi definida e criada todas as tabelas no Banco de Dados Oracle, visando cadastrar todos os peritos do Estado, através da Internet, em tecnologia JSP(Java Server Pages);

3 Projeto, Desenvolvimento e

Implantação do Sistema de Inspeção Virtual, onde foi desenvolvido um sistema objetivando auxiliar nas correições e apresentar relatórios automáticos nas comarcas correicionadas. O Sistema foi implantado em todas as comarcas do Estado, tendo sido desenvolvido uma versão específica para uso da Corregedoria;

4 Projeto de Selos, onde foram realizados manutenções e ajustes nos programas de tal forma que os mesmos pudessem trabalhar da melhor maneira possível;

5 Manutenção dos Sistemas em tecnologia "M" e Banco de Dados Caché, atendeu-se aos seguintes sistemas: Mapas Estatísticos, Pretendentes Nacionais, Pretendentes Internacionais, Crianças/Adolescentes em Condições de Adoção, Adoção, Magistrados, Expedição de Documentos, Rol de Culpados, Ocorrências Funcionais, Acompanhamento de Processos, Mapas Estatísticos, Patrimônio, Protocolo Único, Funcionários;

6 Projeto, Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Ouvidoria, onde foi desenvolvido um sistema objetivando:
▶ *Facilitar o acesso dos usuários possibilitando uma melhor comunicação entre a sociedade e o poder judiciário;*

ASSESSORIA DE INFORMÁTICA

- ▶ *Formar uma base de dados textual para pesquisa de informações visando solucionar questões rapidamente;*
- ▶ *Tabular as questões mais importantes objetivando a formulação de políticas direcionadas a melhora da prestação jurisdicional, objetivando com isso uma melhor satisfação das necessidades da sociedade;*
- ▶ *Manter o usuário informado sobre a sua manifestação;*
- ▶ *Identificar gargalos na solução das manifestações visando diminuir o tempo de resposta;*
- ▶ *Controlar o tramite das manifestações;*
- ▶ *Disponibilizar estatísticas quanto as manifestações;*
- ▶ *Auferir a produtividade dos diversos setores;*
- ▶ *Disponibilizar informações a cúpula diretiva para a tomada de decisões;*

7 Projeto e Desenvolvimento do Sistema de Jurados Voluntários, onde foi desenvolvido um projeto e um sistema objetivando auxiliar e controlar a escolha dos Jurados nas comarcas do Estado;

8 Up-grade dos microcomputadores da Corregedoria, com a troca de HDs e de memórias em alguns casos, em outros com a troca de toda CPU;

9 Manutenção do Parque Computacional da Corregedoria, onde foi mantido todo o parque computacional da Corregedoria-Geral da Justiça em operação com boa taxa de atendimento e satisfação dos usuários.

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

PROJETOS ESPECÍFICOS***Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo - CUIDA***

A proposta de desenvolvimento de um módulo de adoção, em substituição ao que vinha sendo utilizado pela CEJA, registrada por esta comissão como pendência nos anos de 2003 e 2004, foi efetivada neste ano devido ao apoio do Desembargador Corregedor Eládio Torret Rocha e juízes Corregedores Dr. Luiz Henrique Martins Portelina e Dr. Dinart Francisco Machado, na qualidade de coordenador no Núcleo de Projetos da Corregedoria.

Contou com o apoio da Comissão de Gestão de Informatização que definiu a Diretoria de Informática deste Tribunal como competente para desenvolver o sistema.

O detalhamento se deu a partir de discussões da equipe desta CEJA juntamente com os analistas da divisão de internet, e todas as etapas foram amplamente discutidas e deliberadas por uma comissão constituída, por portaria, para esse fim, composta por um juiz corregedor, 6 juízes com competência na Vara da Infância e Juventude, e 4 assistentes sociais de comarcas inicial, intermediária e final, além das servidoras da CEJA.

Todas as etapas foram concluídas; do desenvolvimento do sistema à regulamentação

formal pelos Provimentos 05 e 13/2005 e posterior implantação nas comarcas a partir de treinamentos ministrados à juízes e assistentes sociais. Foram realizados 11 treinamentos nas comarcas sede dos centros de capacitação, e treinadas 222 pessoas, sendo: 110 juízes, 80 assistentes sociais e 32 servidores que atuam na infância e juventude.

Projeto de acompanhamento e supervisão às Instituições de Abrigo

Da mesma forma este projeto foi apresentado ao Desembargador Corregedor no início de sua gestão, o qual propôs à Procuradoria da Justiça a realização das visitas em conjunto com o Ministério Público - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude e autorizou a realização de visitas a todas as instituições de abrigo do Estado.

Foram visitados 58 abrigos em 32 municípios, no período de junho a novembro.

Nestes, foram revistas a situação de 765 crianças/adolescentes abrigados, conforme detalhado na representação gráfica anexa.

EVENTOS

A CEJA colaborou e esteve à frente da organização dos eventos:

▶ 27 e 28 de junho - VIII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras - Brasília

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO - CEJA

- ▶ 16 de setembro - I Encontro Estadual de Juízes de Direito, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário da Infância e Juventude de Santa Catarina - Blumenau.
- ▶ 16 e 17 de setembro - II Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção - Blumenau.
- ▶ 17 e 18 de novembro - Congresso Estadual de Magistrados - O Estatuto da Magistratura - A Justiça, a Infância, a Juventude e a Paz Social - Concórdia.
- ▶ 02 de dezembro - Seminário de instalação do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Videira - Videira.

DADOS ESTATÍSTICOS**Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional**

4 sessões realizadas
55 processos julgados,
destes 50 foram habilitados e 5
convertidos em diligência.

Adoções Internacionais

38 crianças/adolescentes foram adotados
por estrangeiros:

Itália: 19	Holanda: 03
França: 12	Espanha: 04

Habilitações Nacionais

2398 é o total de candidatos brasileiros inscritos nas comarcas do Estado de SC. 80% residem em Santa Catarina. 92% pretendem adotar crianças recém-nascidas ou até 2 anos.

Adoções Nacionais

63 crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

Este número não corresponde ao total de adoções realizadas no Estado uma vez que apenas 29 comarcas prestaram a informação.

Entidades de abrigo cadastradas na CEJA

83 são os programas de abrigo cadastrados na comissão. Entende-se como abrigo os projetos casa lar, família acolhedora e similares. A maior concentração destes projetos está na Capital onde funcionam 6 projetos/instituições.

Crianças/adolescentes abrigados

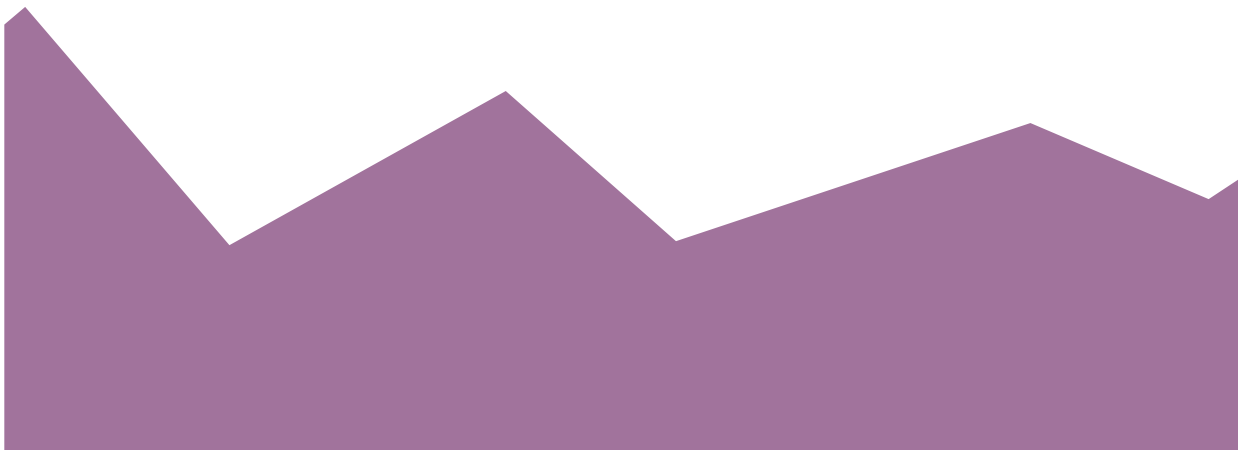
1.126 crianças/adolescentes abrigados em instituições no Estado de Santa Catarina. 70% destes tem idade acima de 10 anos. 80% encontram-se nas instituições por motivos de abandono ou maus tratos decorrentes da situação de carência extrema das famílias. Detalhamento acerca da situação de abrigamento.

Grupos de estudos e apoio à adoção

23 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

◀ **CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA** ▶

◀ **ANEXOS** ▶



ANEXO 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

▸ QUADRO 3 - ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ofícios expedidos	255	133	276	252	219	329	229	246	303	264	201	50	2.757
Ofícios recebidos	160	119	223	171	204	240	232	214	331	132	138	80	2.244
Circulares	2	4	3	2	1	2	1	4	2	2	2	2	27
Portarias	15	5	2	4	3	6	36	3	3	4	5	0	86
Provimentos	1	1	0	2	1	4	0	1	2	2	0	0	14
Processos autuados	40	24	31	54	50	49	72	47	50	47	33	8	505
Processos encerrados	35	16	23	35	39	36	30	32	24	18	9	0	297
Processos ativos	5	8	8	19	11	13	42	15	26	29	24	8	208
Processos digitalizados	19	101	155	67	82	125	0	3	81	0	0	24	657
Ofícios Circulares	9	4	3	8	9	11	6	9	7	5	6	1	78

▸ QUADRO 4 - ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Selos isentos	206.160	258.336	449.424	457.344	480.912	549.312	478.224	549.888	629.376	556.992	732.240	149.952	5.498.160
Selos normais	249.408	363.744	597.408	582.816	571.824	708.576	707.952	823.728	743.472	693.408	922.272	151.440	7.116.048
Selos emergenciais	45.456	75.840	63.552	77.520	78.144	85.920	56.448	83.664	65.328	62.304	73.392	4.368	771.936
Selos normais de 2 atos	3.264	10.320	10.080	7.920	9.408	9.120	8.208	18.048	6.768	14.736	17.760	5.808	121.440
Selos normais de 4 atos	2.160	0	1.968	1.152	2.160	1.296	1.824	1.536	144	2.304	432	144	15.120
Selos emerg. de 2 atos	0	0	0	0	0	144	0	0	0	0	0	0	144
Selos emerg. de 4 atos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Selos isentos de 2 atos	1.680	6.000	6.240	2.880	6.960	6.480	8.400	6.000	6.480	5.520	9.360	3.120	69.120
TOTAL	508.128	714.240	1.128.672	1.129.632	1.149.408	1.360.848	1.261.056	1.482.864	1.451.568	1.335.264	1.755.456	314.832	13.591.968

ANEXO 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

▸ QUADRO 5 - RESSARCIMENTOS

MÊS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	NATIMORTO	TOTAL DE ATOS	VALOR (R\$) RESSARCIMENTO	QUANTIDADE DE CARTÓRIOS
JAN	7.086	2.439	48	9.573	266.709,90	185
FEV	6.539	2.166	34	8.739	243.599,70	186
MAR	8.163	2.552	50	10.765	300.192,30	198
ABR	7.394	2.261	49	9.704	270.741,60	180
MAI	8.167	2.489	53	10.708	298.718,10	194
JUN	7.705	2.619	43	10.367	288.897,45	195
JUL	7.488	2.606	67	10.161	283.462,50	192
AGO	7.609	2.867	60	10.536	293.954,40	178
SET.	7.617	2.763	67	10.447	291.471,30	201
OUT	7.067	2.574	42	9.683	270.155,70	199
NOV						
DEZ						
TOTAL	74.835	25.336	513	100.683	2.807.902,95	1.908

▸ QUADRO 6 - INSPEÇÕES CORREICIONAIS REALIZADAS

MÊS	INSPEÇÃO CORREICIONAL JUDICIAL	INSPEÇÃO CORREICIONAL EXTRAJUDICIAL
JAN	-	-
FEV	-	-
MAR	-	-
ABR	3	2
MAI	-	1
JUN	-	-
JUL	-	2
AGO	1	-
SET.	-	-
OUT	1	-
NOV	-	1
DEZ	-	1
TOTAL	5	7

ANEXO 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

GRÁFICO 1 - ACOMPANHAMENTO DE PROVIMENTOS, CIRCULARES, PORTARIAS E OFÍCIOS CIRCULARES

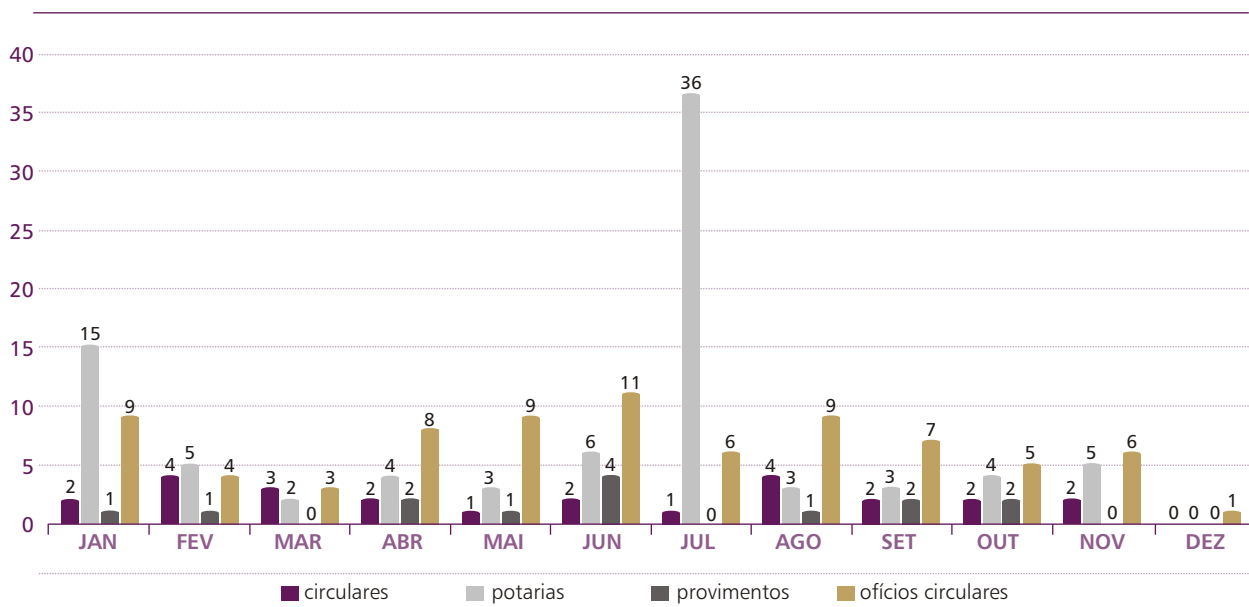
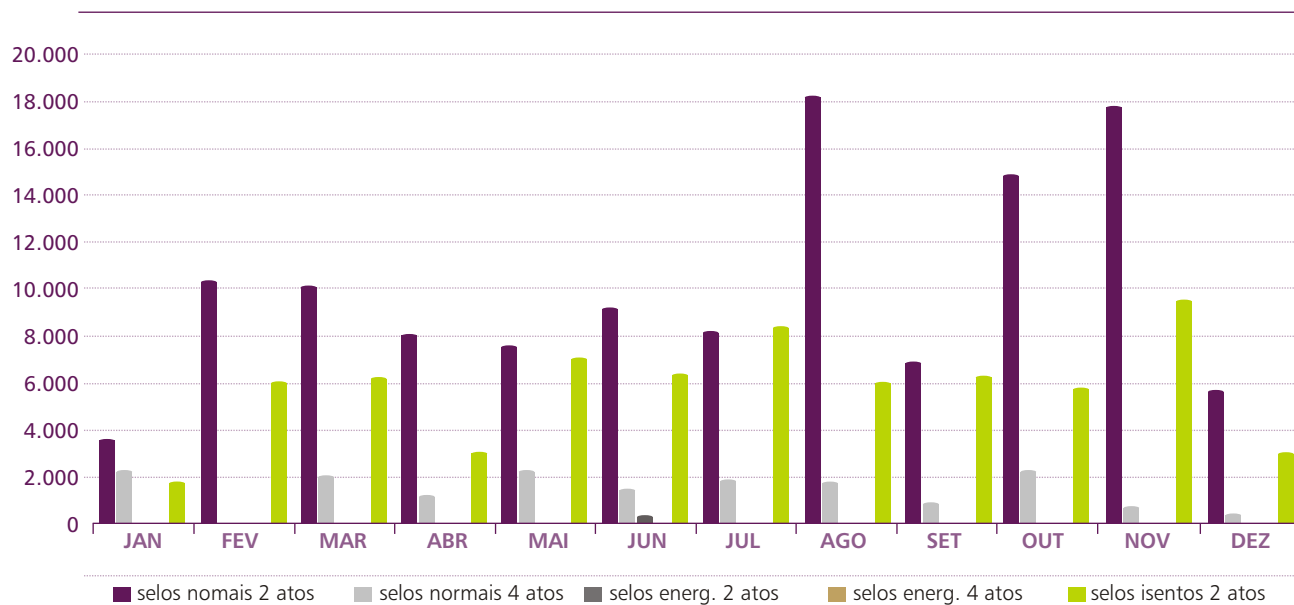


GRÁFICO 2 - AQUISIÇÃO DE SELOS MÚLTIPLOS DE FISCALIZAÇÃO



ANEXO 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

GRÁFICO 3 - AQUISIÇÃO DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO

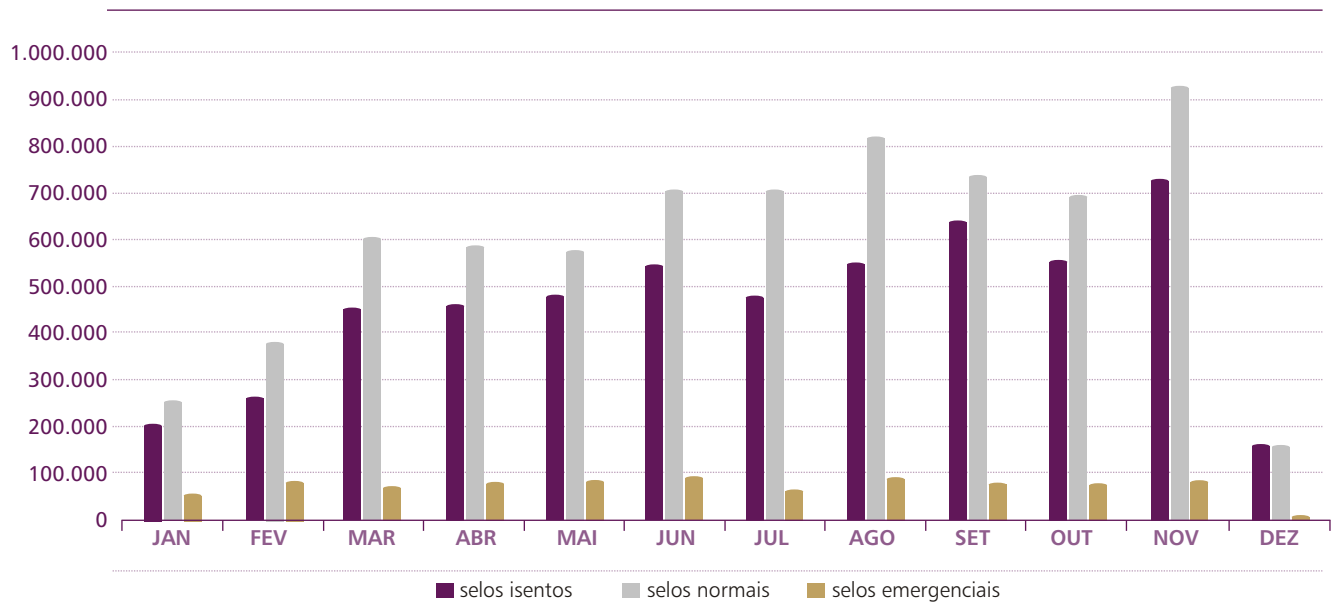
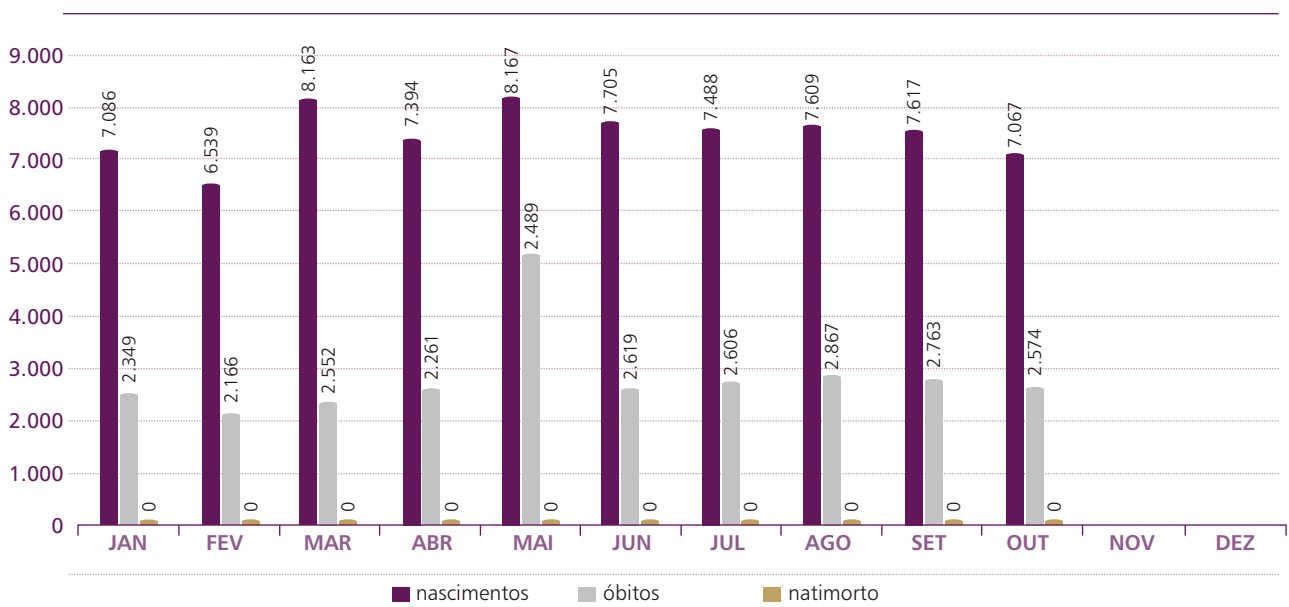


GRÁFICO 4 - ACOMPANHAMENTO DOS REGISTROS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS



ANEXO 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

GRÁFICO 5 - ACOMPANHAMENTO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

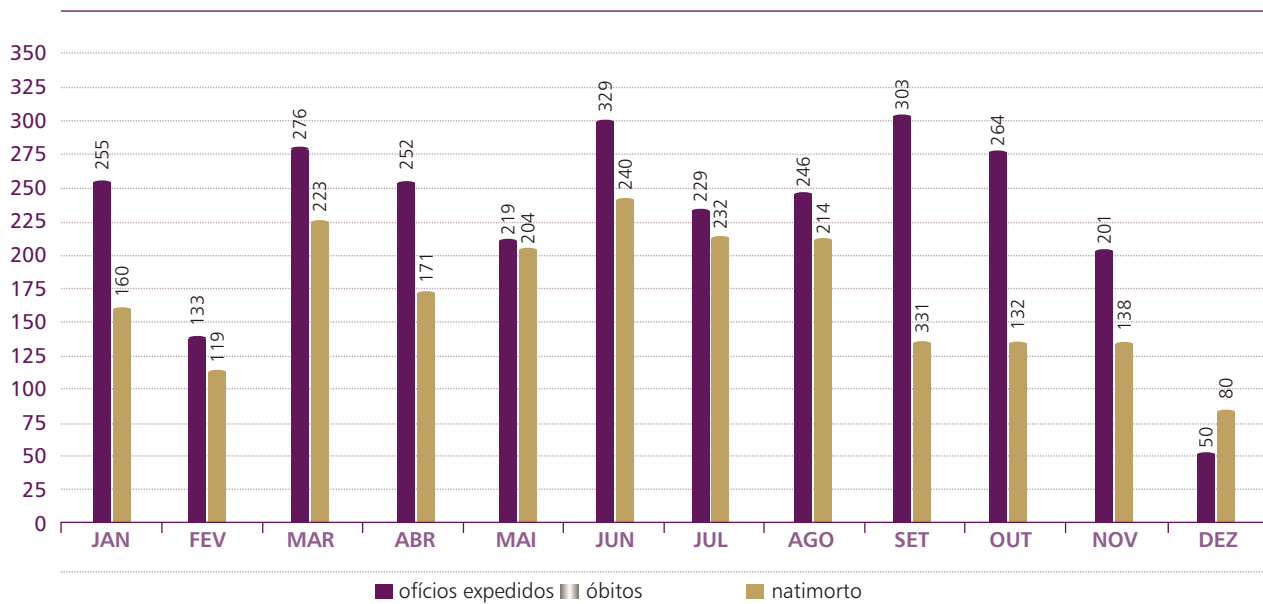
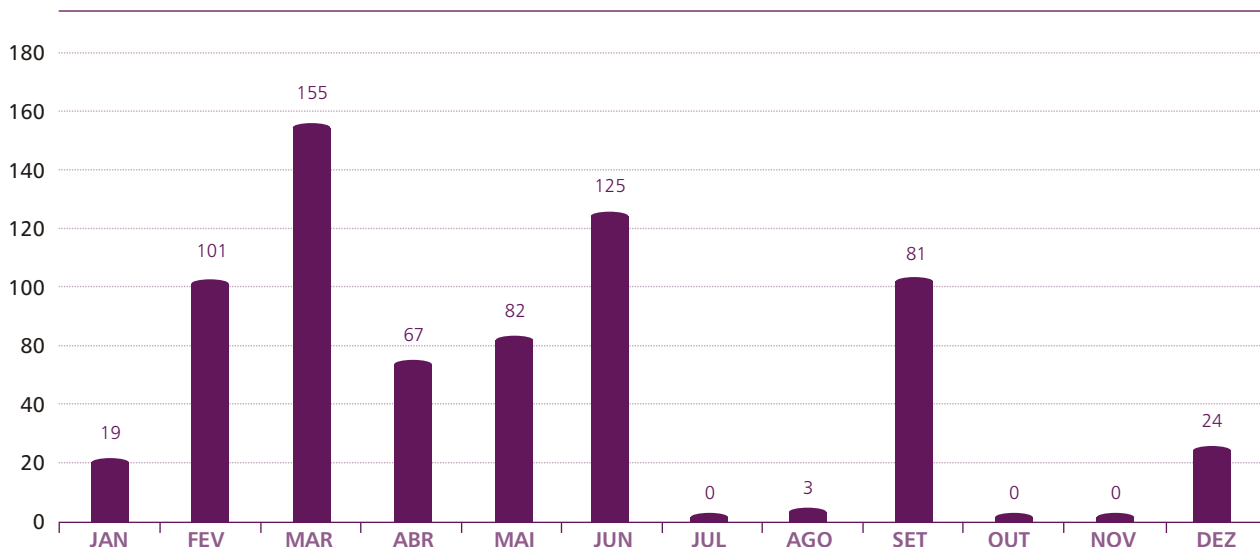
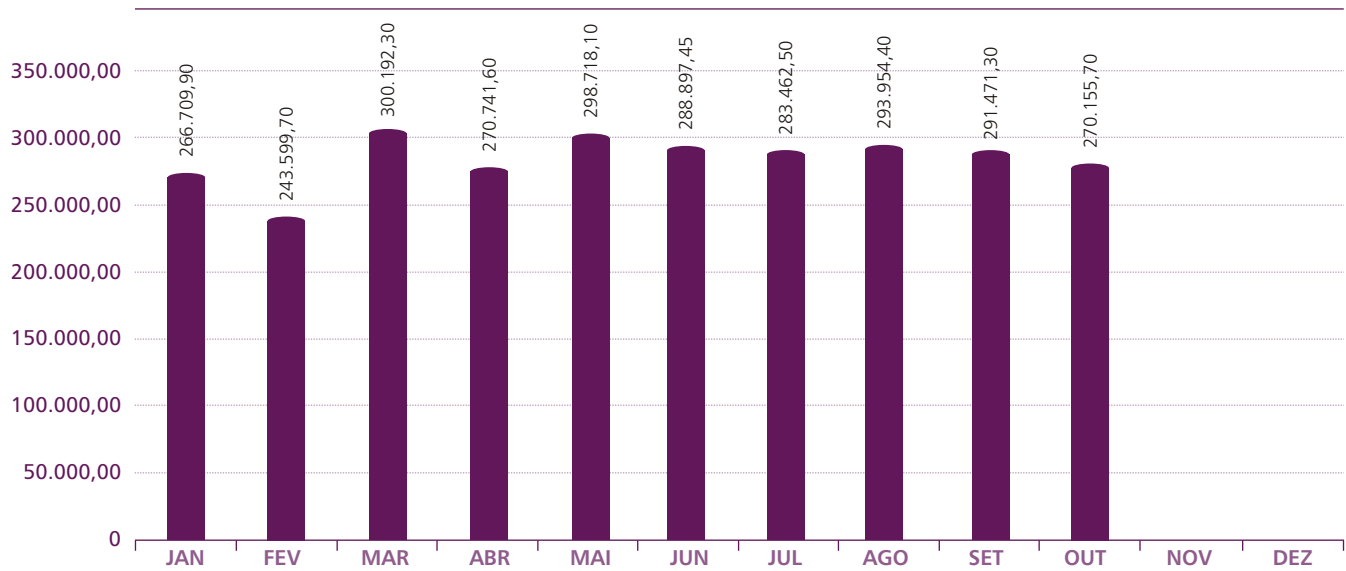


GRÁFICO 6 - ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DIGITALIZADOS



ANEXO 1 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

**GRÁFICO 7 - ACOMPANHAMENTO DE VALORES PAGOS
EM REAL AOS CARTÓRIOS - RESSARCIMENTO**

ANEXO 2 - DIVISÃO JUDICIÁRIA

QUADRO 7 - MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA

COMARCA	UNIDADE CASA DA CIDADANIA	REMANESCENTES	INICIADOS	ARQUIVADO/ REMETIDO COM ACORDO	ARQUIVADO/ REMETIDO SEM ACORDO	PASSAM
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	0	62	41	19	2
ARAQUARI	BALN. BARRA DO SUL	0	241	95	111	35
ASCURRA	ASCURRA	6	1287	605	498	190
BAL. CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0	68	58	10	0
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	0	35	25	9	1
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	22	464	138	343	5
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	0	76	47	23	6
CAPINZAL	IPIRA	0	48	34	11	3
CATANDUVAS	CATANDUVAS	5	374	359	16	4
CATANDUVAS	JABORÁ	0	114	42	57	15
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	8	117	52	55	18
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	2	24	10	11	5
CRICIÚMA	PRÓSPERA	231	325	44	220	292
CRICIÚMA	RIO MAINA	324	379	49	192	462
CRICIÚMA	CRICIÚMA	255	698	84	353	516
GASPAR	ILHOTA	0	67	14	53	0
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	0	39	31	6	2
INDAIAL	INDAIAL	106	704	353	272	185
ITUPORANGA	IMBUIA	0	22	13	9	0
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	0	5	3	0	2
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	0	14	4	6	4
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	0	18	7	5	6
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	42	91	48	82	3
PRES. GETÚLIO	PRES. GETÚLIO	0	117	38	79	0
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	0	27	27	0	0
QUILOMBO	IRATI	5	21	19	5	2
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	0	153	69	83	1
RIO DO OESTE	LAURENTINO	6	114	100	7	13
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	0	61	37	21	3
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	0	51	42	7	2
RIO DO SUL	AURORA	3	155	106	37	15
RIO DO SUL	LONTRAS	4	118	54	28	40
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	1	45	24	9	13
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	0	64	63	1	0
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	0	78	70	8	0
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	11	77	67	5	16
TAIÓ	MIRIM DOCE	0	40	32	4	4
TAIÓ	RIO DO CAMPO	0	0	0	0	0
TIJUCAS	CANELINHA	0	86	30	56	0
TIJUCAS	TIJUCAS	0	1080	964	88	28
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	0	366	106	260	0
TIMBÓ	DOCTOR PEDRINHO	1	129	83	45	2
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	13	114	75	52	0
TIMBÓ	TIMBÓ	31	271	130	134	38
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	0	79	57	22	0
URUSSANGA	COCAL DO SUL	132	103	17	31	187
TOTAL DE 2005		1.208	8.621	4.366	3.343	2.120

ANEXO 2 - DIVISÃO JUDICIÁRIA

QUADRO 7 - MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA - (CONT.)

COMARCA	UNIDADE CASA DA CIDADANIA	AUDIÊNCIAS REALIZADAS			ATENDIMENTOS DIVERSOS
		JUIZ	CONCILIADORES	MIN. PÚBLICO	
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	0	63	0	50
ARAQUARI	BALN. BARRA DO SUL	55	200	1	1.830
ASCURRA	ASCURRA	0	304	0	249
BAL. CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0	58	0	233
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	0	36	0	117
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	0	307	0	351
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	0	67	0	18
CAPINZAL	IPIRA	0	56	0	26
CATANDUVAS	CATANDUVAS	16	376	0	10
CATANDUVAS	JABORÁ	0	32	0	1.987
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	0	58	0	238
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	0	17	2	20
CRICIÚMA	PRÓSPERA	0	148	0	45
CRICIÚMA	RIO MAINA	0	141	0	65
CRICIÚMA	CRICIÚMA	0	0	0	272
GASPAR	ILHOTA	0	67	0	54
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	0	25	0	27
INDAIAL	INDAIAL	0	200	0	636
ITUPORANGA	IMBUIA	0	17	9	17
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	0	3	0	87
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	0	0	0	367
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	0	1	0	1.242
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	0	88	0	46
PRES. GETÚLIO	PRES. GETÚLIO	0	37	0	0
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	6	21	80	295
QUILOMBO	IRATI	1	4	1	106
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	0	153	0	63
RIO DO OESTE	LAURENTINO	0	62	0	176
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	0	61	0	122
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	0	47	0	78
RIO DO SUL	AURORA	0	181	0	248
RIO DO SUL	LONTRAS	0	96	0	279
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	0	64	0	54
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	0	64	0	394
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	4	86	0	18
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	0	0	0	0
TAIÓ	MIRIM DOCE	0	18	0	219
TAIÓ	RIO DO CAMPO	0	0	0	0
TIJUCAS	CANELINHA	0	30	0	65
TIJUCAS	TIJUCAS	62	294	62	242
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	0	408	2	614
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	0	92	0	11
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	0	129	0	3
TIMBÓ	TIMBÓ	5	132	0	59
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	0	79	0	45
URUSSANGA	COCAL DO SUL	0	38	0	72
TOTAL DE 2005		149	4.360	157	11.150

ANEXO 2 - DIVISÃO JUDICIÁRIA

QUADRO 8 - ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA

COMARCA	UNIDADE CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	62	41	66%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	241	95	39%
ASCURRA	ASCURRA	1287	605	47%
BAL. CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	68	58	85%
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	35	25	71%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	464	138	30%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	76	47	62%
CAPINZAL	IPIRA	48	34	71%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	374	359	96%
CATANDUVAS	JABORÁ	114	42	37%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	117	52	44%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	24	10	42%
CRICIÚMA	PRÓSPERA	325	44	14%
CRICIÚMA	RIO MAINA	379	49	13%
CRICIÚMA	CRICIÚMA	698	84	12%
GASPAR	ILHOTA	67	14	21%
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	39	31	79%
INDAIAL	INDAIAL	704	353	50%
ITUPORANGA	IMBUIA	22	13	59%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	5	3	60%
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	14	4	29%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	18	7	39%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	91	48	53%
PRES. GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	117	38	32%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	27	27	100%
QUILOMBO	IRATI	21	19	90%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	153	69	45%
RIO DO OESTE	LAURENTINO	114	100	88%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	61	37	61%
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	51	42	82%
RIO DO SUL	AURORA	155	106	68%
RIO DO SUL	LONTRAS	118	54	46%
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	45	24	53%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	64	63	98%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	78	70	90%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	77	67	87%
TAIÓ	MIRIM DOCE	40	32	80%
TIJUCAS	CANELINHA	86	30	35%
TIJUCAS	TIJUCAS	1080	964	89%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	366	106	29%
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	129	83	64%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	114	75	66%
TIMBÓ	TIMBÓ	271	130	48%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	79	57	72%
URUSSANGA	COCAL DO SUL	103	17	17%
TOTAL		8.621	4.366	51%

ANEXO 2 - DIVISÃO JUDICIÁRIA

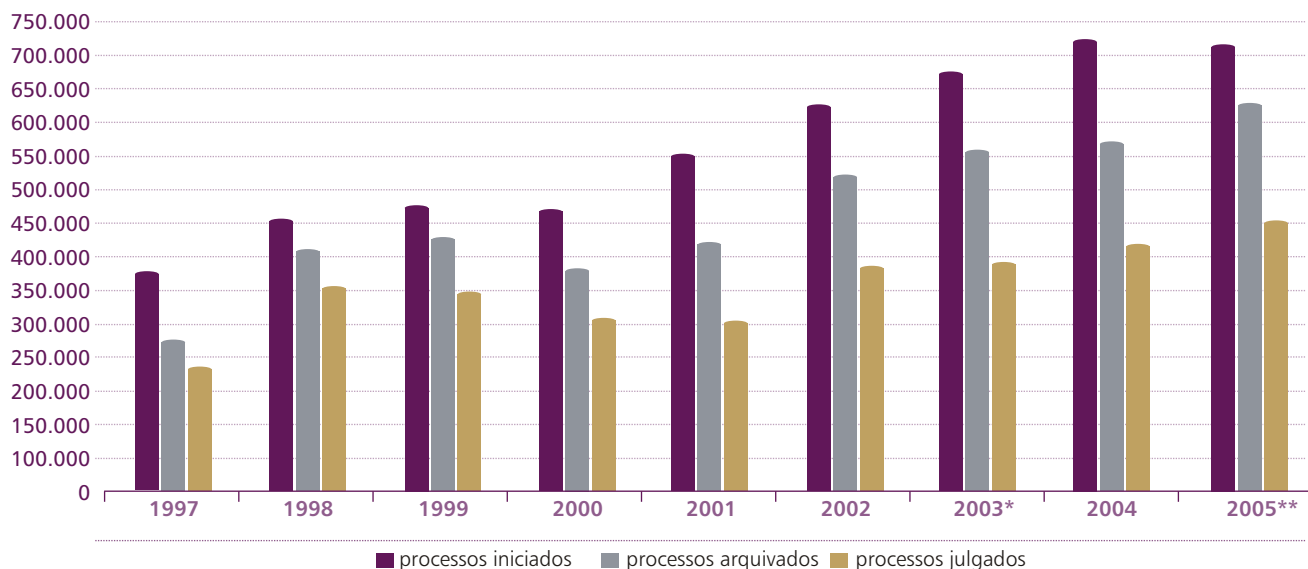
QUADRO 9 - MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	2004	2005**
Processos iniciados	375.705	446.779	470.629	464.945	542.599	616.933	667.280	714.434	706.190
Exec. fiscais (mun/est/fed) iniciadas	57.535	98.598	75.326	69.436	116.352	135.412	142.118	136.602	96.086
Iniciados sem execuções	318.170	348.186	395.941	395.509	426.247	481.521	525.162	577.832	610.104
Processos encerrados	273.734	404.927	422.620	377.205	412.812	514.959	550.014	565.341	633.223
Exec. fiscais (mun/est/fed) encerradas	24.148	109.296	72.489	61.736	51.785	84.123	89.987	81.688	97.608
Encerrados sem execuções	249.586	295.631	351.850	315.469	361.027	430.836	460.027	483.653	535.615
Processos julgados	231.059	347.313	339.995	305.556	302.947	378.885	385.996	412.680	454.835
Exec. fiscais (mun/est/fed) julgadas	35.312	118.841	80.507	64.570	46.747	86.175	70.788	77.236	98.383
Julgados sem execuções	195.747	228.472	259.557	240.986	256.200	292.710	315.208	335.444	356.452
Em andamento (final do ano)	564.657	676.455	723.218	839.081	987.981	1.114.686	1.408.976	1.634.389	1.702.119
Exec. fiscais (mun/est/fed) andamento	154.695	248.725	250.263	275.897	328.167	381.478	513.020	586.379	614.441
Em andamento - sem execuções	409.962	427.730	472.955	563.184	659.814	733.208	895.956	1.048.010	1.087.678

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG

(**) Valores projetados (dados reais até o mês de outubro/05).

GRÁFICO 8 - MOVIMENTO FORENSE GERAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU



ANEXO 2 - DIVISÃO JUDICIÁRIA

GRÁFICO 9 - MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
(Processos em andamento no final do ano)

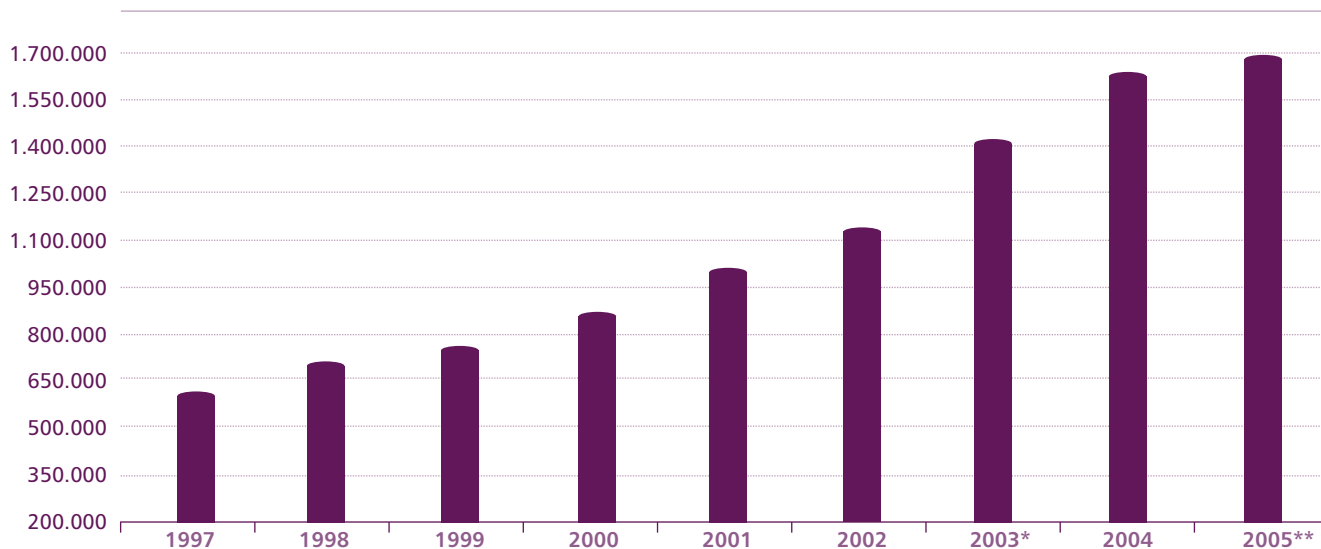
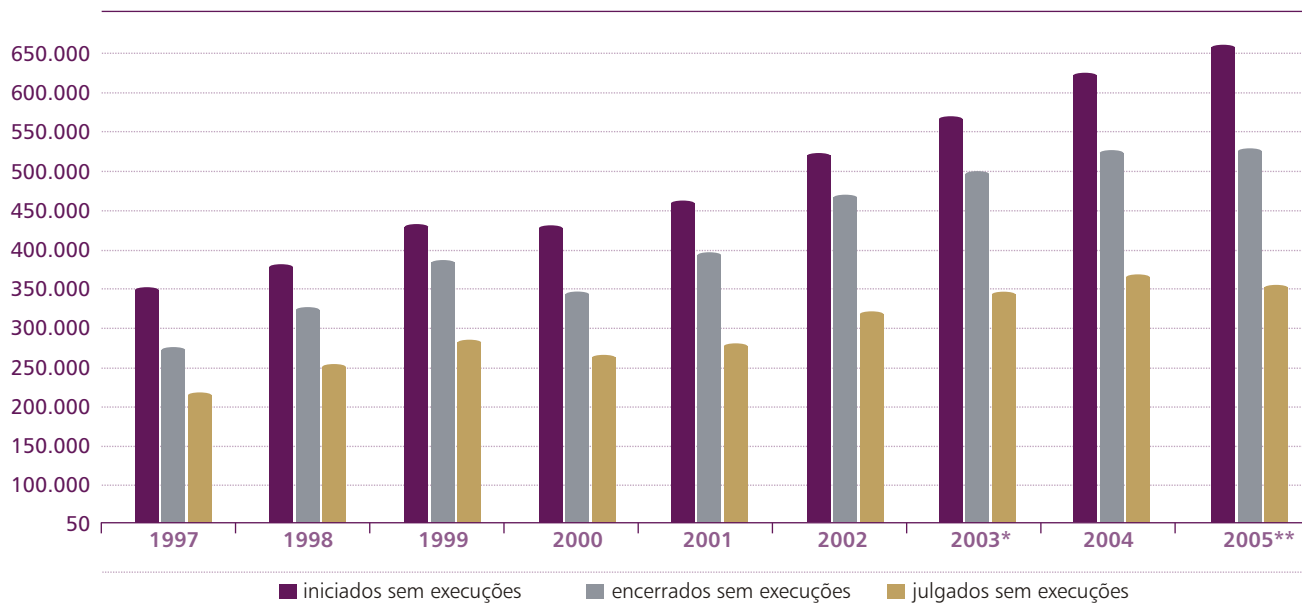


GRÁFICO 10 - MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
(SEM EXECUÇÕES FISCAIS)



ANEXO 3 - ASSESSORIA DE CUSTAS

QUADRO 10 - DISQUE-CORREGEDORIA - FORO JUDICIAL
 (PÚBLICO INTERNO)

	CUSTAS 1	CÁLCULO PROCESSUAL	SAJ/CUSTAS	COMARCAS/CARTÓRIOS	TOTAIS
JAN	36	13	1	4	54
FEV	25	29	4	16	74
MAR	36	19	19	5	79
ABR	31	16	4	0	51
MAI	62	14	20	6	102
JUN	79	31	9	4	123
JUL	118	0	38	5	161
AGO	69	33	7	0	109
SET	54	23	19	0	96
OUT	62	20	2	4	88
NOV	57	19	12	4	92
DEZ	29	14	5	3	51
TOTAIS	658	231	140	51	1.080

Obs.: os dados do mês de dezembro foram projetados

QUADRO 11 - DISQUE-CORREGEDORIA - FORO JUDICIAL
 (PÚBLICO EXTERNO)

	CUSTAS 1	CÁLCULO PROCESSUAL	SAJ/CUSTAS	COMARCAS/CARTÓRIOS	TOTAIS
JAN	26	15	0	32	73
FEV	20	6	4	38	68
MAR	17	13	2	19	51
ABR	21	21	21	27	90
MAI	17	6	7	20	50
JUN	86	16	4	20	126
JUL	52	13	2	17	84
AGO	35	11	4	20	70
SET	57	27	2	25	111
OUT	44	9	0	11	64
NOV	37	13	5	22	77
DEZ	18	6	2	14	40
TOTAIS	430	156	53	265	904

Obs.: os dados do mês de dezembro foram projetados

ANEXO 3 - ASSESSORIA DE CUSTAS

▸ QUADRO 12 - DISQUE-CORREGEDORIA - FORO EXTRAJUDICIAL
(PÚBLICO INTERNO)

	EMOLUMENTOS	NORMAS	RECLAMAÇÕES	ASSUNTOS NÃO PERTINENTES	TOTAIS
JAN	33	49	0	90	172
FEV	42	23	0	27	92
MAR	43	25	0	24	92
ABR	23	27	0	24	74
MAI	16	24	0	24	64
JUN	14	20	0	17	51
JUL	9	39	0	55	103
AGO	9	16	0	19	44
SET	8	20	1	19	48
OUT	24	25	0	23	72
NOV	22	26	0	32	80
DEZ	12	15	0	13	40
TOTAIS	255	309	1	367	932

▸ QUADRO 13 - DISQUE-CORREGEDORIA - FORO EXTRAJUDICIAL
(PÚBLICO EXTERNO)

	EMOLUMENTOS	NORMAS	RECLAMAÇÕES	ASSUNTOS NÃO PERTINENTES	TOTAIS
JAN	33	43	6	53	135
FEV	38	13	14	35	100
MAR	38	17	11	44	110
ABR	50	14	12	72	148
MAI	42	19	14	53	128
JUN	34	14	9	42	99
JUL	66	18	10	41	135
AGO	62	13	4	37	116
SET	70	26	16	51	163
OUT	32	16	9	43	100
NOV	46	19	10	47	122
DEZ	28	9	6	21	64
TOTAIS	539	221	121	539	1.420

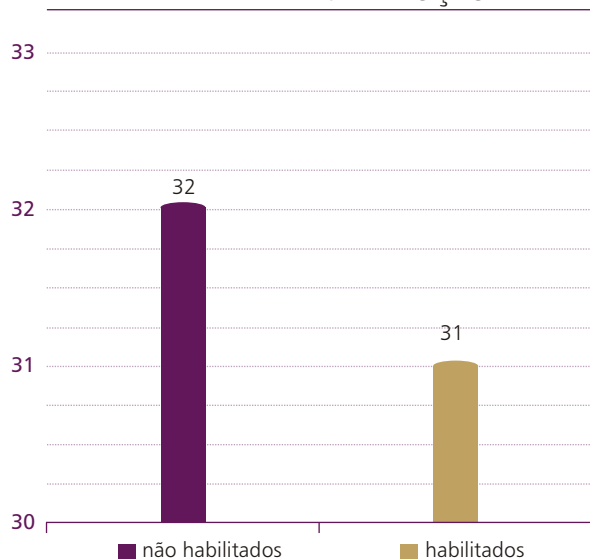
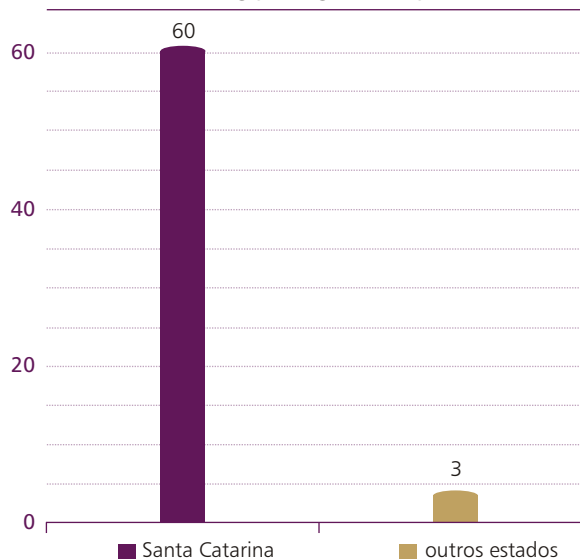
ANEXO 4 - CEJA

▸ QUADRO 14 - ADOÇÕES INTERNACIONAIS

	UMA CRIANÇA	DOIS IRMÃOS	TRÊS IRMÃOS	QUATRO IRMÃOS	SEIS IRMÃOS	TOTAIS
JAN	7 a 7 a 7 a 6 a		6, 4 e 3 anos			7
MAR	7 anos					1
ABR						0
MAI	6 anos					1
JUN		4 e 2 anos	9, 6 e 3 anos			5
JUL			10, 8 e 2 anos			3
AGO			6, 4 e 2 anos	11, 7 e 7 anos	10, 8, 6, 4, 2 e 2 anos	12
OUT	10 anos	6 e 5 anos				3
NOV	8 anos	8 e 7 anos	5, 4 e 3 anos			6
TOTAL						38

■ Itália
■ França
■ Espanha
■ Holanda

▸ GRÁFICOS 11 E 12 - ADOÇÕES NACIONAIS (QUANTO AOS ADOTANTES)

SITUAÇÃO NO CADASTRO DE
PRETENDENTES À ADOÇÃOLOCAL DE RESIDÊNCIA
DOS ADOTANTES

GRÁFICOS 13 A 15 - ADOÇÕES NACIONAIS (QUANTO AO PERFIL DAS CRIANÇAS ADOTADAS)

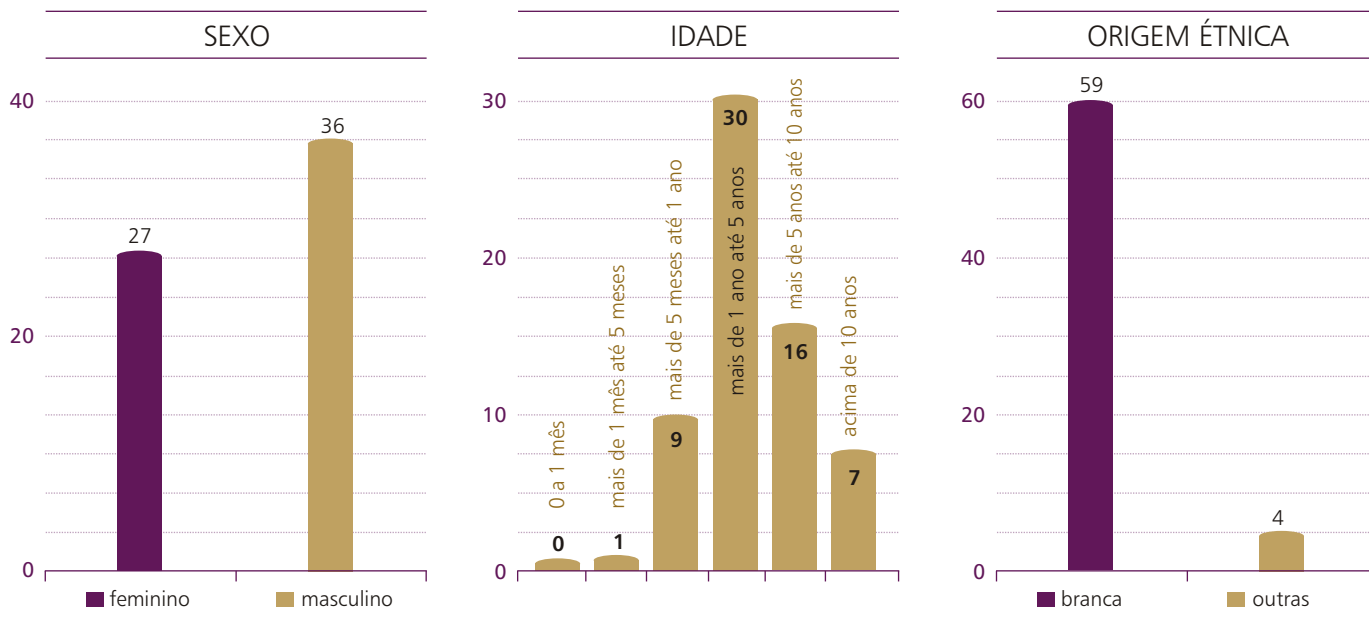
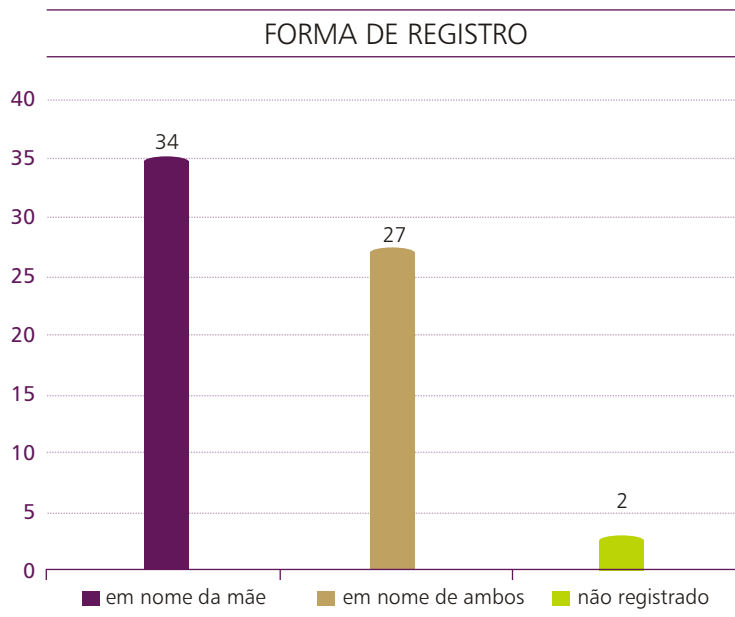


GRÁFICO 16 - ADOÇÕES NACIONAIS (QUANTO À FORMA DE REGISTRO DE NASCIMENTO)



ANEXO 4 - CEJA

GRÁFICO 17 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS (MOTIVO DA INTERNAÇÃO)

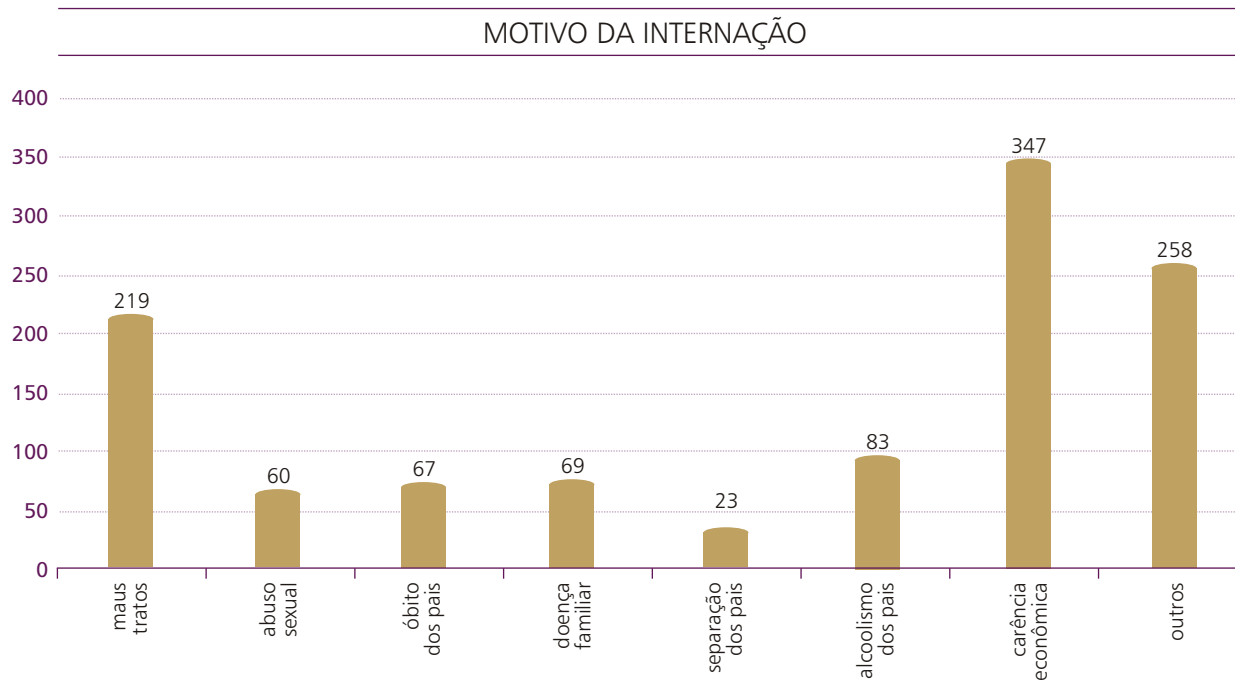


GRÁFICO 18 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS (TEMPO DE ABRIGAMENTO)

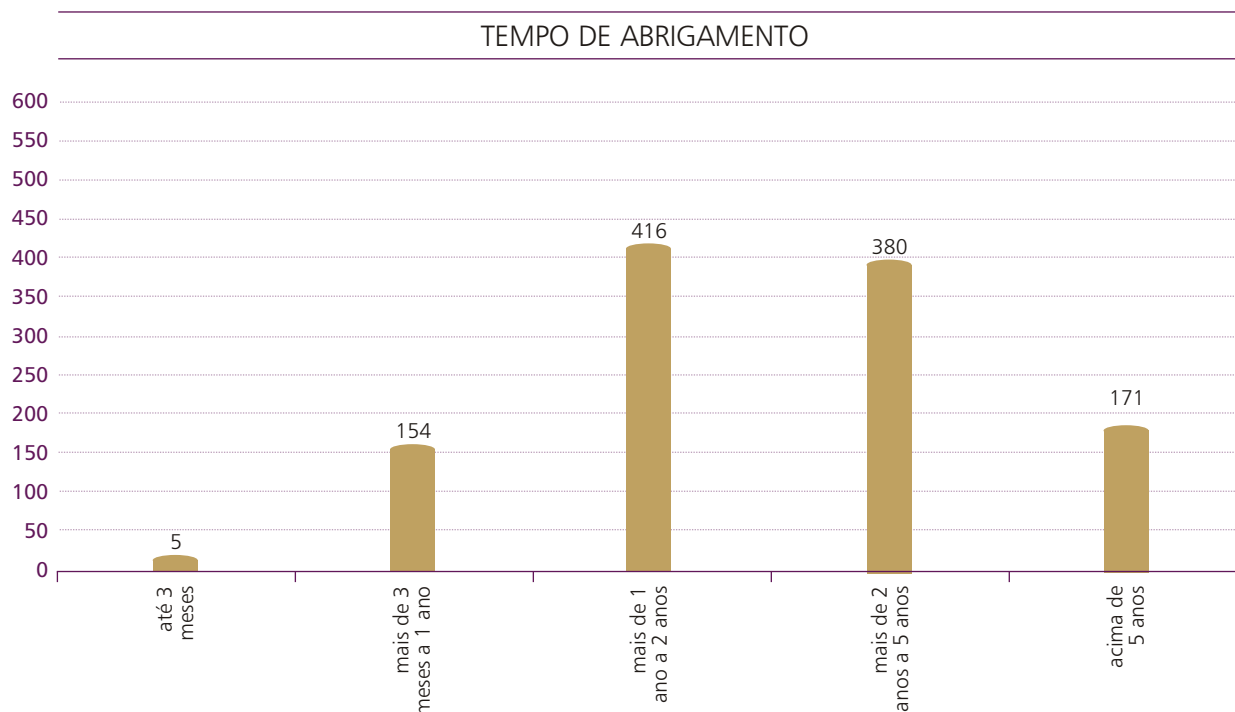
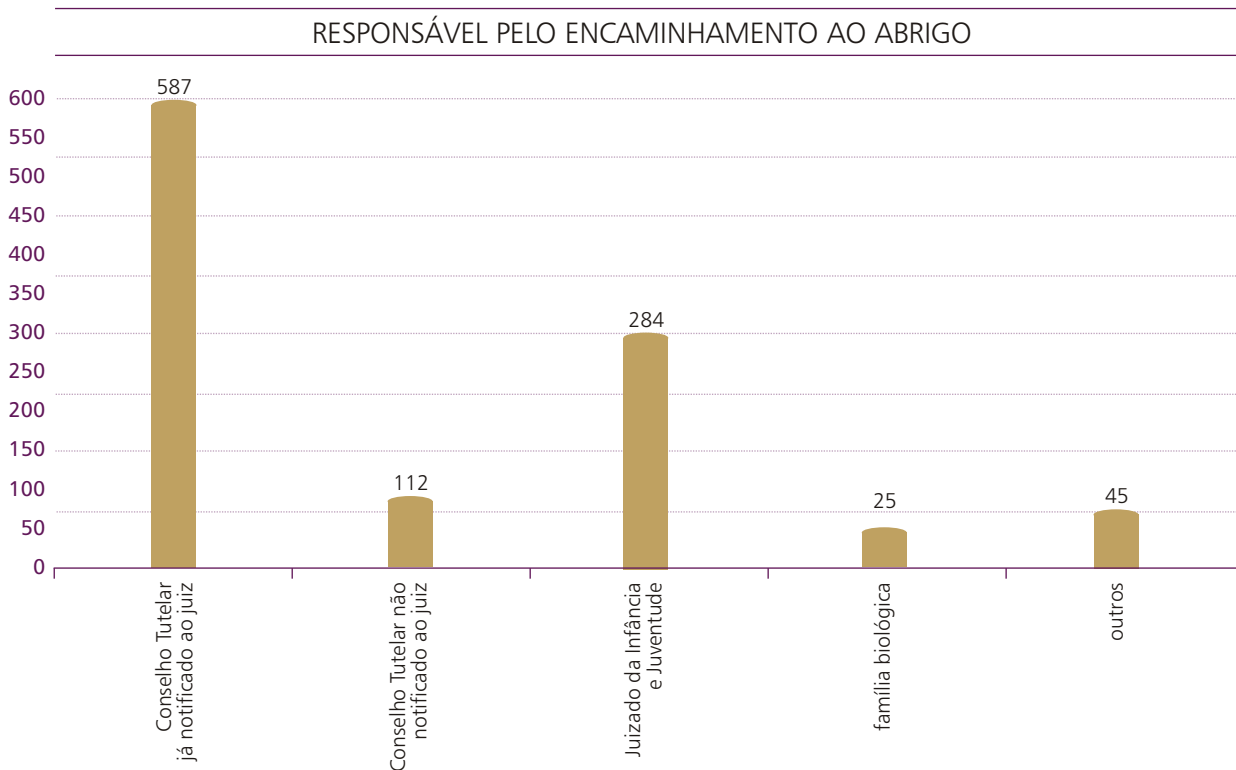
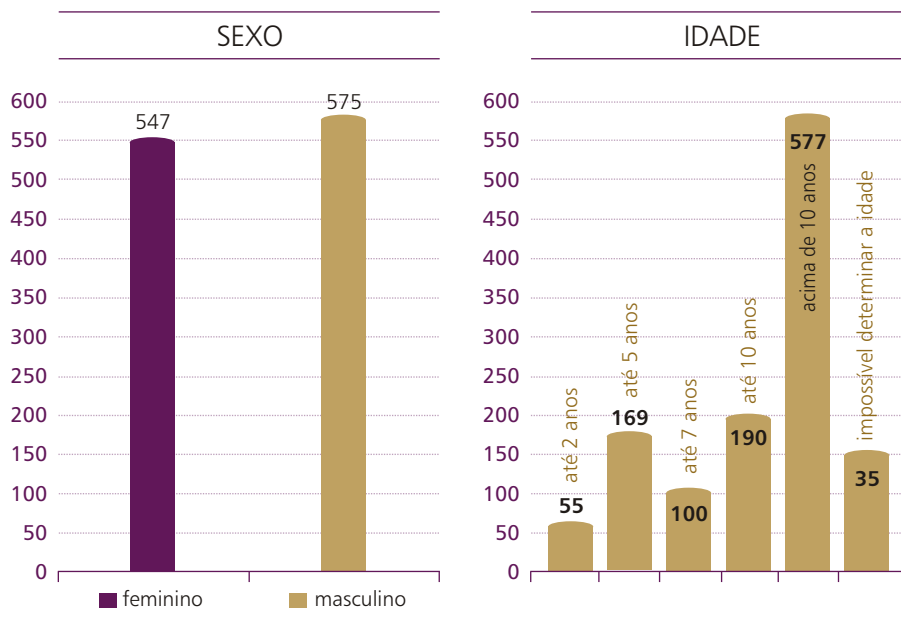


GRÁFICO 19 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS



GRÁFICOS 20 E 21 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS (PERFIL)





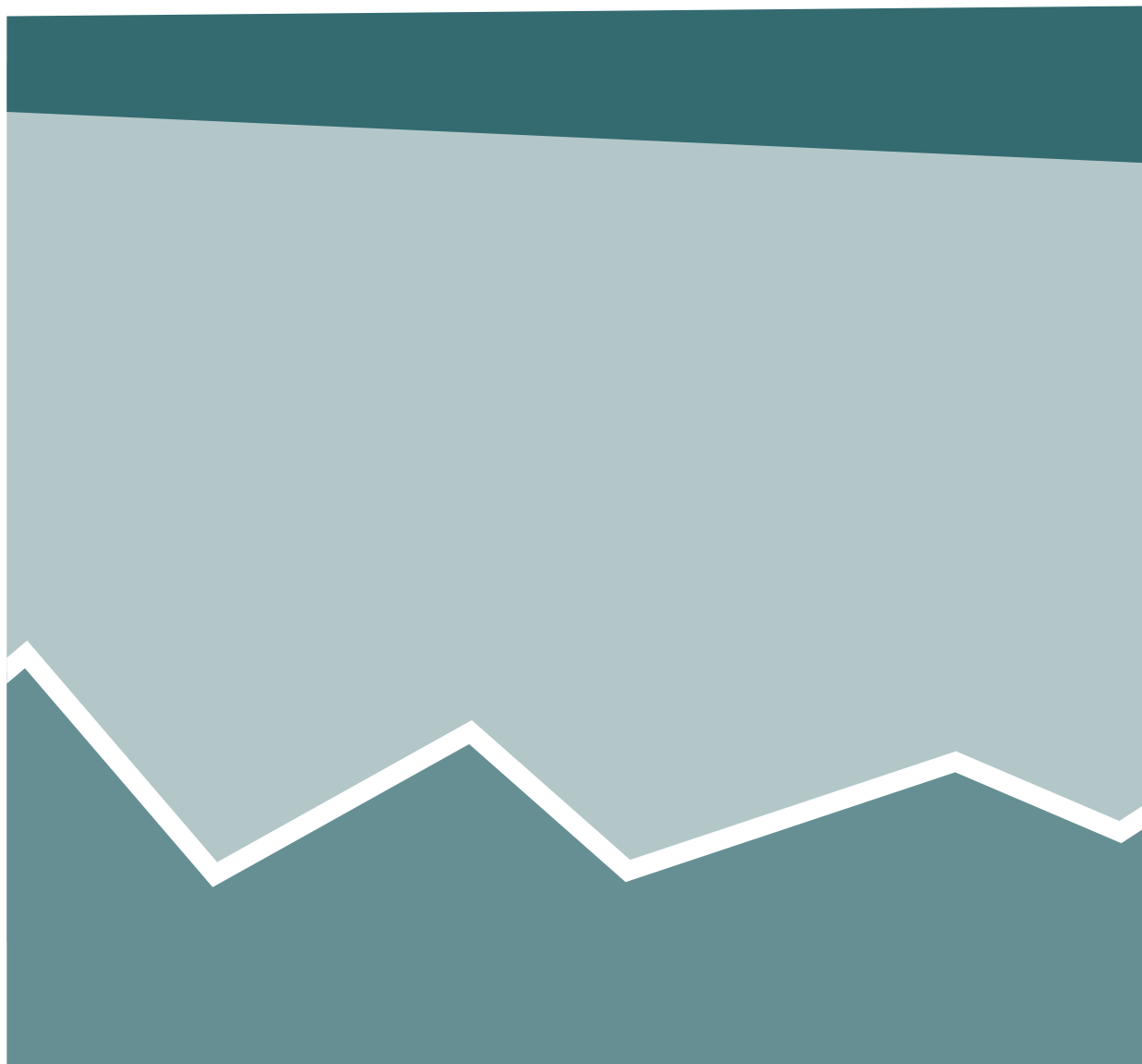
ACADEMIA JUDICIAL

DES. ELÁDIO TORRET ROCHA – CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Presidente

DES. NELSON SCHAEFER MARTINS
Diretor Executivo

DES. SOLON D'EÇA NEVES
Vice-Diretor Executivo

JUÍZA SUBSTITUTA DE 2º GRAU SÔNIA MARIA SCHMITZ
Coordenadora Pedagógica



CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS

CURSO PARA JUÍZES EMPOSSADOS EM FASE DE VITALICIAMENTO

Local	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	6/07 a 12/08/2005	78 horas-aula	28
Destinatários: Juizes substitutos empossados em 30/06/2005			
Palestrantes	Temas	Carga Horária	
Des. Jorge Mussi	Temas institucionais – Tribunal de Justiça.	4 h/a	
Des. Francisco de Oliveira Filho	O controle preambular na ação e as providências preliminares no procedimento ordinário.	4 h/a	
Des. Eládio Torret Rocha	As leis que alteraram o CPC. Dúvidas e aplicação.	4 h/a	
Des. Norberto Ungaretti	Considerações sobre a conduta social do magistrado.	2 h/a	
Juiz Henry Petry Junior	Alimentos. O novo Código Civil.	4 h/a	
Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva	Direito da Infância e da Juventude: aspectos práticos.	2 h/a	
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi	Direito do Consumidor.	4 h/a	
Des. Marcus Túlio Sartorato	A atuação do magistrado na Justiça Familiar.	2 h/a	
Adv. Márcio Luiz Fogaga Vicari	Fixação e arbitramento de verba honorária.	2 h/a	
Juiz José Carlos Carstens Köhler	A concessão de liminares no processo penal: busca e apreensão, interceptação telefônica.	2 h/a	
Juiz José Carlos Carstens Köhler	Administração cartorária – práticas e rotinas do magistrado. Cartório Criminal.	2 h/a	
Juiz Hélio do Valle Pereira	Ações Previdenciárias.	2 h/a	
Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins	Prisões cautelares no processo penal.	2 h/a	
Des. Luiz César Medeiros	As ações constitucionais e os pressupostos para concessão de liminares: Ação Civil Pública, Ação Popular e Mandado de Segurança.	4 h/a	
Juiz Paulo Henrique M. Martins da Silva	A audiência de instrução e julgamento no Processo Civil.	2 h/a	
Juiz Alexandre Morais da Rosa	Improbidade Administrativa.	2 h/a	
Prof. Dr. Gustavo Binenbojm	Da Supremacia do Interesse Público ao Dever de Proporcionalidade: um novo paradigma para o Direito Administrativo.	2 h/a	
Prof. Dr. Gustavo Binenbojm	Ponderação de interesses, segurança jurídica e relativização dos efeitos no tempo da nulidade dos atos do Poder Público.	2 h/a	
Des. Anselmo Cerello	Processo Judicial Tributário.	2 h/a	
Juiz Luiz Henrique Martins Portelinha	A audiência no Processo Penal.	2 h/a	
Juiz Paulo Roberto Camargo Costa	Tribunal do Júri: quesitos. Jurisprudência.	2 h/a	
Juiz Francisco de Oliveira Neto	Concretização dos Direitos Fundamentais nas decisões judiciais. Aspectos práticos.	2 h/a	
Des. José Antônio Torres Marques	Interpretação jurisprudencial penal e processual penal.	2 h/a	
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	Política Jurídica: aspectos práticos. Jurisprudência.	4 h/a	
Juiz Carlos Henrique Abrão	Direito Falimentar.	4 h/a	
Des. Pedro Manoel Abreu	O papel do intérprete como integrador da norma. Aspectos práticos. Jurisprudência.	2 h/a	
Juíza Mônica Elias De Lucca	O papel do Juiz na Sociedade, no Estado e no Direito.	4 h/a	
Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer	Sociologia da Administração da Justiça.	4 h/a	
Profa. Dra. Eliana Riberti Nazareth	O Juiz e seu relacionamento profissional: o papel do Juiz como ser humano.	2 h/a	

CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS

SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Local: Costão do Santinho Florianópolis/SC	Período 19 e 20/08/2005	Carga horária 18 horas-aula	Número de participantes 51
--	-----------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------

Destinatários:
Juizes em fase de vitaliciamento integrantes das 4ª e 5ª turmas da Academia Judicial

Palestrantes	Temas	Carga Horária
Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	Direitos e garantias constitucionais e o princípio da realidade.	2,5 h/a
Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet	Federalização das competências para violações dos Direitos Humanos e o novo sistema dos tratados.	2,5 h/a
Prof. Dr. Lenio Luiz Streck	Jurisdição constitucional e as possibilidades emancipatórias do Direito.	2,5 h/a
Prof. Dr. Luiz Alberto David Araújo	Direitos da Personalidade na Constituição Federal.	2,5 h/a
Prof. Dr. Luís Roberto Barroso	Neo-constitucionalismo e a constitucionalização do Direito.	3 h/a
Prof. Dr. Flávio Pansieri	Condicionantes dos Direitos Sociais.	2 h/a
Prof. Msc. Ruy Rosado de Aguiar Júnior	O novo Direito Civil e a Constituição	3 h/a

ENCONTRO DOS JUÍZES VITALICIANDOS

Local: Balneário Camboriú/SC	Período 3 a 5/11/2005	Carga horária 20 horas-aula	Número de participantes 52
--	---------------------------------	---------------------------------------	--------------------------------------

Destinatários:
Juizes em fase de vitaliciamento integrantes das 4ª e 5ª turmas da Academia Judicial

Palestrantes	Temas	Carga Horária
Luiz Dagoberto Brião <i>Procurador do Estado de Santa Catarina</i>	Formação do Crédito Tributário.	1 h/a
João Batista Búrigo <i>Procurador do Estado de Santa Catarina</i>	Contencioso Tributário Estadual: atribuições do Conselho Estadual de Contribuintes.	1 h/a
Rogério De Lucca <i>Procurador do Estado de Santa Catarina</i>	ICMS – aspectos comuns nos Embargos.	1 h/a
Prof. Msc. Alessandro Rostagno	Processo Judicial Tributário – temas relevantes	2 h/a
Juiz Romano José Enzweiler	Princípios Constitucionais do Processo Tributário	2 h/a
Carlos Alberto Pereira de Castro <i>Juiz do Trabalho</i>	Direito Previdenciário	2 h/a
Juiz Hélio do Valle Pereira	Ações Acidentárias	2 h/a
Juiz Odson Cardoso Filho Juiz Hélio do Valle Pereira Juiz Domingos Paludo	Licitações – análise de liminares	2 h/a
Ricardo de Araújo Gama <i>Procurador do Estado de Santa Catarina</i>	ICMS – aspectos destacados	1 h/a
Luiz Cláudio Cardoso de Faria <i>Fiscal de Tributos do Município de Florianópolis</i>	ISS – aspectos controvertidos	1 h/a
Juíza Mônica Elias De Lucca	Introdução ao Estudo da Base Lógica da Decisão Judicial	3 h/a
Profa. Dra. Eliana Riberti Nazareth	O Juiz e seu relacionamento profissional: o papel do Juiz como ser humano	2 h/a

CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS

▶ ENCONTRO ESTADUAL DAS TURMAS DE RECURSOS II FÓRUM ESTADUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Balneário Camboriú/SC	30/09/2005	12 horas-aula	29

Destinatários:

Juízes-membros das Turmas de Recursos, juízes convidados e Coordenação dos Juizados Especiais.

CURSOS DIRIGIDOS A SERVIDORES

▶ DESENVOLVIMENTO NAS COMPETÊNCIAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	3 a 5/03/2005	22 horas-aula	16

Destinatários:

Servidores lotados na Academia Judicial e servidores convidados.

▶ I ENCONTRO DOS AGENTES DA CAPACITAÇÃO

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	27 a 29/04/2005	28 horas-aula	15

Destinatários:

servidores que exercem as funções de agente de capacitação nos Centros de Treinamento das comarcas de Brusque, Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Fraiburgo, Capital, Balneário Camboriú, Rio do Sul, São Miguel do Oeste, Tubarão, Itajaí, Criciúma, Canoinhas e Videira.

▶ II ENCONTRO DE INSTRUTORES DOS CURSOS DE INTRODUÇÃO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO CARTÓRIO JUDICIAL CÍVEL

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	4 a 6/05/2005	31 horas-aula	17

Destinatários:

magistrados e servidores que atuam como instrutores nos cursos de Introdução ao Manual de Procedimentos do Cartório Judicial Cível.

CURSOS DIRIGIDOS A SERVIDORES

► II ENCONTRO DE SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DE NOVOS INSTRUTORES PARA O MÓDULO DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA CARTORÁRIA DOS CURSOS DE INTRODUÇÃO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO CARTÓRIO JUDICIAL CÍVEL

Local: Academia Judicial	Período 9 e 10/05/2005	Carga horária 20 horas-aula	Número de participantes 11
Destinatários: magistrados e servidores do PJSC			

► CURSO DE PORTUGUÊS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA

Local: Tribunal de Justiça	Período 16/05 a 18/07/2005	Carga horária 36 horas-aula	Número de participantes 31
Destinatários: Secretários Jurídicos e Assessores para Assuntos Específicos lotados nos Gabinetes de Desembargadores do TJSC			

► CURSO DE INTRODUÇÃO AO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO CARTÓRIO JUDICIAL CÍVEL (CARGA HORÁRIA 40 HORAS-AULA)

Destinatários: Servidores da Justiça do Primeiro Grau lotados nos cartórios judiciais cíveis.				
LOCAL	TURMA	PERÍODO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	
Blumenau	3	30/06 a 13/07/05	27	
	4	21/07 a 03/08/05	27	
	5	31/08 a 15/09/05	25	
Chapecó	7	30/06 a 13/07/05	24	
	8	21/07 a 03/08/05	12	
Canoinhas	3	07 a 20/07/05	16	
	4	04 a 17/08/05	12	
	5	22/09 a 05/10/05	19	
	6	24/11 a 07/12/05	18	
São Miguel do Oeste	3	07 a 20/07/05	17	
	4	28/07 a 10/08/05	18	
	5	18 a 31/08/05	20	
	6	08 a 21/09/05	17	
Brusque	3	14 a 27/07/05	22	
	Lages	3	14 a 27/07/05	20
		4	04 a 18/08/05	20
	5	25/08 a 08/09/05	22	
	6	13, 14 e 19 a 28/09/05	21	
	Rio do Sul	3	04 a 17/08/05	27
		4	28 e 29/09 e 03 a 13/10/05	14
	5	24/11 a 07/12/05	16	
	Balneário Camboriú	3	11 a 24/08/05	18
Fraiburgo	4	11 a 24/08/05	15	
	Tubarão	5	11 a 25/08/05	15
6		08 a 23/09/05	17	
Videira	1	25/08 a 08/09/05	15	
	2	15 a 28/09/05	16	
	3	10, 11, 17 a 26/10/05	21	
Itajaí	3	22/09 a 05/10/05	18	
	4	13 a 26/10/05	20	
Total	30		569	

CURSOS DIRIGIDOS A SERVIDORES

► GERENCIAMENTO DE OBRAS

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	17 e 18/10/2005	21 horas-aula	14
Destinatários:			
Servidores lotados na Diretoria de Engenharia e Arquitetura			

► IMPRESSÃO OFF-SET E ACABAMENTO GRÁFICO

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Gráfica do TJSC	5 a 16/12/2005	40 horas-aula	13
Destinatários:			
Servidores lotados na Diretoria de Engenharia e Arquitetura			

► A SECRETÁRIA X ASSESSORA E A QUALIDADE NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	15 e 16/12/2005	21 horas-aula	15
Destinatários:			
Secretários de Assuntos Específicos e Assessores do TJSC.			

CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES,
COM A PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS DE ÁREAS CORRELATAS
(acadêmicos, advogados, membros do Ministério Público, professores)

► MÓDULO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO FALIMENTAR - LAGES

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Lages	20/05/2005	8 horas-aula	118

PALESTRANTES

Alcides dos Santos Aguiar, *Desembargador do TJSC*
José Trindade dos Santos, *Desembargador do TJSC*
Emanuel Daltoé, *Professor Especialista*
Marcos Andrey de Sousa, *Professor Mestre*

Destinatários:

Magistrados e servidores das comarcas de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Ibirama, Ituporanga, Lages, Otacílio Costa, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, São Joaquim, Taió, Trombudo Central e Urubici e convidados de instituições correlatas.

CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES, COM A PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS DE ÁREAS CORRELATAS (acadêmicos, advogados, membros do Ministério Público, professores)

► MÓDULO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO FALIMENTAR - FLORIANÓPOLIS

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Florianópolis	10/06/2005	8 horas-aula	126

PALESTRANTES

José Trindade dos Santos, *Desembargador do TJSC*
Emanuel Daltoé, *Professor Especialista*
Marcos Andrey de Sousa, *Professor Mestre*
Paulo Marcondes Brincas, *Professor Mestre*

Destinatários:

Magistrados e servidores das comarcas de Balneário Camboriú, Biguaçu, Brusque, Capital, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Palhoça, Piçarras, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José e Tijucas e convidados de instituições correlatas.

► MÓDULO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO FALIMENTAR - CRICIÚMA

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Criciúma	24/06/2005	8 horas-aula	97

PALESTRANTES

José Trindade dos Santos, *Desembargador do TJSC*
Emanuel Daltoé, *Professor Especialista*
Marcos Andrey de Sousa, *Professor Mestre*
Paulo Marcondes Brincas, *Professor Mestre*

Destinatários:

Magistrados e servidores das comarcas de Araranguá, Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Criciúma, Forquilha, Garopaba, Içara, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Tubarão, Turvo e Urussanga e convidados de instituições correlatas.

► MÓDULO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO FALIMENTAR - JOINVILLE

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Joinville	8/07/2005	8 horas-aula	90

PALESTRANTES

José Trindade dos Santos, *Desembargador do TJSC*
Emanuel Daltoé, *Professor Especialista*
Marcos Andrey de Sousa, *Professor Mestre*
Olavo Rigon, *Professor Mestre*

Destinatários:

Magistrados e servidores das comarcas de Balneário Camboriú, Biguaçu, Brusque, Capital, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Palhoça, Piçarras, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José e Tijucas e convidados de instituições correlatas.

CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES, COM A PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS DE ÁREAS CORRELATAS (acadêmicos, advogados, membros do Ministério Público, professores)

► MÓDULO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO FALIMENTAR - CHAPECÓ

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Chapecó	12/08/2005	8 horas-aula	99

PALESTRANTES

José Trindade dos Santos, *Desembargador do TJSC*
Emanuel Daltoé, *Professor Especialista*
Marcos Andrey de Sousa, *Professor Mestre*
Paulo Marcondes Brincas, *Professor Mestre*

Destinatários:

Magistrados e servidores das comarcas de Abelardo Luz, Anchieta, Campo Erê, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Herval D'Oeste, Ipumirim, Itá, Itapiranga, Joaçaba, Maravilha, Modelo, Mondaiá, Palmitos, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel do Oeste, Seara, Xanxerê e Xaxim e convidados de instituições correlatas.

► CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MEDIADORES FAMILIARES

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Academia Judicial	30/06 e 1º/07/2005	21 horas-aula	38

Destinatários:

Mediadores familiares atuantes nas comarcas da Capital, São José, Balneário Camboriú e Ituporanga.

► ENCONTRO ESTADUAL DE JUÍZES, PROMOTORES DE JUSTIÇA E TÉCNICOS DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE SANTA CATARINA

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Blumenau	16 e 17/09/2005	12 horas-aula	209

Destinatários:

magistrados, servidores e promotores de justiça com atuação na Justiça da Infância e da Juventude de Santa Catarina.

► SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE JUSTIÇA CONSTITUCIONAL COMPARADA

Local:	Período	Carga horária	Número de participantes
Florianópolis	20/09/2005	4 horas-aula	123

PALESTRANTES

Prof. Dr. Peter Häberle - *Universidades de Bayreuth e Sant Gallen (Alemanha)*.
Prof. Dr. Jónatas Eduardo Mendes Machado - *Universidades de Coimbra e Lisboa (Portugal)*.
Prof. Dr. Miguel Azpitarte Sánchez - *Universidade de Granada (Espanha)*
Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet - *Pontifícia Universidade Católica/RS*

Destinatários:

Magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina, acadêmicos de Direito

CURSOS DIRIGIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES, COM A PARTICIPAÇÃO DE CONVIDADOS DE ÁREAS CORRELATAS (acadêmicos, advogados, membros do Ministério Público, professores)

CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS ENCONTRO ESTADUAL SOBRE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Local: Concórdia	Período 17 e 18/11/2005	Carga horária 15 horas-aula	Número de participantes 125
----------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

Destinatários:

Magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina e convidados de instituições correlatas.

CURSOS E EVENTOS EXTERNOS, COM A PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

CURSOS E EVENTOS EXTERNOS

CURSO/EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
IV Fórum Mundial de Juízes	23 a 25/01/05	18 horas-aula	1
FEICON – Feira Internacional da Indústria da Construção	09 a 11/03/05	27 horas-aula	2
Curso Avaliação e Feedback 360° por Competências	10/03/05	10 horas-aula	2
FIEPAG – Feira Internacional de Empresas de Papel e Indústria	20 a 24/03/05	35 horas-aula	2
1º Encontro Catarinense do Terceiro Setor	30/03 a 01/04/05	26 horas-aula	1
Seminário Nacional “Aspectos Polêmicos das Licitações e Contratos da Administração Pública”	11 a 13/04/05	32 horas-aula	6
XXIII Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos	11 a 13/04/05	26 horas-aula	1
II Encontro de Conselhos Carcerários de Santa Catarina	15/04/05	8 horas-aula	1
Congresso Mundial de Córnea e Congresso da Sociedade Americana de Cirurgia de Catarata e Refrativa	16 a 19/04/05	26 horas-aula	1
Curso Prático: Como Calcular, Reter e Contabilizar Impostos e Contribuições nos Pagamentos de Serviços Prestados	19/04/05	8 horas-aula	2
V Congresso Brasileiro de Direito do Estado	04 a 06/05/05	36 horas-aula	1
Primeiro Encontro de Tecnologia da Informação	11 a 13/05/05	24 horas-aula	2
2º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas da Região Sul	13/05/05	10 horas-aula	1
CONIP – XI Congresso de Informática Pública	17 a 19/05/05	32 horas-aula	2
II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica	20/05/05	46 horas-aula	2
5º Simpósio Internacional de Prótese sobre Implantes	19 a 21/05/05	29 horas-aula	1
XVII FONAJE – Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil	25 a 27/05/05	24 horas-aula	5
V Simpósio de Síndrome Metabólica	26 a 28/05/05	30 horas-aula	1
10º ENAPA – Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção	29/05/05	26 horas-aula	2
Seminário “Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia”	30/05 a 01/06/05	32 horas-aula	2
XIII Simpósio Estadual de Direito e VI Simpósio Nacional de Direito	02 a 04/06/05	24 horas-aula	7
Curso de Aperfeiçoamento e Treinamento dos Escrivães Judiciais	06 a 07/06/05	16 horas-aula	100
IV Congresso Paranaense de Direito Administrativo	08 a 10/06/05	25 horas-aula	1

CURSOS E EVENTOS EXTERNOS, COM A PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

► CURSOS E EVENTOS EXTERNOS (CONT.)

CURSO/EVENTO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
IV Simpósio Nacional de Direito Civil: a dignidade humana no Direito de Família	11/06/2005	8 horas-aula	1
Direito e Sociedade	20 a 30/06/05	36 horas-aula	2
Curso "Conservação e Preservação de Documentos – Suporte Papel"	22 a 24/06/05	20 horas-aula	1
Curso: NBR 6118 – Principais Alterações e Conseqüências na Construção Civil	11 a 12/07/05	8 horas-aula	1
III Congresso Sul-Brasileiro dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente	12 a 15/07/05	30 horas-aula	21
XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	17 a 22/07/05	50 horas-aula	2
Curso: Licitações e Contratos Administrativos	18 a 20/07/05	28 horas-aula	1
Curso "Gestão de Compras na Administração Pública"	20 a 21/07/05	21 horas-aula	6
O Código de Defesa do Consumidor na Defesa do Empresário	23/07/05	5 horas-aula	1
XXIV Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos	25 a 27/07/05	28 horas-aula	1
Curso: "Exame do Trabalhador com Dor em Membros Superiores"	30/07/05	9 horas-aula	3
31º CONARH – Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas	01 a 04/07/05	43 horas-aula	4
Curso "A Reforma da Previdência no Cotidiano do Setor Público"	10 a 11/08/05	16 horas-aula	9
IV Encontro Internacional de Microscopia Operatória	24 a 27/08/05	34 horas-aula	1
Curso: Atualidades de Direito Tributário	25/08/05	10 horas-aula	1
III Congresso Catarinense de Direito de Família	26 a 27/08/05	22 horas-aula	17
Curso: Questões Polêmicas do Processo Administrativo e Judicial Tributário	28/08/05	10 horas-aula	1
XXIV Painel Biblioteconomia em Santa Catarina	31/08 a 02/09/05	30 horas-aula	3
III Encontro Nacional dos Magistrados Espíritos	07 a 10/09/05	24 horas-aula	2
Congresso Técnico – INFOIMAGEM – 2005	13 a 15/09/05	29 horas-aula	3
2º Encontro de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de Santa Catarina	16 a 17/09/05	8 horas-aula	2
16º CONCARH - Congresso Catarinense de Recursos Humanos	21 a 23/09/05	20 horas-aula	11
II Seminário de Psicologia Jurídica	22 a 23/09/05	20 horas-aula	3
VI Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil	10 a 14/10/05	46 horas-aula	2
XXV Encontro do Núcleo de Estudos Museológicos	07 a 09/11/05	27 horas-aula	2
V Congresso Brasileiro de Direito de Família	26 a 29/10/05	22 horas-aula	1
12º Seminário de Recursos Humanos	7 e 8/11/05	16 horas-aula	15
I Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública	09 a 11/11/05	14 horas-aula	1
Curso: Orçamento Estimado em Licitações de Bens, Obras e Serviços	10 a 11/11/05	16 horas-aula	2
1º Encontro de Conselhos da Comunidade da Região Sul do Brasil	18/11/05	8 horas-aula	1
XVIII Fórum Nacional dos Juizados Especiais	23 a 25/11/05	26 horas-aula	7
Seminário Nacional de Direito Administrativo	30/11 a 02/12/05	32 horas-aula	3
Curso de Auditoria Governamental – Fiscalização, Análise e Controle Interno	05 a 09/12/05	30 horas-aula	4
Redação de Contratos e Aditivos com foco em prestação de serviços	13/02/05	10 horas-aula	1
TOTAL		1.326 horas-aula	282



DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA

ALBERTO PIZZOLATTI REMOR

Diretor-Geral



APRESENTAÇÃO

Apresento, abaixo, as atividades desenvolvidas pela Direção Geral Judiciária para inclusão no Relatório Anual do Tribunal de Justiça.

PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO

O Protocolo Judicial Expresso - PJEx foi instituído pela Resolução Conjunta n. 2/2005, da Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça, publicada no dia 23 de setembro de 2005. Nesses 2 meses de existência o PJEx já recebeu 5.485 petições, sendo 4.478 destinadas ao Fórum e 1.007 ao Tribunal de Justiça. Quanto aos processos devolvidos pelos advogados, no mesmo período, foram 2.643, dos quais 1.936 destinados ao Fórum e 707 ao Tribunal de Justiça.

ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES

Desde o ano de 2002 a Direção Geral Judiciária vem desenvolvendo um trabalho de atendimento às Universidades do Estado de Santa Catarina, no qual é realizada palestra aos acadêmicos de Direito sobre a estrutura administrativa, judicial e disciplinar do Tribunal de Justiça, cujos números estão abaixo expressos.

▶ ANO 2002

UNIVERSIDADES ATENDIDAS: **13**

NÚMERO DE ALUNOS: **1.014**

▶ ANO 2003

UNIVERSIDADES ATENDIDAS: **17**

NÚMERO DE ALUNOS: **1.427**

▶ ANO 2004

UNIVERSIDADES ATENDIDAS: **23**

NÚMERO DE ALUNOS: **1.955**

▶ ANO 2005

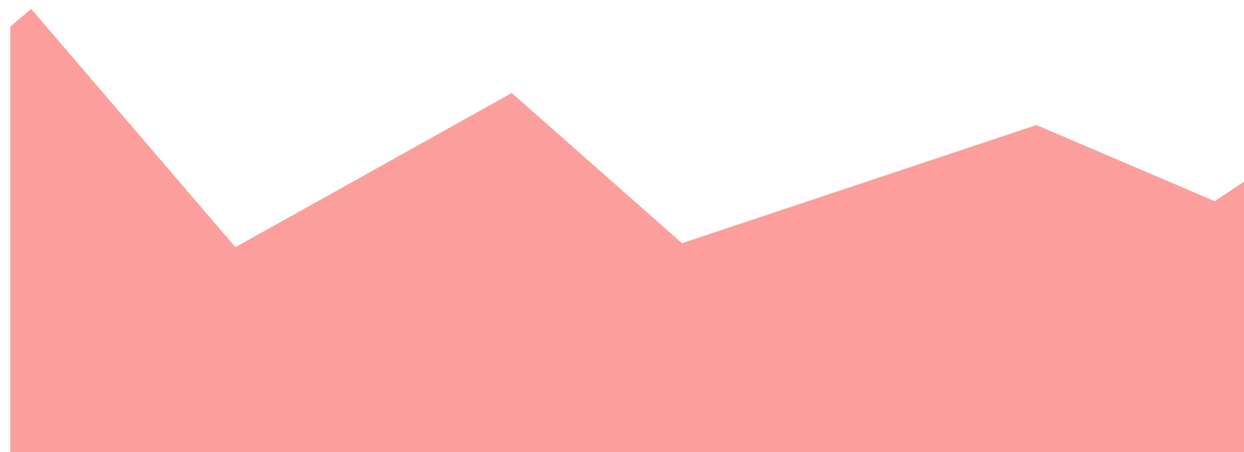
UNIVERSIDADES ATENDIDAS: **24**

NÚMERO DE ALUNOS: **1.970**

DIRETORIA JUDICIÁRIA

SUZETE OPILHAR

Diretora



DIRETORIA JUDICIÁRIA

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2005, desenvolveu as atividades que serão apresentadas a seguir. Foram realizadas **608** sessões ordinárias, **9** extraordinárias e **7** solenes, assim distribuídas:

SESSÕES

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	21	2	7
SECÇÃO CIVIL	7	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO CIVIL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO	11	1	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL	44	1	0
SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL	43	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL	43	1	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	42	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL	43	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	42	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	46	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO	44	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	43	0	0
CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS	10	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	44	1	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	43	1	0
CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL	4	2	0
CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL	4	0	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	43	0	0
CONSELHO DA MAGISTRATURA	11	0	0
TOTAL	608	9	7

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **48.318**, julgados **37.314** e assinados **28.622** processos, assim distribuídos:

PROCESSOS CÍVEIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	20	0	39	26	39
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	34	0	19	23	19
Ação Direta de Inconstitucionalidade	83	0	85	6	65
Ação Popular	2	0	0	2	0
Ação Rescisória	79	0	70	15	69
Agravo (§ 3º, Art.4º da lei 8437/92 do CPC)	0	4	3	4	2
Agravo de Decisão de Deserção	3	0	1	0	2
Agravo de Instrumento	15.628	0	5.827	2.814	5.792
Agravo do Art. 39 da Lei 8038/90	0	8	6	1	5
Agravo do Art. 4º, Lei 4348/64, Ped. Susp. Liminar	0	1	0	0	0
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	3	3	0	1
Agravo do Art. 532 do CPC	0	5	4	0	5
Agravo do Art. 545 do CPC em AI	0	2	1	1	1
Agravo do Art. 557 §1º do CPC	0	973	874	87	840
Agravo Regimental em Ação Civil Pública	0	1	0	0	0
Agravo Regimental Ação de Improb. Admin.(Lei 8.429/92)	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	4	2	2	2
Agravo Regimental em Ag. Instrumento	0	180	166	10	159
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	6	3	0	4
Agravo Regimental em Ap. Cível	0	79	63	9	62
Agravo Regimental em Autos Suplem. Exceção Suspeição	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Emb. Decl. em Ap. Cível	0	3	4	1	3
Agravo Regimental em Exceção de Suspeição	0	8	8	0	8
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em MS	0	79	52	8	49
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	3	2	0	2
Agravo Regimental em Rec. Especial em Emb. Infringentes	0	0	0	0	1
Agravo Retido em ADIN	0	0	0	0	1
Apelação Cível	23.097	0	16.063	3.381	15.848
Apelação Cível em (MS)	2.512	0	1.267	1.060	1.257
Arguição de Inconstitucionalidade	10	1	11	0	17
Arguição de Inelegibilidade	0	1	1	0	0
Conflito de Competência	182	0	170	32	163
Declaratória	2	0	0	2	0
Emb. à Exec. Pedido Exec. do Acórdão	0	3	3	1	3
Emb. Declaração em Ação Civil Pública	0	6	5	1	5
Emb. Declaração em Ação Direta de Inconst.	0	6	7	0	7
Emb. Declaração em Ação Improbidade Admin.	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	15	14	0	14
Emb. Declaração em Ag Art. 532 do CP	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Ag. Regimental em MS	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	752	527	148	529

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Agravo Reg. Apelação Cível	0	2	0	0	0
Emb. Declaração em Ap. Cível	0	2.202	1.982	170	1.926
Emb. Declaração em Ap. Cível (MS)	0	120	93	6	90
Emb. Declaração em Arguição de Inconstitucionalidade	0	1	1	0	2
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	32	33	0	30
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	11	7	0	8
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	2	0	1	0
Emb. Declaração em MS	0	137	135	10	124
Emb. Declaração em Ped. Exec. Acórdão	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso de Decisão	0	2	2	0	2
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	0	1	1	0	1
Embargos Infringentes	135	0	168	9	137
Exceção da Verdade	1	0	1	0	1
Exceção de Impedimento	2	0	1	1	1
Exceção de Litispendência e Ilegitimidade	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	110	0	64	29	64
Exceção Incompt. Medida Caut. Incid. Ap. Cível	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	192	0	163	25	161
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	7	9	1	12
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	1.361	0	993	244	963
Medida Cautelar	2	4	1	1	1
Medida Cautelar Incidental	0	83	64	24	68
Medida Cautelar Inominada	3	0	4	2	4
Medida Cautelar no Recurso Especial	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Recurso Especial em AI	0	1	1	0	1
Nulidade de Penhora em Apelação	0	0	1	0	1
Pedido de Exec. Honorários Adv. Ação Rescisória	0	0	0	1	0
Pedido de Execução Acórdão em Ação Resc.	1	1	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão	22	20	3	48	4
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	1	0	0	0
Pedido de Execução Honorários Adv. Adv. Adv.	1	1	1	3	1
Pedido de Explicações	0	0	1	0	1
Pedido de Intervenção Federal no Estado	1	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Município	11	0	10	0	4
Pedido de Providências	0	0	1	0	0
Pedido de Seqüestro	0	0	0	1	0
Pedido de Seqüestro em Pedido de Intervenção	0	2	3	0	1
Pedido de Suspensão de Liminar	0	0	0	0	1
Petição em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Petição em Apelação Cível	6	1	0	7	0
Precatório	2	0	0	2	0
Procedimento Diverso	1	0	0	0	0
Processo Administrativo	2	0	1	1	3
Processo de Vitaliciedade	0	0	0	0	1
Reclamação	9	0	6	7	6
Recurso Criminal em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Recurso de Concurso	0	0	1	0	1
Recurso de Decisão	8	0	12	0	11
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
Representação	5	0	6	2	5
TOTAL	43.528	4.790	29.081	8.233	28.622

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **6.602**, julgados **6.363** e assinados **6.091**, assim distribuídos:

PROCESSOS CRIMINAIS

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	21	0	39	9	40
Agravo do Art.557, § 1º do CPC	0	4	4	0	4
Agravo Regimental (HC)	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em MS	1	7	6	0	6
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Apelação Criminal	3.205	0	3.000	36	3.004
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	127	0	140	8	139
Carta Testemunhável	2	0	2	0	2
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Conflito de Jurisdição	26	0	23	0	24
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	113	101	4	99
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	17	12	3	11
Emb. Declaração em Inquérito	0	3	5	0	4
Emb. Declaração em Inquérito Judicial	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Processo Crime	0	9	9	0	8
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	4	4	0	3
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Representação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	3	4	1	4
Embargos Infringentes	20	0	16	1	20
Exceção de Impedimento	1	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	5	0	4	1	4
Habeas Corpus	1.864	0	1.649	17	1.614
Habeas Data	64	0	64	0	58
Inquérito	84	0	88	42	92
Inquérito Judicial	1	0	4	0	4
Interpelação	0	0	1	0	1
Interpelação Judicial	2	0	0	1	0
Mandado de Injunção	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	97	0	73	25	70
Medida Cautelar de Seqüestro	0	0	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
Notícia Criminal	5	0	4	5	4
Notificação Judicial	1	0	1	1	0
Pedido de Afastamento em Inquérito	0	2	2	0	2
Pedido de Correição	1	0	2	0	2
Pedido de Desaforamento	8	0	8	1	8
Pedido de Providências	1	0	0	0	0
Processo Crime	80	0	105	37	104
Queixa Crime	9	0	4	1	5
Reclamação	31	0	17	4	15
Recurso Criminal	384	0	369	9	370
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	3	1	1	1
Recurso Criminal em Processo Crime	0	1	1	0	1
Recurso de Agravo	121	0	90	13	90
Recurso de Habeas Corpus	2	0	2	0	3
Recurso em Mandado de Segurança	7	0	7	0	7
Reintegração em Cargo em Processo Crime	0	1	1	0	1
Representação	3	0	4	3	3
Revisão Criminal	209	0	217	5	219
Revogação da Prisão Preventiva	1	0	1	0	1
Susp. Condicional do Proc. em Proc. Crime	0	0	1	0	1
Termo Circunstanciado	41	0	31	8	32
TOTAL	6.426	176	6.127	236	6.091

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS JULGADOS NO CÍVEL

COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	11.676
Criciúma	4.438
Blumenau	3.512
Itajaí	2.479
Lages	2.318
Joinville	1.984
São José	1.870
Tubarão	1.858
Chapecó	1.639
Araranguá	1.322
Balneário Camboriú	1.177
Concórdia	1.003
Brusque	703
São Miguel do Oeste	547
Joaçaba	512
Xanxerê	510
Jaraguá do Sul	491
Mafra	466
Capital / Estreito	461
Rio do Sul	461

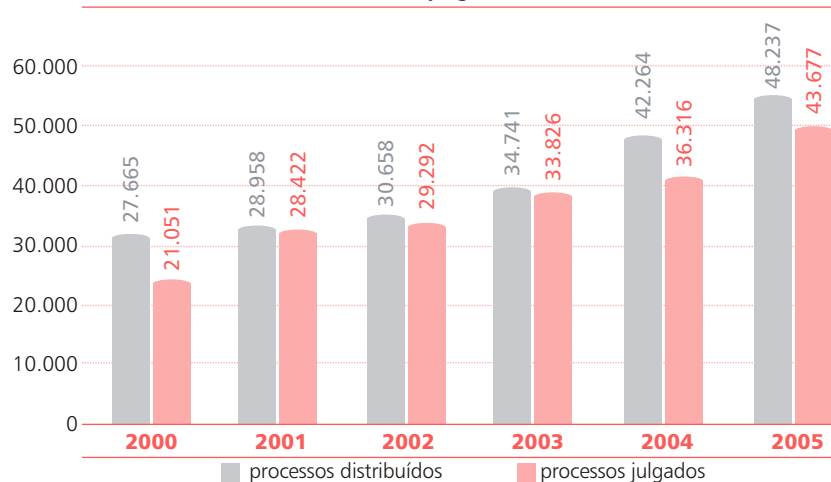
PROCESSOS JULGADOS NO CRIME

COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

COMARCA	Nº PROCESSOS
Capital	636
Joinville	494
Itajaí	446
Balneário Camboriú	394
Blumenau	352
Criciúma	345
Chapecó	307
São José	278
Lages	233
São Miguel do Oeste	211
Xanxerê	174
Tubarão	166
Capital / Estreito	161
Jaraguá do Sul	152
Brusque	144
Palhoça	130
Curitibanos	117
Araranguá	105
Caçador	101
Timbó	89

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

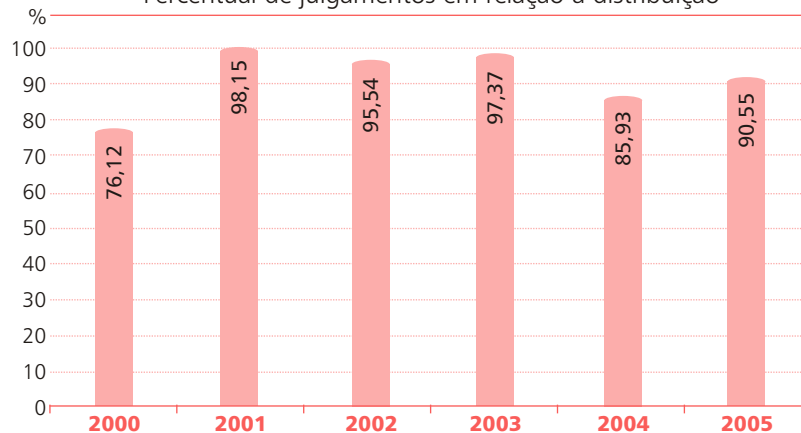
Processos distribuídos e julgados nos últimos seis anos



DIRETORIA JUDICIÁRIA

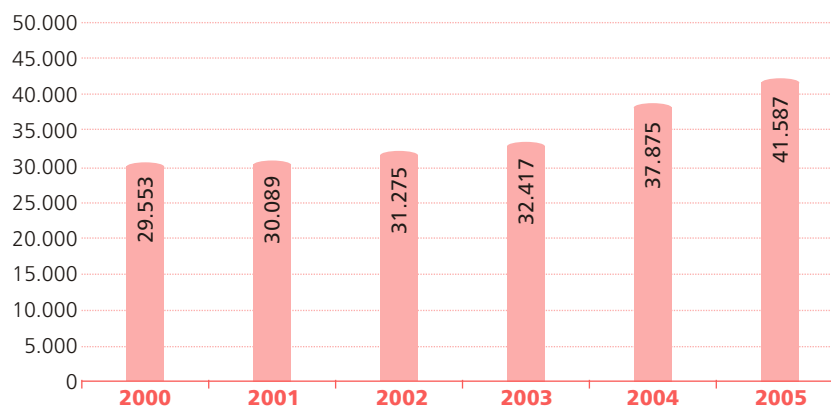
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Percentual de julgamentos em relação à distribuição



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Processos pendentes de julgamento



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	18	18	4	16	4	18	20
ALCIDES AGUIAR	19	4	0	8	2	9	13
AMARAL E SILVA	6	7	0	8	0	8	5
ALBERTO COSTA	1	0	0	1	0	2	0
ANSELMO CERELLO	5	3	8	6	3	7	7
JORGE MUSSI	51	14	3	14	3	5	51
CARLOS PRUDÊNCIO	36	7	1	4	1	1	39
GASPAR RUBIK	16	8	0	10	1	12	13
PEDRO MANOEL ABREU	6	17	2	8	4	4	13
ORLI RODRIGUES	8	1	0	5	2	5	2
TRINDADE DOS SANTOS	16	8	1	1	3	0	21
SOUZA VARELLA	15	8	0	10	0	9	13
SILVEIRA LENZI	2	0	0	0	2	1	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	7	1	0	4	0	4	4
NEWTON TRISOTTO	16	7	5	16	2	22	10
SÉRGIO PALADINO	4	8	1	3	1	3	9
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	4	3	1	5	3	5	0
SOLON D'EÇA NEVES	17	8	2	8	4	3	15
MAZONI FERREIRA	19	9	0	14	4	11	10
VOLNEI CARLIN	16	6	0	9	2	8	11
IRINEU JOÃO DA SILVA	14	6	2	11	1	11	10
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	4	9	3	9	2	10	5
VANDERLEI ROMER	13	7	0	9	0	8	11
WILSON A. DO NASCIMENTO	10	7	3	9	3	6	8
NELSON SCHAEFER MARTINS	6	8	0	3	6	3	5
JOSÉ VOLPATO	5	1	1	6	1	7	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	7	6	1	9	1	7	4
MONTEIRO ROCHA	14	10	0	5	4	5	15
FERNANDO CARIONI	6	9	2	5	5	5	7
TORRES MARQUES	5	5	0	4	5	7	1
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	23	6	0	7	1	5	21
RUI FRANCISCO FORTES	9	8	2	7	2	6	10
GASTALDI BUZZI	17	3	0	12	0	12	8
MARCUS TÚLIO SARTORATO	19	10	1	12	1	6	17
CÉSAR ABREU	4	11	2	3	3	5	11
SALETE SILVA SOMMARIVA	27	8	2	17	4	18	16
RICARDO FONTES	20	4	2	19	4	18	3
NICANOR DA SILVEIRA	20	12	3	19	2	17	14
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	3	8	0	3	2	2	6
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	1	17	1	4	9	4	6
EDSON UBALDO	1	13	0	1	1	1	12
CID GOULART	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	510	306	53	324	98	300	447

PROCESSOS TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	0	0	0	1	0
Ação Direta de Inconstitucionalidade	83	0	85	6	65
Ação Rescisória	1	0	0	0	0
Ação de Improbidade Administrativa	2	0	1	1	1
Ação Popular	0	0	0	0	0
Agravo (§3º, art. 4º Lei 8437/92) Ped. Susp. Liminar	0	2	2	3	1
Agravo de Decisão de Deserção	3	0	1	0	2
Agravo de Instrumento	13	0	1	11	1
Agravo do Art. 4º, Lei 4348/64, Ped. Susp. Liminar	0	1	0	0	0
Agravo do Art. 557, parág. 1º do CPC	0	5	2	0	2
Agravo Regimental Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em MS	0	12	11	1	10
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	3	2	0	2
Agr. Reg. em Recurso Especial em Embargos Infr.	0	0	0	0	1
Agravo Retido em ADIN	0	0	0	0	1
Apelação Cível (MS)	2	0	1	1	1
Arguição de Inconstitucionalidade	9	0	11	0	17
Arguição de Inelegibilidade	0	1	1	0	0
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Emb. à Exec. Pedido Exec. do Acórdão	0	0	1	0	1
Emb. de Decl. em Ação Direta de Inconst.	0	3	4	0	4
Emb. de Decl. em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Emb. de Decl. em Inquérito Judicial	0	1	1	0	1
Emb. de Decl. em Recurso de Decisão	0	2	2	0	2
Emb. de Decl. em Representação	0	1	1	0	1
Emb. Declaração na Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Emb. Declaração na ADIN	0	3	3	0	3
Emb. Declaração no MS	0	12	9	3	10
Emb. Decl. Arguição de Inconstitucionalidade	0	1	1	0	2
Exceção da Verdade	1	0	1	0	1
Exceção de Litispendência e Ilegitimidade	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	1	0	1
Habeas Corpus	2	0	0	1	0
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	0	0
Inquérito	2	0	3	0	5
Inquérito Judicial	1	0	4	0	4
Interpelação Judicial	2	0	0	1	0
Mandado de Injunção	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	144	0	128	56	122
Medida Cautelar Recurso Especial em AI	0	1	1	0	1
Notícia Criminal	0	0	0	1	0
Notificação Judicial	1	0	1	1	0
Pedido de Execução do Acórdão	1	0	1	1	1
Pedido de Execução Honorários Advc	0	1	0	1	0
Pedido de Explicações	0	0	1	0	1
Pedido de Intervenção Federal no Estado	1	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Município	11	0	10	0	4
Pedido de Providências	0	0	1	0	0
Pedido de Seqüestro	0	0	0	1	0
Pedido de Seqüestro em Pedido de Intervenção	0	2	3	0	1
Pedido de Suspensão de Liminar	0	0	0	0	1
Precatório	2	0	0	2	0
Procedimento Diverso	1	0	0	0	0
Processo Administrativo	2	0	1	1	3
Processo Crime	3	0	1	0	1
Processo de Vitaliciedade	0	0	0	0	1
Queixa Crime	0	0	1	0	2
Reclamação	3	0	2	3	1
Recurso de Concurso	0	0	1	0	1
Recurso de Decisão	8	0	12	0	11
Representação	5	0	6	2	5
Termo Circunstanciado	0	0	1	0	1
TOTAL	306	53	324	98	300

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	1	2	0	1	0	1	2
ALCIDES AGUIAR	0	1	0	0	0	0	1
ANSELMO CERELLO	1	0	0	0	0	0	1
CARLOS PRUDÊNCIO	4	2	0	0	0	0	6
PEDRO MANOEL ABREU	1	0	0	0	1	0	0
ORLI RODRIGUES	2	0	0	0	0	0	2
TRINDADE DOS SANTOS	0	1	0	0	0	0	1
MAZONI FERREIRA	1	0	0	0	0	0	1
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	1	2	0	1	0	2	2
VOLNEI CARLIN	0	3	0	1	2	0	0
WILSON A DO NASCIMENTO	1	1	0	1	0	1	1
NELSON SCHAEFER MARTINS	1	1	0	2	0	2	0
FERNANDO CARIONI	1	2	0	3	0	2	0
MONTEIRO ROCHA	1	1	0	1	0	0	1
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	0	2	0	1	0	1	1
RUI FRANCISCO FORTES	1	1	0	1	0	0	1
GASTALDI BUZZI	1	2	0	0	0	0	3
MARCUS TÚLIO SARTORATO	0	1	0	1	0	1	0
CÉSAR ABREU	0	0	2	1	0	1	1
SALETE SOMMARIVA	2	1	0	2	1	1	0
RICARDO FONTES	0	1	0	1	0	1	0
NICANOR DA SILVEIRA	2	1	0	0	0	0	3
SALIM SCHAEF DOS SANTOS	0	1	0	1	0	1	0
MARIA DO ROCIO	0	1	0	0	0	0	1
EDSON UBALDO	0	1	0	0	0	0	1
CID GOULART	0	1	0	0	0	0	1
JAIME RAMOS	2	0	0	2	0	2	0
TOTAL	23	29	2	20	4	16	30

PROCESSOS - SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	1	0	0	0	0
Apelação Cível	1	0	2	0	2
Conflito de Competência	26	0	17	2	13
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Embargos Infringentes	1	0	0	1	0
Ped. Exec. Honor. Advoc.	0	0	0	1	0
TOTAL	29	2	20	4	16

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ANSELMO CERELLO	0	0	0	0	0	1	0
CARLOS PRUDÊNCIO	33	9	0	0	3	2	39
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	5	0
ORLI RODRIGUES	10	2	2	4	0	4	10
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	1	0
MAZONI FERREIRA	16	7	0	8	1	7	14
WILSON A. DO NASCIMENTO	8	6	3	13	1	13	3
JOSÉ VOLPATO	1	0	0	0	1	1	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	0	4	2	4	0	4	2
MONTEIRO ROCHA	11	8	1	5	0	5	15
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	12	7	5	9	0	12	15
MARCUS TÚLIO SATORATO	23	8	1	14	2	5	16
SALETE SILVA SOMMARIVA	1	0	0	1	0	2	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	8	8	3	13	3	12	3
DIONÍZIO JENCZAK	0	0	0	0	0	1	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	12	3	0	8	0	6	7
TOTAL	135	62	17	79	11	81	124

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	20	0	13	3	11
Agravo do Art. 532 do CPC	0	0	2	0	2
Agravo do Art. 557, §1 do CPC	0	1	0	1	0
Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Emb. Declaração em Ag Art. 532 do CP	0	1	0	0	0
Emb. Declaração (MS)	0	0	0	0	1
Emb. Declaração Emb. Infringentes	0	11	8	0	8
Embargos de Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Embargos Infringentes	40	0	50	5	49
Impugnação Valor da Causa em Ação Rescisória	0	2	4	0	4
Mandado de Segurança	0	0	0	0	5
Medida Cautelar Incidental	0	0	1	0	0
Pedido Execução Acórdão em Ação Resc.	1	0	0	0	0
Pedido de Exec. Honorários Adv. Ação Rescisória	0	0	0	1	0
TOTAL	62	17	79	11	81

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ALCIDES AGUIAR	7	3	1	8	1	5	2
TRINDADE DOS SANTOS	10	2	3	0	1	1	14
NELSON SCHAEFER MARTINS	3	1	2	6	0	6	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	2	0	0	2	0	3	0
FERNANDO CARIONI	8	1	1	5	0	5	5
GASTALDI BUZZI	7	3	2	8	0	8	4
SALETE SILVA SOMMARIVA	7	1	1	7	1	6	1
RICARDO FONTES	10	1	2	13	0	12	0
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	9	2	1	9	0	4	3
EDSON UBALDO	0	2	0	0	0	0	2
TOTAL	63	16	13	58	3	50	31

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	3	0	0	1	0
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	1	1	0	0
Agravo do Art. 532 do CPC em Ap. Cível	0	3	0	0	0
Agravo Regimental na Ação Rescisória	0	1	1	1	1
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	2	0	2
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	6	8	0	8
Embargos Infringentes	13	0	43	1	36
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Medida Cautelar Incidental	0	0	2	0	2
TOTAL	16	13	58	3	50

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	82	143	16	148	29	136	64
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	2	0
PEDRO MANOEL ABREU	51	42	6	87	12	77	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	0	2	2	2	2	4	0
NEWTON TRISOTTO	44	137	42	157	31	153	35
VOLNEI CARLIN	80	139	26	152	12	150	81
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	23	136	27	128	17	116	41
VANDERLEI ROMER	68	130	28	132	18	119	76
RUI FRANCISCO FORTES	79	147	14	80	27	55	133
CÉSAR ABREU	61	145	11	64	21	70	132
NICANOR DA SILVEIRA	88	135	34	143	22	145	92
CID GOULART	67	97	7	0	0	0	171
SÔNIA MARIA SCHMITZ	23	12	1	33	3	26	0
NEWTON JANKE	0	7	14	7	14	7	0
JAIME RAMOS	2	16	2	10	10	10	0
TOTAL	668	1.288	230	1.143	218	1.070	825

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLICADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	17	0	10	2	9
Agravo de Instrumento	1	0	1	0	1
Agravo do Art. 532 do CPC	0	2	2	0	3
Agravo do Art. 557 §1º do CPC	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Agravo Regimental (MS)	0	65	39	7	37
Apelação Cível	2	0	5	0	4
Apelação Cível (MS)	2	0	0	0	0
Declaratória	1	0	0	1	0
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em MS	0	116	121	4	109
Emb. Declaração Emb. Infringentes	0	15	17	0	14
Emb. Declaração Ped. Exec. Acórdão	0	1	1	0	1
Emb. Exec. Ped. Exec. Acórdão	0	3	2	1	2
Embargos Infringentes	81	0	75	2	52
Impugnação Valor Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	1.163	0	864	154	831
Medida Cautelar Incidental	0	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão	21	20	2	47	3
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	1	0	0	0
TOTAL	1.288	230	1.143	218	1.070

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	0	0	0	0	0	1	0
CARLOS PRUDÊNCIO	1.939	1.034	34	384	197	221	2.426
ORLI RODRIGUES	214	20	18	171	81	202	0
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON TRISOTTO	0	0	0	0	0	2	0
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0	2	0
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	1.606	1.022	49	654	137	701	1.886
SALETE SILVA SOMMARIVA	37	2	0	31	8	43	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	1.412	1.123	97	770	130	769	1.732
JORGE SCHAEFER MARTINS	34	3	1	37	1	38	0
DIONÍZIO JENCZAK	126	29	4	149	10	146	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	37	4	0	36	5	36	0
JAIME LUIZ VICARI	27	9	21	54	2	53	1
JOEL FIGUEIRA JUNIOR	4	24	0	25	3	13	0
TOTAL	5.436	3.270	224	2.311	574	2.228	6.045

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	9	0	6	3	5
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	17	36	14	26
Agravo de Instrumento	940	0	757	331	710
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental Emb. Decl. em Ap. Cível	0	1	2	0	2
Ag. Reg. Autos Suplementares Exc. Suspeição	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em MS	0	2	2	0	2
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	4	1	0	1
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	0	3	0	3
Apelação Cível	2.235	0	1.240	157	1.211
Apelação Cível em (MS)	2	0	0	0	0
Conflito de Competência	18	0	24	7	23
Emb. Declaração Ag. Regimental em MS	0	1	1	0	1
Emb. Declaração no MS	0	2	1	1	1
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	46	40	10	40
Emb. Declaração Ap. Cível	0	139	153	13	156
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	4	0	4	1	4
Habeas Corpus	46	0	36	15	36
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	0	1	1	1
Mandado de Segurança	14	0	2	12	3
Medida Cautelar Incidental	0	7	0	4	1
Pedido de Exec. de Honorários Advocatícios	0	0	0	1	0
Reclamação	2	0	0	3	0
Recurso Criminal em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
TOTAL	3.270	224	2.311	574	2.228

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	20	0
MAZONI FERREIRA	1.521	1.015	94	690	179	631	1.761
MONTEIRO ROCHA	1.786	1.024	79	561	84	558	2.244
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1.563	1.020	65	781	2	870	1.865
JORGE SCHAEFER MARTINS	393	40	44	444	30	445	3
TOTAL	5.263	3.099	282	2.476	295	2.524	5.873

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	6	0	5	2	6
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	31	19	0	17
Agravo de Instrumento	837	0	581	81	611
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em MS	0	0	1	0	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	39	26	0	26
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	2	0	0	0
Apelação Cível	2.166	0	1.598	192	1.627
Apelação Cível em (MS)	0	0	2	0	2
Conflito de Competência	19	0	31	0	31
Emb. Declaração no MS	0	1	0	1	0
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	41	19	4	22
Emb. Declaração Ap. Cível	0	151	128	6	112
Emb. Declaração Exeção de Suspeição	0	2	0	0	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	7	0	5	0	5
Habeas Corpus	50	0	46	1	46
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Mandado de Segurança	12	0	7	5	8
Medida Cautelar	0	4	1	1	1
Medida Cautelar Incidental	0	7	3	2	4
Reclamação	2	0	1	0	1
TOTAL	3.099	282	2.476	295	2.524

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
WILSON A. DO NASCIMENTO	623	982	112	1.022	25	1.020	670
JOSÉ VOLPATO	151	23	9	181	2	186	0
MARCUS TÚLIO SATORATO	1.153	1.019	74	804	67	799	1.375
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	74	4	81	0	81	0
NEWTON JANKE	9	9	0	14	4	16	0
DIONÍZIO JENCZAK	212	70	52	320	11	290	3
SÉRGIO IZIDORO HEIL	119	939	126	931	17	928	236
TOTAL	2.270	3.116	377	3.353	126	3.320	2.284

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	9	0	12	1	14
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	6	5	1	5
Agravo de Instrumento	836	0	787	50	780
Agravo do Art. 527, II em Ag. Instrumento	0	1	1	0	0
Agravo Regimental em MS	0	1	1	0	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	6	8	0	8
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	1	1	1	1
Agravo Regimental em Exceção de Suspeição	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Apelação Cível	2.174	0	2.092	51	2.060
Apelação Cível em (MS)	2	0	1	0	1
Conflito de Competência	20	0	28	0	29
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	65	54	1	55
Emb. Declaração Ap. Cível	0	284	291	3	290
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	4	3	0	3
Exceção de Suspeição	9	0	7	2	7
Habeas Corpus	46	0	45	1	43
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	1	1	0	4
Mandado de Segurança	16	0	8	9	8
Medida Cautelar Incidental	0	4	5	1	8
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Resc.	1	0	0	1	0
Petição em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Reclamação	3	0	1	3	1
TOTAL	3.116	377	3.353	126	3.320

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
SALETE SILVA SOMMARIVA	1.578	1.157	121	953	173	952	1.730
RICARDO FONTES	1.547	1.251	176	1.155	156	1.155	1.663
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	1.836	1.151	133	1.183	44	1.212	1.893
SÉRGIO IZIDORO HEIL	17	0	5	22	0	22	0
TÚLIO PINHEIRO	211	41	38	279	11	279	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	13	64	0	70	7	70	0
JÂNIO MACHADO	18	2	0	20	0	20	0
TOTAL	5.220	3.666	473	3.682	391	3.710	5.286

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	1	0	6	2	6
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	15	13	2	13
Agravo de Instrumento	831	0	869	99	881
Agravo Regimental em Exceção de Suspeição	0	6	6	0	6
Agravo Regimental na Ação Rescisória	0	1	1	1	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	2	3	0	3
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	4	2	1	2
Apelação Cível	2.797	0	2.347	252	2.364
Conflito de Competência	11	0	8	1	8
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	105	83	6	83
Emb. Declaração Ap. Cível	0	317	305	14	303
Emb. Declaração Exceção Suspeição	0	4	4	0	4
Exceção Incompt. Medida Caut. Incid. Ap. Cível	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	12	0	5	3	5
Habeas Corpus	10	0	8	3	8
Mandado de Segurança	4	0	0	3	0
Medida Cautelar Incidental	0	19	20	3	21
Medida Cautelar Inominada	0	0	1	0	1
Reclamação	0	0	0	1	0
TOTAL	3.666	473	3.682	391	3.710

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
TRINDADE DOS SANTOS	1.279	1.206	161	1.165	116	1.127	1.365
NELSON SCHAEFER MARTINS	1.598	1.219	163	1.003	152	986	1.825
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	446	114	33	538	55	538	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	0	0	0	0	0	4	0
EDSON UBALDO	438	1.013	27	208	1	117	1.269
TÚLIO PINHEIRO	0	1	0	0	1	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	182	78	24	264	15	255	5
JAIME LUIZ VICARI	0	27	28	43	11	41	1
TOTAL	3.943	3.658	436	3.221	351	3.068	4.465

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	43	53	8	55
Agravo de Instrumento	859	0	669	84	657
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incid.	0	0	0	1	0
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	2	1	0	1
Apelação Cível	2.766	0	2.101	226	1.970
Apelação Cível em (MS)	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	11	0	4	4	4
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	98	91	4	91
Emb. Declaração Ap. Cível	0	276	279	13	267
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	7	0	3	0	3
Habeas Corpus	9	0	3	4	3
Mandado de Segurança	5	0	2	2	2
Medida Cautelar Incidental	0	14	12	5	12
Medida Cautelar no Recurso Especial	0	1	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Resc.	0	1	0	0	0
TOTAL	3.658	436	3.221	351	3.068

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ALCIDES AGUIAR	1.604	1.223	67	531	2	507	2.361
FERNANDO CARIONI	1.902	1.227	199	1.279	4	1.275	2.045
GASTALDI BUZZI	1.524	1.203	177	1.172	14	1.168	1.718
DIONÍZIO JENCZAK	16	17	19	45	6	45	1
PAULO ROBERTO C. COSTA	19	2	3	24	0	24	0
TOTAL	5.065	3.672	465	3.051	26	3.019	6.125

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
Ação Rescisória	1	0	7	0	7	
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	5	4	0	4	
Agravo de Instrumento	867	0	694	2	684	
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	1	1	0	1	
Apelação Cível	2.762	0	1.919	20	1.908	
Apelação Cível em (MS)	2	0	3	0	3	
Conflito de Competência	13	0	13	0	12	
Declaratória	1	0	0	1	0	
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	86	72	0	71	
Emb. Declaração Ap. Cível	0	350	294	1	286	
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	2	2	0	2	
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	4	3	0	3	
Emb. Declaração no MS	0	2	1	0	1	
Emb. Declaração Exceção de Suspeição	0	4	2	0	2	
Exceção de Suspeição	9	0	10	0	10	
Habeas Corpus	11	0	10	0	10	
Impug. Valor Causa na Ação Rescisória	0	0	1	0	1	
Mandado de Segurança	6	0	6	1	5	
Medida Cautelar Incidental	0	11	7	1	7	
Medida Cautelar Inominada	0	0	1	0	1	
Nulidade de Penhora em Apelação	0	0	1	0	1	
TOTAL		3.672	465	3.051	26	3.019

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
JOÃO MARTINS	0	0	0	0	0	1	0
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	29	0
VOLNEI CARLIN	417	1.404	321	782	951	747	409
VANDERLEI ROMER	245	1.353	169	708	591	684	468
CÉSAR ABREU	0	0	0	0	0	1	0
NICANOR DA SILVEIRA	818	1.341	211	828	841	860	701
JAIME RAMOS	20	23	18	34	23	35	4
NEWTON JANKE	188	182	43	301	107	288	5
JÂNIO MACHADO	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL	1.688	4.303	762	2.653	2.513	2.646	1.587

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	5	0	2	1	2
Ação Civil Pública	7	0	4	5	4
Ação Popular	1	0	0	1	0
Ação de Improbidade Administrativa	8	0	4	4	4
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	353	292	29	291
Agravo de Instrumento	623	0	394	214	398
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	6	2	0	3
Agravo Reg. em Emb. Decl. em Apelação Cível	0	2	2	1	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em MS	0	1	1	0	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	24	23	9	22
Apelação Cível	2.744	0	1.263	1.593	1.258
Apelação Cível em (MS)	844	0	366	527	366
Conflito de Competência	20	0	13	9	12
Emb. Declaração Ação Civil Pública	0	1	0	1	0
Emb. Declaração Ação Improbidade Admin.	0	1	1	0	1
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	61	55	2	56
Emb. de Declaração Agravo Reg. Apelação Cível	0	2	0	0	0
Emb. Declaração Ap. Cível	0	257	163	91	158
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	44	33	5	34
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	1	1	0	1
Emb. Declaração no MS	0	2	2	0	1
Exceção de Impedimento	1	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	32	0	11	14	11
Habeas Corpus	6	0	5	0	5
Mandado de Segurança	10	0	7	5	8
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	6	5	2	5
Medida Cautelar Inominada	1	0	1	0	1
Reclamação	0	0	2	0	2
TOTAL	4.303	762	2.653	2.513	2.646

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	263	1.273	114	1.057	89	969	504
NEWTON TRISOTTO	254	1.333	108	1.158	186	1.171	351
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	151	1.020	142	1.014	299	1.019	0
CID GOULART	4	270	34	0	0	0	308
JAIME RAMOS	150	326	52	494	26	503	8
NEWTON JANKE	0	0	0	0	0	1	0
TOTAL	822	4.222	450	3.723	600	3.663	1.171

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	5	0	32	9	32
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	14	0	9	8	9
Ação Rescisória	4	0	4	0	4
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	76	64	0	64
Agravo de Instrumento	607	0	575	13	575
Agravo Regimental em Ação Civil Pública	0	1	0	0	0
Agrv. Reg. em Ação de Improb. Admin.(Lei 8.429/92)	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em MS	0	2	1	0	1
Agravo Regimental na Ap. Cível	0	3	1	0	1
Agravo Regimental no Ag. Instrumento	0	2	0	0	0
Apelação Cível	2.696	0	2.106	340	2.068
Apelação Cível em (MS)	839	0	574	206	565
Arguição de Inconstitucionalidade	0	1	0	0	0
Conflito de Competência	22	0	14	4	14
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	74	67	0	67
Emb. Declaração Ap. Cível	0	231	208	5	197
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	44	35	0	33
Emb. Declaração em Ação Civil Pública	0	5	5	0	5
Emb. Declaração no MS	0	1	1	0	1
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	0	1	1	0	1
Exceção de Impedimento	1	0	0	1	0
Exceção de Suspeição	13	0	8	6	8
Habeas Corpus	1	0	1	0	1
Mandado de Segurança	17	0	10	3	10
Medida Cautelar Incidental	0	7	3	2	3
Medida Cautelar Inominada	1	0	1	2	1
Petição em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Reclamação	1	0	1	0	1
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	1	0	1
TOTAL	4.222	450	3.723	600	3.663

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
PEDRO MANOEL ABREU	372	313	54	724	15	710	0
CLÁUDIO BARRETO DUTRA	59	1	6	64	2	67	0
LUIZ CEZAR MEDEIROS	529	851	2	0	15	0	1.367
RUI FRANCISCO FORTES	933	1.137	110	449	229	431	1.502
CÉSAR ABREU	954	1.212	91	743	69	764	1.445
NEWTON JANKE	41	3	5	38	11	31	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	434	737	54	499	717	482	9
TOTAL	3.322	4.254	322	2.517	1.058	2.485	4.323

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	2	0	4	0	4
Ação Civil Pública	8	0	3	11	3
Ação Popular	1	0	0	1	0
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	10	0	5	10	5
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	43	39	6	36
Agravo de Instrumento	608	0	498	110	493
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em MS	0	1	0	0	0
Apelação Cível	2.753	0	1.390	549	1.376
Apelação Cível em (MS)	818	0	320	326	319
Conflito de Competência	21	0	18	5	17
Emb. Declaração Ag. Instrumento	0	42	36	2	35
Emb. Declaração Ap. Cível	0	197	161	24	157
Emb. Declaração Ap. Cível (MS)	0	30	23	1	21
Emb. Declaração Medida Cautelar	0	2	0	1	0
Emb. Declaração no MS	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	15	0	10	3	10
Habeas Corpus	4	0	1	0	1
Mandado de Segurança	11	0	1	5	1
Medida Cautelar Incidental	0	6	5	3	4
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Pedido Exec. de Honorários Advocatícios	1	0	1	0	1
Reclamação	1	0	1	0	1
TOTAL	4.254	322	2.517	1.058	2.485

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA CÍVEL ESPECIAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	Redistribuídos Cam. Isoladas	DECISÕES por acórdão	por despacho	PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
SILVEIRA LENZI	249	643	40	751	36	145	36	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	174	26	0	197	0	3	0	0
VICTOR FERREIRA	294	2.576	136	1.817	92	384	77	713
DIONIZIO JENCZAK	1	252	13	194	11	61	9	0
TULIO PINHEIRO	0	1.272	66	1.094	50	194	49	0
RONALDO MORITZ M. SILVA	223	220	25	390	20	58	18	0
JÂNIO MACHADO	11	2.167	246	1.574	192	658	191	0
JAIME LUIZ VICARI	0	1.150	95	521	67	303	61	354
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	211	20	145	13	73	11	0
TOTAL	952	8.517	641	6.683	481	1.879	452	1.067

D PROCESSOS - CÂMARA CÍVEL ESPECIAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS processos	incidentes	DECISÕES por acórdão	por despacho	PUBLI- CADOS
Agravo (Art. 557, parág. 1º do CPC)	0	346	318	24	299
Agravo de Instrumento	8.516	0	1	1.729	1
Agravo do art. 39 da Lei 8038/90	0	7	5	1	4
Agravo do Art. 527 III do CPC em AI	0	0	1	0	0
Agravo do Art. 545 do CPC em AI	0	2	1	1	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	155	145	8	138
Agravo (§ 3º, Art.4º da lei 8437/92 do CPC) em AI	0	2	1	1	1
Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento	0	129	9	115	8
Medida Cautelar	1	0	0	0	0
TOTAL	8.517	641	481	1.879	452

DIRETORIA JUDICIÁRIA

▸ QUADRO ANUAL DAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	10	26	1	29	0	32	8
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	0	1	0
GASPAR RUBIK	14	26	0	22	0	25	18
PEDRO MANOEL ABREU	1	8	0	0	0	0	9
SOUZA VARELLA	8	24	0	19	0	15	13
SÉRGIO PALADINO	7	29	0	27	0	27	9
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	7	13	2	22	0	22	0
SOLON D'EÇA NEVES	3	28	1	27	0	29	5
IRINEU JOÃO DA SILVA	7	25	0	27	3	27	2
TORRES MARQUES	6	28	2	22	4	24	10
JAIME RAMOS	0	2	0	2	0	2	0
CARSTENS KÖHLER	10	18	0	28	0	27	0
JÂNIO MACHADO	13	0	0	13	0	13	0
JAIME LUIZ VICARI	0	2	0	2	0	2	0
TOTAL	86	229	6	240	7	246	74

▸ PROCESSOS - CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo (Art. 557. 1º do CPC)	0	1	1	0	1
Emb. Declaração Revisão Criminal	0	3	4	1	4
Embargos de Declaração em Emb. Infringentes	0	1	1	0	1
Embargos de Declaração Inquérito	0	0	1	0	1
Embargos Infringentes	20	0	16	1	20
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
Revisão Criminal	209	0	217	5	219
TOTAL	229	6	240	7	246

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	179	684	20	722	7	721	154
JORGE MUSSI	0	0	0	0	0	1	0
GASPAR RUBIK	438	720	13	558	15	594	598
SOUZA VARELLA	180	603	15	416	0	320	382
SOLON DEÇA NEVES	198	719	22	795	1	787	143
JAIME RAMOS	0	0	0	0	0	1	0
NEWTON JANKE	0	0	0	0	0	1	0
CARSTENS KÖHLER	117	111	6	233	1	232	0
JÂNIO MACHADO	32	18	3	53	0	66	0
JAIME LUIZ VICARI	9	91	0	99	1	99	0
TOTAL	1.153	2.946	79	2.876	25	2.822	1.277

D PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	10	0	24	2	25
Agravo Regimental (MS)	1	0	0	0	0
Apelação Criminal	1.595	0	1.509	3	1.493
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	54	0	67	1	64
Carta Testemunhável	0	0	1	0	1
Conflito de Jurisdição	14	0	14	0	15
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	2	1	0	1
Emb. Declaração na Apelação Criminal	0	58	51	0	50
Emb. Declaração no Habeas Corpus	0	9	6	2	5
Emb. Declaração no Inquérito	0	2	3	0	2
Emb. Declaração no Processo Crime	0	3	3	0	2
Emb. Declaração Recurso Criminal	0	3	3	0	2
Exceção de Impedimento	1	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	4	0	3	0	3
Habeas Corpus	862	0	756	3	728
Inquérito	36	0	61	5	62
Mandado de Segurança	22	0	14	2	13
Medida Cautelar de Seqüestro	0	0	1	0	1
Notícia Criminal	1	0	2	1	2
Pedido de Correição	1	0	2	0	2
Pedido de Desaforamento	5	0	7	0	7
Pedido de Providências	1	0	0	0	0
Processo Crime	39	0	70	6	68
Queixa Crime	3	0	0	0	0
Reclamação	20	0	10	0	9
Recurso Criminal	184	0	189	0	188
Recurso Criminial em Ap. Criminal	0	1	1	0	1
Recurso de Agravo	57	0	46	0	46
Recurso em Mandado de Segurança	4	0	3	0	3
Representação	2	0	4	0	3
Revogação da Prisão Preventiva	1	0	1	0	1
Susp. Condicional do Proc. em Proc. Crime	0	0	1	0	1
Termo Circunstanciado	29	0	21	0	22
TOTAL	2.946	79	2.876	25	2.822

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
ALBERTO COSTA	0	0	0	0	0	2	0
PEDRO MANOEL ABREU	15	134	0	0	0	0	149
SÉRGIO PALADINO	129	625	17	561	20	565	190
MAURÍLIO MOREIRA LEITE	61	412	10	472	11	469	0
IRINEU JOÃO DA SILVA	112	681	24	650	29	638	138
TORRES MARQUES	65	680	17	598	89	626	75
JAIME RAMOS	0	45	3	45	3	45	0
CARSTENS KÖHLER	25	370	11	386	20	387	0
TÚLIO PINHEIRO	1	36	0	30	6	23	1
TOTAL	408	2.983	82	2.742	178	2.755	553

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	10	0	15	6	15
Agravo do art. 557, par. 1º CPC	0	2	2	0	2
Agravo Regimental (HC)	0	2	2	0	2
Agravo Regimental (MS)	0	1	1	0	1
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Apelação Criminal	1.610	0	1.491	33	1.511
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	73	0	73	7	75
Carta Testemunhável	2	0	1	0	1
Conflito de Jurisdição	12	0	9	0	9
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Emb. Declaração na Apelação Criminal	0	55	50	4	49
Emb. Declaração no Habeas Corpus	0	8	6	1	6
Emb. Declaração no Inquérito	0	1	1	0	1
Emb. Declaração no Processo Crime	0	6	6	0	6
Emb. Declaração Recurso Criminal	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	1	1	1
Habeas Corpus	845	0	738	13	731
Habeas Data	14	0	14	0	8
Inquérito	46	0	24	37	25
Interpelação	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	27	0	17	5	17
Notícia Criminal	4	0	2	3	2
Pedido de Afastamento em Inquérito	0	2	2	0	2
Pedido de Desaforamento	3	0	1	1	1
Processo Crime	38	0	34	31	35
Queixa Crime	6	0	3	1	3
Reclamação	8	0	5	1	5
Recurso Criminal	200	0	180	9	182
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	2	0	1	0
Recurso de Agravo	64	0	44	13	44
Recurso de Habeas Corpus	2	0	2	0	3
Recurso em Mandado de Segurança	3	0	4	0	4
Recurso Criminal em Processo Crime	0	1	1	0	1
Reinteração em Cargo em Processo Crime	0	1	1	0	1
Representação	1	0	0	3	0
Termo Circunstanciado	12	0	9	8	9
TOTAL	2.983	82	2.742	178	2.755

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
SILVEIRA LENZI	0	34	12	14	32	14	0
VICTOR FERREIRA	0	20	24	23	21	23	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	29	3	5	27	5	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	29	12	10	31	10	0
TOTAL	0	112	51	52	111	52	0

D PROCESSOS - CÂMARA DE FÉRIAS CIVIL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo (art. 557 § 1º do CPC)	0	29	27	2	27
Agravo de Instrumento	89	0	0	89	0
Agravo do Art.39 da Lei 8038/90 em AI	0	1	1	0	1
Agravo Regimental (MS)	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	14	14	0	14
Apelação Cível	1	0	0	1	0
Emb. Declaração no Agravo de Instrumento	0	5	1	4	1
Habeas Corpus	9	0	8	1	8
Mandado de Segurança	7	0	0	7	0
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	0
Petição em Apelação Cível	6	0	0	6	0
TOTAL	112	51	52	111	52

D QUADRO ANUAL DA CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
SOUZA VARELLA	0	52	10	52	0	52	0
CARSTENS KÖHLER	0	53	1	53	1	53	0
TÚLIO PINHEIRO	0	50	0	50	0	50	0
JÂNIO MACHADO	0	51	0	51	0	51	0
TOTAL	0	206	1	206	1	206	0

D PROCESSOS - CÂMARA DE FÉRIAS CRIMINAL, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI-CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Agravo do Art.557§ 1º do CPC	0	1	1	0	1
Habeas Corpus	155	0	155	0	155
Habeas Data	50	0	50	0	50
TOTAL	206	1	206	1	206

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO - 2005

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2004	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS	PENDENTES PARA 2006
		processos	incidentes	por acórdão	por despacho		
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	41	1	0	2	0	0
NEWTON JANKE	0	4	0	0	0	0	0
VICTOR FERREIRA	0	5	0	0	0	0	0
CARSTENS KÖHLER	0	4	0	0	0	0	0
DIONÍZIO JENCZAK	0	4	4	0	1	0	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	5	0	0	0	0	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	59	0	0	7	0	0
TÚLIO PINHEIRO	0	5	0	0	0	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	4	0	0	1	0	0
JÂNIO MACHADO	0	2	1	0	0	0	0
JAIME LUIZ VICARI	0	17	1	0	1	0	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	3	0	0	0	0	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	4	0	0	0	0	0
TOTAL	0	157	7	0	12	0	0

PROCESSOS - PLANTÃO JUDICIÁRIO, POR CLASSE - 2005

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		PUBLI- CADOS
	processos	incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo (Art. 557, par. 1º, do CPC) em AI	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento	45	0	0	4	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	1	0
Emb.Decl. em Medida Cautelar Inominada	0	1	0	0	0
Habeas Corpus	65	0	0	1	0
Mandado de Segurança	44	0	0	4	0
Medida Cautelar Incidental em AI	0	1	0	0	0
Medida Cautelar Incidental em Apelação Cível(MS)	1	0	0	1	0
Reclamação	1	0	0	1	0
Revisão Criminal	1	0	0	0	0
TOTAL	157	7	0	12	0

RECURSOS NA SEGUNDA E TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIAS

RECURSOS	SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA	TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
Recurso Especial Admitido	260	993
Recurso Especial Negado	713	682
Recurso Extraord. Admitido	108	256
Recurso Extraord. Negado	322	158
Despachos Outros	967	1.110

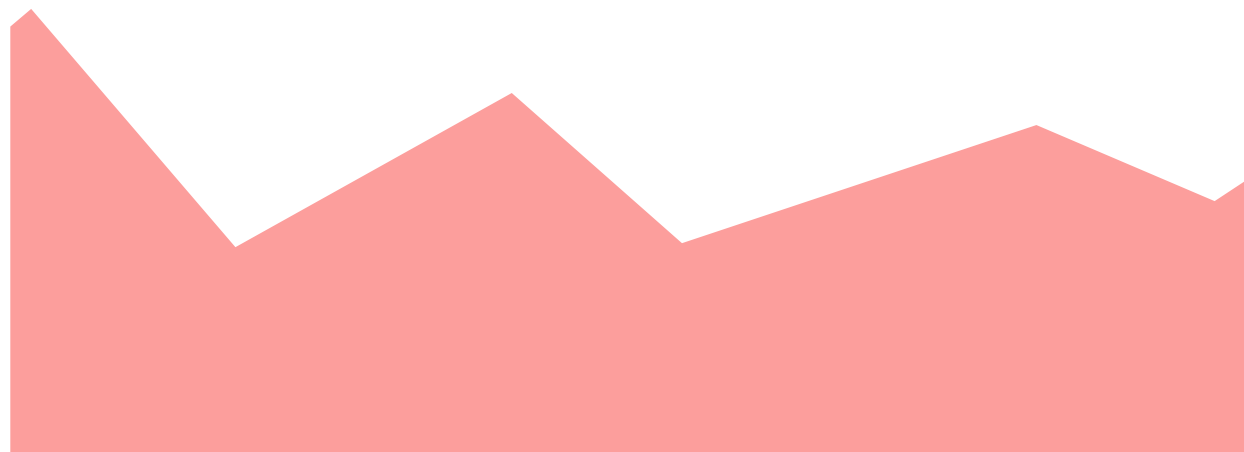
RELATÓRIO SINTÉTICO DIVISÃO DE RECURSOS DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
Baixa Interior/ Capital	22.262
Procesos Arquivados	12.235
Retorno do STF	755
Retorno do STJ	1.998
Remessa ao STF	686
Remessa ao STJ	2.967
Remessa Turma de Recursos	120
Remessa Distribuidor	132
Remessa Diligência	1.032
Remessa TRF 4ª Região	63
Remessa TRE	1
Remessa TRT	539
Remessa Justiça Federal	100
Aud. Justiça Militar	15
Presidentes Outros Tribunais	24
Ofícios Expedidos	30.032

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ALMIR TADEU PERES

Diretor



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ASSESSORIA TÉCNICA**Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase principal de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência)**

Foi realizada uma atualização da infobase informatizada de acórdãos referente ao período de agosto de 2002 a novembro de 2005, com a disponibilização de 26.700 acórdãos com seu inteiro teor. Na rede interna, foi utilizado o Fólio Views e, na internet, o Oracle;

Foram identificados 1.256 acórdãos como segredo de justiça, dentre os 26.700 apontados, com a respectiva abreviação dos nomes das partes acórdãos estes já disponibilizados na infobase da intranet e internet.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase complementar de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foram realizadas 10 atualizações da infobase informatizada complementar de acórdãos durante o ano de 2005 referente ao período de agosto de 2002 a novembro de 2005 com a disponibilização de 26.700 acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e nas comarcas do Estado.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de despachos das Vice-Presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foi realizada uma atualização desta infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de 6.534 despachos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos

Foram realizadas 8 atualizações da infobase informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de 1.870 acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e na internet, totalizando atualmente 4.647 acórdãos em seu inteiro teor, sendo:

- ▶ **387** da Primeira Turma de Recursos da Capital
- ▶ **153** da Segunda Turma de Recursos de Blumenau
- ▶ **268** da Terceira Turma de Recursos de Chapecó
- ▶ **169** da Quarta Turma de Recursos de Criciúma
- ▶ **299** da Quinta Turma de Recursos de Joinville
- ▶ **333** da Sexta Turma de Recursos de Lages
- ▶ **261** da Sétima Turma de Recursos de Itajaí

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura

Foram realizadas 5 atualizações da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 1.116 acórdãos em seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha.

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de Resoluções Administrativas

Atualização diária da base de resoluções administrativas e o respectivo índice com a disponibilização na internet e intranet de 54 resoluções relativas ao ano de 2005, assim constituídas:

▶ Resoluções	TJ	10
▶ Resoluções	RC	2
▶ Resoluções	GP	23
▶ Resoluções	CM	8
▶ Resoluções	DOF	9
▶ Resoluções	DGA	2

As Resoluções estão disponíveis na intranet no endereço: Administração-Normas e Manuais-Resoluções, bem como o índice das resoluções gerenciado pelo software Index Server.

Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas

- ▶ *Regimento Interno do TJSC – maio de 2005;*
- ▶ *Atos Regimentais do TJSC – julho de 2005;*
- ▶ *Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina – junho de 2005;*
- ▶ *Súmulas do TJSC;*
- ▶ *Resoluções:
GP/TJ/CM/DA/DEF/DDP/DMP/DGA;*
- ▶ *Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionais e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade – até a Emenda Constitucional n. 41;*
- ▶ *Lei nº 8.067/1990 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – julho de 2005.*

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na internet e bases internas)

Atendimento por e-mail Juris: 6/dia, 30/semana, 120/mês x 10 meses: 1.200 atendimentos.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Atendimento por e-mail Juris: pesquisas jurídicas especializadas e outras informações solicitadas por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público em geral.

Resposta a dúvidas sobre forma de busca de acórdãos na internet e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação.

Remessa, por E-mail ou fax, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

Banco de legislação de Santa Catarina

Monitoramento da base da legislação de Santa Catarina, disponível na internet no endereço: <http://leis.jol.com.br>, por meio de senhas de acesso, com leis na íntegra desde 1973, atualizada até 2005.

Total de acessos mês/ano:

130 x 11 = 1.430 (11 meses).

Produção do CD-ROM, vol. 6, do acervo de acórdãos do TJSC

Foi entregue o CD-ROM, volume 6, do acervo de acórdãos do TJSC, que neste ano foi dividido em dois CD-ROM's, sendo que um contém toda a jurisprudência cível e, o outro, a jurisprudência penal.

Produção do DVD, vol. 1

Foi lançado pela primeira vez o DVD, vol. 1, contendo todo acervo de acórdãos do TJSC, Legislação, Códigos e Normas Internas.

Convênios

Foram celebrados os seguintes convênios: com a Editora Magister, com a Júris Síntese IOB e com o Superior Tribunal de Justiça STJ, visando à troca das infobases jurídicas.

Os convênios possibilitarão a transferência e o intercâmbio das bases jurídicas para disponibilização aos magistrados.

Revista Jurisprudência Catarinense

On-line

A Revista Jurisprudência Catarinense foi disponibilizada para acesso on-line na página do TJSC.

Livro Comarcas de Santa Catarina

Com tiragem de 2.500 exemplares, o Livro Comarcas de Santa Catarina apresenta, como forma de preservar a memória institucional, parte da trajetória do Judiciário de nosso Estado, desde o Período Colonial até a República, num importante registro da história da Justiça de primeira instância, traçando um panorama que se inicia nas origens das comarcas catarinenses, ilustradas com belas imagens, desde o seu desenvolvimento até alcançar a modernidade dos dias atuais.

Esta obra pretende deixar testemunho da ação dos que acreditam num Judiciário cuja missão sempre esteve direcionada para o bem comum, além de constituir mais uma fonte importante de estudo e pesquisa, que poderá

servir de inspiração aos estudiosos da História e do Direito.

Outros serviços correlatos à

Assessoria Técnica

Em meados do mês de julho de 2005, foi atualizada a pasta de arquivos dos Atos Regimentais, com remissão das suas respectivas modificações, bem como a legislação estadual específica, impressas na Gráfica do Tribunal.

Em junho de 2005, foi editado e atualizado o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, contendo toda a legislação complementar específica, reunida num só volume, encadernação espiral, com suas respectivas modificações nos artigos do Código, com a lei correspondente à alteração, bem como as normas administrativas (Atos Regimentais, Resoluções) que fazem parte da regulamentação dos artigos do Código, impresso pela Gráfica do Tribunal.

Remessa de acórdãos para as revistas LEX e RT - Total: 83 acórdãos.

Produção do CD-ROM de

Direito Bancário do TJSC

Foi atualizada a infobase contendo todos os julgados das três Câmaras de Direito Comercial, totalizando 25.000 acórdãos, com pesquisa pelo software Fólio Views.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Disponibilização, até 25-11-2005, de 31.765 acórdãos provenientes dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça para serem utilizados pela Seção de Editais e para pesquisa.

Atualização do programa de cadastramento de matérias publicadas no Diário da Justiça (desde o início do ano até o dia 21/11/2005 foram cadastradas 67.517 matérias).

Editoração eletrônica do Diário da Justiça versão on line, esta, por sua vez, composta pelas matérias do Judiciário Catarinense.

Cadastramento e permissão do acesso ao público, tanto na intranet, quanto na internet, da versão on line do Diário da Justiça.

Cadastramento de 31.765 cópias de acórdãos a serem arquivados.

Arquivamento em pasta das cópias de acórdãos, totalizando 838 pastas.

Implementação do sistema de coleta de matérias para publicação no Diário da Justiça (Programa de captura de matérias/Saj 3).

Confecção da revista Jurisprudência Catarinense, vols. 104/105 (4º trim. 2003 e 1º

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

trim. 2004), 106 (2º, 3º e 4º trim. 2004 e 1º trim. 2005) e 107 (2º, 3º e 4º trim. 2005).

Distribuição da revista Jurisprudência Catarinense vols. 103, 104/105 e 106.

Revisão de 3.174 acórdãos dos Desembargadores e Juízes.

Atas (Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e Asplan) num total de 117 (primeira e segunda revisões), totalizando 1.832 páginas.

Outros trabalhos de revisão (Total: 393)

Atos Regimentais.

Apostilas.

Programas diversos.

Matérias para publicação na internet.

Relatórios de avaliação.

Folders diversos para o Setor de Saúde.

Discursos de Desembargadores.

Ofícios diversos.

Quadros anuais das Câmaras de Férias, Cíveis e Criminais.

Relatórios finais das diretorias, etc.

DIVISÃO DE ARQUIVO CENTRAL

Recebidas, organizadas e arquivadas as seguintes Séries Documentais oriundas dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça:

- ▶ **22.000** *Processos Judiciais;*
- ▶ **11.000** *Processos Administrativos Funcionais;*
- ▶ *Empenhos, Orçamentos e FRJ, anos 2002 e 2003;*
- ▶ *Processos de Prestação de Contas, ano 2003;*
- ▶ *Alvarás de Ordem Bancária, ano 2003;*
- ▶ *Processos de Baixa de Bens da DMP, 1998 a 2004;*
- ▶ *Documentação do Gabinete da Presidência (vários anos).*

Foram transferidos dos arquivos das comarcas de Piçarras, Ituporanga, Bom Retiro, Ponte Serrada, Criciúma, Braço do Norte, Sombrio, Joinville (Vara da Família), Chapecó, Campos Novos, Videira, Araranguá, Blumenau, Fórum do Norte da Ilha, Laguna, Jaraguá do Sul, Indaial e São Lourenço do Oeste, Içara para o prédio do Arquivo Central do Poder Judiciário, localizado às margens da BR-101, Km 210.

A massa documental transferida foi de aproximadamente **500.000 mil** processos judiciais.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Desarquivados **12.466** processos judiciais oriundos das diversas comarcas do Estado e do Tribunal de Justiça, assim distribuídos:

PROCESSOS DESARQUIVADOS

COMARCA	Nº DE PROCESSOS
Araranguá	224
Arquivo-Tribunal de Justiça	500
Biguaçu	630
Blumenau	151
Bom Retiro	7
Braço do Norte	11
Brusque	1.056
Campos Novos	7
Capital	5.319
Chapecó	11
Fórum do Norte da Ilha	19
Fórum Regional do Estreito	32
Imbituba	65
Ituporanga	237
Joinville	642
Palhoça	641
Piçarras	129
Rio do Sul	795
Santo Amaro da Imperatriz	265
São João Batista	31
São José	1.689
Tijucas	5
TOTAL	12.466

Foi atualizada a Tabela de Temporalidade do Tribunal de Justiça.

Concluída a instalação das estantes tipo porta-pallets no Galpão 4 da Divisão de Arquivo Central, com capacidade para abrigar 200.000 caixas de arquivo, equivalente a quatro milhões (4.000.000) de processos;

Realizadas visitas às comarcas, com o objetivo de prestar orientações quanto à remessa dos processos judiciais, critérios de transferência e recolhimento, organização e desarquivamento de processos.

Preparados e encaminhados ao Ciasc para os serviços de microfilmagem:

SERVIÇO DE MICROFILMAGEM

	QUANTIDADE DE FOTOGRAMAS (UN.)	QUANTIDADE DE MICROFILMES (ROLOS)
Diário da Justiça da União	112.000	28
Diário da Justiça do Estado de SC	40.000	10
Diário Oficial da União	36.000	9
Documentos recebidos e expedidos (Diretoria de Administração e Recursos Humanos 1983 a 1992)	24.000	6
TOTAL	212.000	53

Participação no VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado no período de 17 a 20 de outubro do corrente, na cidade de Campos do Jordão-SP.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE PESQUISA E
INFORMAÇÃO

Foram executados serviços de higienização em 42.000 obras bibliográficas.

Foram reformados os balcões da recepção e das Bibliotecárias, deixando o ambiente mais agradável. Além disso, também foram adquiridos cinco monitores de tela plana.

Com a finalidade de melhorar este atendimento, foram instalados 2 (dois) computadores com linha ADSL, para uso exclusivo dos magistrados e servidores.

Foram realizadas melhorias no sistema informatizado para aquisição de obras bibliográficas, bem como no sistema de Registro de Preços.

Participação das servidoras dos seguintes eventos: XXIV Painel Biblioteconomia em Santa Catarina; XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; Conservação e Preservação de Documentos Suporte Papel.

LIVROS E PERIÓDICOS ADQUIRIDOS

DESTINAÇÃO	QUANTIDADE
Livros preparados para a Biblioteca do TJ/Seção de Processamento Técnico	1.379
Periódicos para a Biblioteca	569
Livros preparados para Gabinetes de Magistrados, Academia Judicial, Cartórios e demais setores encaminhados pela Seção de Bibliotecas Setoriais	18.296
Livros encaminhados por empréstimo para os Magistrados das comarcas do interior	194
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Balneário Camboriú	454
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Blumenau	311
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Chapecó	436
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Criciúma	361
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Itajaí	385
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Joinville	231
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de Lages	275
Livros preparados e encaminhados para a Biblioteca Setorial da comarca de São José	189
Livros preparados e encaminhados p/Biblioteca Setorial da comarca de Tubarão	349
Empréstimos/devolução/reservas realizadas pela Seção de Pesquisa e Referência	Média de 500 por dia
Higienização das obras	42.000

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE ATENDIMENTO
AO USUÁRIOCENTRO DE ATENDIMENTO E
INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Estatística do número de atendimentos:

Usuários:

advogados, estudantes e o público em geral

Advogados e partes – 14.386

Outros – 10.200

Acordãos – 10.533

Informações por telefone: 11.026

Informações por E-mail: 32.500

Total de pessoas atendidas: 18.000

CENTRAL DE CADASTRAMENTO DO TJSC

Na portaria do Tribunal de Justiça, circulam diariamente 3.000 pessoas, das quais em média 750 são visitantes e advogados, muitos usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

O Sistema de Cadastramento foi aperfeiçoado pela Diretoria de Informática, migrando o antigo Sistema para a linguagem computacional padrão da informática do Tribunal. A mudança proporcionou maior rapidez na localização dos cadastros e precisão nas informações, além da criação de relatórios de consulta.

As catracas de saída foram substituídas por catracas com retentores de crachás para maior praticidade.

MUSEU

1. Projeto: DIFUSÃO DA MEMÓRIA DO
JUDICIÁRIO CATARINENSE**Exposição comemorativa dos 114 anos
do Tribunal de Justiça**

Local: Beiramar Shopping

Período: 3 a 9 de outubro de 2005.

Perfil do público visitante:

Cientes habituais do Shopping, estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, turistas nacionais e estrangeiros, advogados, pesquisadores (de História, Direito, Ciências Sociais e de Comunicação), magistrados, procuradores, servidores do Judiciário de outros estados, servidores e públicos em geral.

Acervo histórico exposto:

Documentos históricos e iconografia representativa da criação e da instalação do Tribunal de Justiça. Peças e objetos que constituem o aparato material de suporte ao funcionamento, ao longo da história, do Judiciário catarinense. Fotografias do plenário antigo e do atual e dos prédios que abrigaram a sede do Poder Judiciário catarinense até os dias atuais.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Exposição permanente no TJSC

Local: Sala de Exposições do Museu.

Período: 5 de jan. a 1º de dez. de 2005.

Assinaram o livro: 1.109 visitantes.

Perfil do público visitante no Palácio da Justiça:

Estudantes de Direito das Universidades federal e estaduais, estudantes do ensino fundamental, magistrados, advogados, servidores e visitantes que participam de solenidades no TJ. Melhorias: foi restaurada a Galeria de Presidentes da Sala de Exposições e instalada a sala de recepção do Museu.

2. Projeto: "CONTROLE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO JUDICIÁRIO CATARINENSE".

- ▶ Projeto de Pesquisa, Projeto de Execução e Edição do Livro "Comarcas de Santa Catarina".
- ▶ Atividade de pesquisa para obtenção dos dados pessoais de 94 magistrados do Judiciário catarinense, de 6 promotores do Ministério Público de Santa Catarina e de autoridades para compor capítulos sobre o histórico das comarcas.
- ▶ Pesquisa, correção e revisão das pesquisas e informações histórico-políticas dos 110 municípios e 2 distritos catarinenses que são

sedes de comarcas.

- ▶ Atualização de dados e incorporação ao Acervo do Museu sobre Organização Judiciária e distribuição de comarcas do Estado, com os números de municípios agregados e o número de varas existentes naquelas.
- ▶ Revisão e incorporação ao arquivo do Acervo do Museu das informações atualizadas do quadro da organização judiciária do Estado, com os dados das comarcas, municípios que as compõem e número de varas existentes. Pesquisa histórica sobre a criação dos Tribunais de Júri no Brasil.
- ▶ Pesquisa de Campo (com deslocamento de servidores fora do Tribunal):
 - a) *Justiça Militar em Santa Catarina;*
 - b) *No Instituto Histórico e Geográfico de SC – no Palácio Cruz e Souza;*
 - c) *Arquivos da Câmara Municipal de Florianópolis, na Praça XV;*
 - d) *Arquivos da Assembléia Legislativa do Estado;*
 - e) *Arquivo Estadual na Av. Mauro Ramos (3 expedientes vespertinos);*
 - f) *Entrevista com o Des. Sérgio Baach Luz, em seu Gabinete no TJSC;*
 - g) *Visita à sessão do Tribunal do Júri da comarca da Capital;*
 - h) *Visita à Diretoria de Geografia e Cartografia do Estado de SC – SEPLAN;*

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

- i) *Diretoria de Polícia Técnica e Científica do Estado de SC;*
- j) *Acompanhamento da editoração e impressão;*
- k) *Distribuição do Livro "Comarcas de Santa Catarina":*

3. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICOS

- ▶ *XXIII Nemu – Núcleo de Estudos Museológicos – realizado na cidade de Urussanga/SC, no período de 11 a 13 de abril de 2005, com a participação do servidor Gilberto Machado, que freqüentou a oficina "Elaboração de Projeto Museográfico".*
- ▶ *XXIV Nemu – Núcleo de Estudos Museológicos – realizado na cidade de Curitiba/SC, no período de 25 a 27 de julho de 2005, com a participação do servidor Gilberto Machado, que freqüentou a oficina "Noções de Restauro e Conservação de Documentos".*
- ▶ *XXV – Nemu – Núcleo de Estudos Museológicos – realizado na cidade de São Francisco do Sul, no período de 7 a 9 de novembro de 2005, com a participação dos servidores Gilberto Machado, que freqüentou a oficina "Educação, Museu e Comunicação", e Valmir Nunes da Silva, que freqüentou a oficina "Noções de Restauro e Conservação de Documentos".*

4. PESQUISAS SOLICITADAS POR USUÁRIOS

PESQUISAS HISTÓRICAS

Usuário interno	50
Usuário externo	30

5. CAPELA ECUMÊNICA SANTA CATARINA

A Capela Ecumênica passou por uma reforma completa visando à retirada de pontos de infiltração e problemas no espelho d'água. Média de visitas por mês: 150 pessoas. Perfil dos visitantes: pessoas da comunidade que freqüentam o Foro da Capital e o Tribunal, grupos e associações de religiosos locais e de outras cidades.

Serviços prestados à comunidade:

celebrações de aniversário de Santa Catarina (25/11), de Páscoa e de Natal para os servidores e familiares, cerimônia de Batismo, missa de 7º dia no ritual católico, cerimônia de casamento no ritual católico.

PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

Implantado o novo Sistema de Protocolo (PTC), que vem sendo aprimorado pela Diretoria de Informática com a Chefia da Seção. O Sistema agilizou os serviços de cadastramento e consultas na Seção de Protocolo e tornou mais eficientes a movimentação e o recebimento de processos

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

nos setores. A consulta via intranet foi aperfeiçoada, proporcionando maior refinamento nas buscas e facilitando a localização dos processos pelos usuários, setores e gabinetes.

Foi disponibilizada, via intranet, a consulta de precatórios, até então feita somente pela seção. O serviço disponibilizado possibilitou o acompanhamento dos processos pelas partes e advogados.

A Seção de Protocolo, ampliada e reformada, adquiriu novos equipamentos (impressoras e relógio de protocolo), proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e agilizando o atendimento aos usuários internos e externos.

Estatística Processual

Foram cadastrados aproximadamente 25.017 processos administrativos e 1.484 precatórios; sendo 2.084 processos/mês. Consultas de processos administrativos e precatórios: em média 20 por dia, aproximadamente 4.800/ano. Com a implantação do novo Sistema de Protocolo, as seções do TJ movimentam os seus processos pela intranet. Foram cadastrados aproximadamente 7.200 precatórios, aproximadamente 30 por dia, incluindo o encaminhamento de processos para as comarcas e Procuradoria-Geral. Foram anexados, juntados, apensados e desapensados aproximadamente 2.400 processos.



◀ **DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA** ▶

◀ **SÉRGIO GALLIZA** ▶

Diretor-Geral



DIREÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA

Este relatório visa, sucintamente, demonstrar as atividades prestadas por esta Assessoria Jurídica no corrente exercício, compreendendo o período de 1º-1-2005 a 30-11-2005. Para fins, tão-somente, de propiciar um panorama, em termos quantitativos e qualitativos, das atividades, procurou-se demonstrar os assuntos estudados nos processos que ingressaram neste setor, conforme abaixo demonstrado:

▶ ASSUNTOS ESTUDADOS

ASSUNTO	QUANTIDADE
Abono de permanência	63
Aposentadoria	80
Aproveitamento	10
Audiência Tribunal de Contas	5
Averbação tempo de serviço	64
Bolsa de estudo	131
Cooperação Assistente Social	17
Delegação de serventia	15
Devolução de valores	554
Disposição	82
Exoneração	19
Férias	38
Gratificação	447
Hora extra	26
Informação Mandado Segurança	3
Licença	731
Nomeação	39
Processo Disciplinar	9
Remoção	139
Outros	223
TOTAL	2.695

Destaque-se que, além do estudo de processos, esta Assessoria responde pela revisão de todos os expedientes que tramitam pela Direção Geral Administrativa, tais como pagamentos de diárias e ressarcimento de combustível, férias, nomeações, exonerações, substituições, análise de resoluções e projetos de lei, dentre outros. Outrossim, aprecia todos os processos licitatórios, convênios, doações, baixas de material e contratos firmados por este Poder. Ademais, seus membros vêm participando, efetivamente, de comissões legalmente criadas e dos treinamentos organizados pela Administração, na qualidade de instrutores, bem como orientam os servidores do Poder Judiciário em matéria administrativa, inclusive na correta instrução do processo disciplinar.

◀ DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA ▶

◀ VITOR DAMIANI ▶

Diretor



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

D FÓRUNS REFORMADOS / TRIBUNAL DE JUSTIÇA / FÓRUNS CONSTRUÍDOS

OBRA	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Reforma com Ampliação do prédio da comarca de Araranguá	2.846,91	2.464.486,89	SETEMBRO
Reforma com Ampliação Fórum da comarca de Videira	1.750,11	1.119.111,63	MARÇO
Reforma com Ampliação do prédio da comarca de Laguna	3.028,36	2.567.356,62	SETEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Joinville / Nova Vara	708,00	33.747,88	NOVEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Blumenau / Nova Vara	615,88	31.000,00	NOVEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Rio do Sul / Nova Vara	277,25	73.348,31	NOVEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Ituporanga / Nova Vara	123,80	27.888,87	DEZEMBRO
Construção Protocolo Expresso do Tribunal de Justiça	16,00	41.887,45	ABRIL
Reforma parcial do prédio do Fórum de Braço do Norte / Nova Vara	450,60	19.450,23	NOVEMBRO
Reforma parcial do Fórum de Biguaçu / Gabinete Juiz Substituto	280,00	15.000,00	AGOSTO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Criciúma / Nova Vara	299,82	15.000,00	SETEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Itajaí / Nova Vara	270,00	15.000,00	SETEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Sombrio / Nova Vara	200,00	15.000,00	NOVEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Fraiburgo / Nova Vara	208,00	15.000,00	NOVEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Joaçaba / Nova Vara	180,00	15.000,00	NOVEMBRO
Execução da pintura Externa do Fórum de Imbituba	719,00	13.880,00	JANEIRO
Construção do prédio do Fórum de Itapema	1.534,24	1.380.453,83	DEZEMBRO
Montagem do Restaurante do Tribunal de Justiça	201,76	95.000,00	JULHO
Construção do Salão do Júri do Fórum de Itapoá	138,71	REC. DA PREFE./ PROJETO TJ	JUNHO
Execução do Cabeamento Estruturado do prédio de Cunha Porã	558,90	15.000,00	NOVEMBRO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Forquilha	825,70	13.220,00	JULHO
Reforma parcial do prédio do Fórum de Brusque	460,00	47.961,11	DEZEMBRO
TOTAL	15.693,04	8.033.792,82	

D CASA DA CIDADANIA CONSTRUÍDA

OBRA	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Construção da Casa da Cidadania de Campo Alegre	403,71	406.609,57	DEZEMBRO
TOTAL	403,71	406.609,57	

D OBRAS EM ANDAMENTO

OBRA	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$)	DATA DA ENTREGA
Reforma Fórum da Capital	8.648,58	2.882.896,79	AGOSTO/06
Reforma sistema de climatização Fórum da Capital	8.648,58	485.293,31	AGOSTO/06
Conclusão da construção do prédio Anexo ao TJ	15.391,21	15.065.134,44	MAIO/06
Construção Fórum da comarca de Concórdia	5.363,71	5.680.663,45	JUNHO/06
Construção da Casa da Cidadania de Iraceminha	403,71	446.280,43	MARÇO/06
Construção Fórum da comarca de Porto Belo	1.534,24	1.438.893,14	NOVEMBRO/06
Construção da Casa da Cidadania de Botuverá	403,71	375.065,64	AGOSTO/06
Reforma Parcial instalações elétricas do Tribunal de Justiça	13.617,00	90.521,46	JANEIRO/06
Pintura global do prédio do Fórum de Brusque	3.000,00	74.998,33	MARÇO/06
Execução do cabeamento estruturado do prédio de Chapecó	7.736,96	195.996,36	MAIO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Imbituba / Nova Vara	500,00	41.486,30	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Palhoça / Nova Vara	250,00	19.719,64	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Balneário Camboriú / Nova Vara	474,00	27.994,69	JANEIRO/06
Reforma parcial do prédio do Fórum de Jaraguá do Sul / Nova Vara	710,00	30.480,00	JANEIRO/06
Execução da pintura externa do Fórum de Barra Velha	1.360,37	14.180,00	JANEIRO/06
TOTAL	68.042,07	26.869.603,98	

Observação - Administração tem também como prioridade a manutenção corretiva e preventiva nos prédios dos Fóruns e Tribunal de Justiça. Assim, o poder judiciário aplicou investimentos na ordem de R\$ 3.500.000,00

◀ DIRETORIA DE INFORMÁTICA ▶

◀ SIMONE MEURER ▶

Diretora



DIRETORIA DE INFORMÁTICA

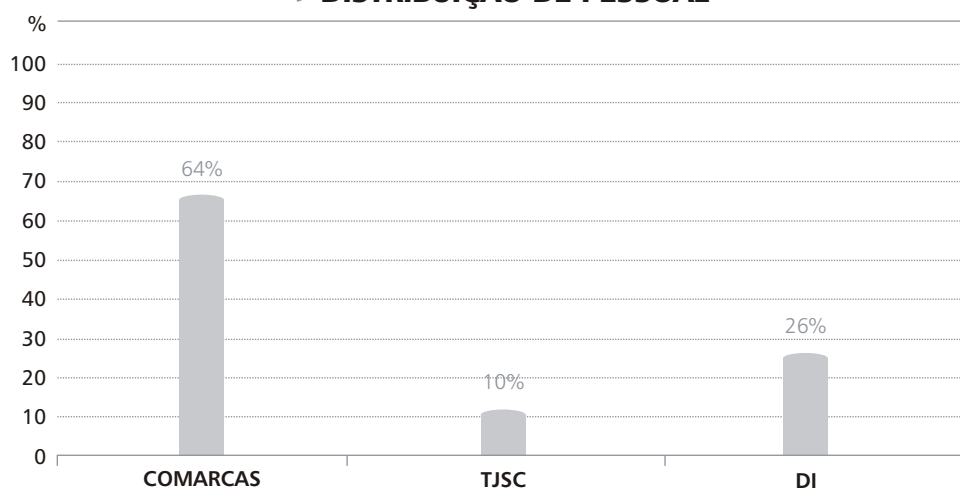
Acompanhando o desenvolvimento da sociedade da informação no país, a Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Santa Catarina trabalha no sentido da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população e para a promoção do desenvolvimento tecnológico aliado à eficiência da prestação jurisdicional, com a aplicação racional dos recursos disponíveis.

Atualmente a Diretoria de Informática conta com um quadro de pessoal formado por 60 funcionários, dos quais 28 são analistas de sistemas ou suporte, distribuídos em 4 divisões e uma assessoria, atuando no projeto, desenvolvimento e manutenção de softwares, bem como no suporte operacional e gerenciamento da infra-estrutura para o

adequado funcionamento destes.

Nas comarcas, na Corregedoria Geral da Justiça, na Academia Judicial e demais diretorias desta Corte, a Diretoria de Informática atua por intermédio de 169 Técnicos de Suporte em Informática TSI. São servidores do quadro devidamente capacitados para proporcionar aos usuários um atendimento de qualidade, ágil e de custo reduzido, nas atividades associadas à administração do parque de informática. Apresentamos, a seguir, as atividades desenvolvidas em 2005 no âmbito da Diretoria de Informática, ressaltando os sistemas e equipamentos disponibilizados e as ações destinadas à manutenção do parque de informática.

► DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL



DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

1. NOVAS SOLUÇÕES

Seguindo a tendência tecnológica no desenvolvimento de software e buscando proporcionar aos usuários cada vez mais aplicações de uso facilitado, os novos sistemas desenvolvidos têm sido focados na plataforma web. Além dos aspectos já comentados, benefícios como a mobilidade, a padronização da interface e a facilidade de manutenção são advindos da adoção da referida tecnologia.

Destaque para o sistema das Turmas de Recursos, implementado com a adaptação do SAJ/SG (Segundo Grau), proporcionando maior transparência das atividades correlatas; a disponibilização de boleto bancário para pagamento de custas judiciais utilizando a página do Tribunal de Justiça na Internet; bem como o sistema CUIDA, destinado à informatização dos processos de adoção e controle de abrigos, os quais preencheram uma lacuna na automação das unidades jurisdicionais.

Relacionamos a seguir, entre outros, os sistemas que foram disponibilizados aos usuários em 2005, englobando tanto a atividade finalística quanto rotinas da área administrativa:

- ▶ *Sistema de controle de processos das Turmas de Recursos, com disponibilização de consulta de processos na Internet*
- ▶ *Sistema CUIDA - Cadastro Único de Adoções e Abrigos*
- ▶ *Sistema de recolhimento de custas judiciais, com emissão de boleto bancário na web (padrão Febraban) para custas de preparo, recurso ao STJ, protocolo unificado e atos comuns/isolados*
- ▶ *Base de dados e mecanismos de consulta para as versões on-line da Revista de Jurisprudência Catarinense e despachos das Vice-Presidências*
- ▶ *Sistema de acompanhamento de processos de 2º Grau pelo serviço PJSC-Push*
- ▶ *Módulo de renovação de empréstimos de obras pela Intranet para o Sistema de Biblioteca*
- ▶ *Sistema de apoio à “Semana do Mutirão da Conciliação e Cidadania”, contendo geração de expedientes, relatórios de pauta e validação, cadastro de agentes, consulta estadual de pauta de advogados e relatórios sintéticos*

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- ▶ Sistema de controle financeiro de precatórios, com desenvolvimento de mecanismos de consulta na Internet
- ▶ Sistema de transferência de bens
- ▶ Sistema de cálculo de atualização monetária
- ▶ Sistema de controle de tarifação telefônica
- ▶ Sistema de controle de processo administrativo e protocolo
- ▶ Formulários eletrônicos para requisição de remédios da Farmácia
- ▶ Formulários eletrônicos para inscrição em concursos promovidos pelo Tribunal de Justiça
- ▶ Novo padrão para as listas de discussão internas
- ▶ Mecanismo automático de verificação e correção do funcionamento das consultas processuais de primeiro grau, aumentando a disponibilidade do serviço ao público em geral

2. WORKFLOW

Representando um incremento na produtividade de diversos setores, novos fluxos administrativos foram automatizados utilizando-se a tecnologia do workflow. Após a disponibilização do fluxo de substituição do Tribunal de Justiça, partiu-se para a implementação do fluxo eletrônico para marcação de férias, com o diferencial em relação ao primeiro no tocante à utilização pelos servidores das comarcas da Capital (incluindo os fóruns distritais do Estreito e Norte da Ilha), São José, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Ibirama.

O fluxo implementado contempla a solicitação de gozo, gozo retroativo de férias, transferência de exercício e suspensão de férias. O processo de implantação incluiu o treinamento presencial dos usuários e a elaboração de manuais on line.

3. ATUALIZAÇÃO DO SAJ/PG

A implantação do SAJ/PG (Primeiro Grau) manteve-se em ritmo acelerado em todo Estado durante o ano de 2005. O processo é executado por intermédio de uma equipe de implantadores: servidores do Poder Judiciário devidamente habilitados para tal fim, os quais permanecem na comarca pelo período de 3 semanas, no mínimo, com o intuito de

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

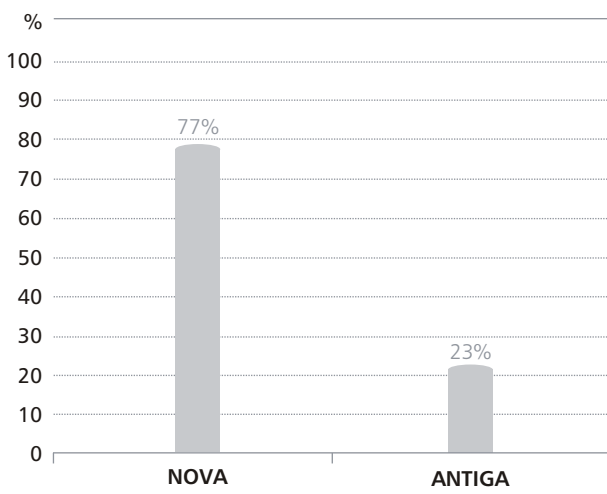
capacitar e acompanhar os trabalhos com a nova versão instalada.

Atualmente a versão 3 já está instalada em 82 comarcas e nos Fóruns Distritais da Comarca da Capital, representando 75% do total das unidades que serão atualizadas. O processo de implantação da nova versão

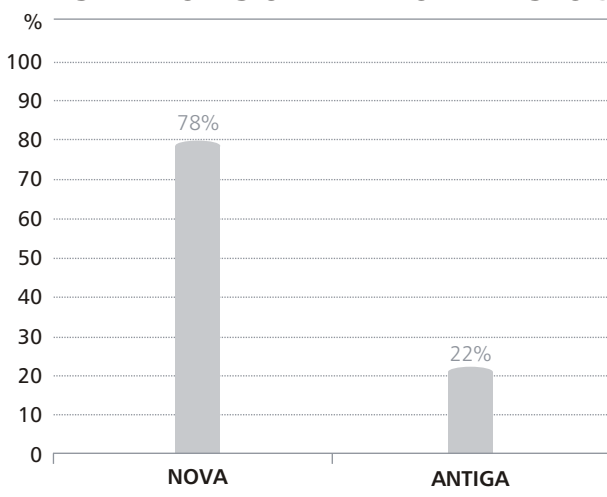
completou 2 anos em outubro último, restando pouco mais de 20% dos processos em tramitação na Justiça de 1o. Grau para serem convertidos, conferindo-lhes maior controle e informação agregada.

A substituição do sistema envolve diversos setores da Diretoria de Informática, que executam a capacitação dos servidores da comarca, a conversão do banco de dados, a adequação das tabelas do sistema, bem como dos equipamentos necessários ao adequado funcionamento do sistema.

PROCESSOS NA VERSÃO 3



SERVIDORES UTILIZANDO A VERSÃO 3



4. MANUTENÇÃO DE SISTEMAS E PÁGINAS

Paralelamente ao desenvolvimento de sistemas, a Diretoria de Informática mantém uma equipe de analistas atuando na manutenção de inúmeros sistemas já desenvolvidos, procurando sempre a adequação destes às novas realidades apresentadas pelos usuários.

São sistemas mantidos pela Diretoria de Informática, entre outros:

- *Controle de Custas*
- *Movimentação de Precatórios*
- *Consulta Processual no Tótem*
- *Conta Única*
- *Gestão de Gabinetes*

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- *Almoxarifado*
- *Biblioteca*
- *Solicitação de Obras Bibliográficas*
- *Controle de Diárias e Adiantamentos*
- *Gestão Patrimonial*
- *Acompanhamento de Licitações*
- *Registro de Preços*
- *Controle de Fornecedores*
- *Gráfica*
- *Expedição*
- *Banco de Talentos*
- *Controle de ponto*
- *Avaliação de Desempenho e Promoções*
- *Bolsa de Estudos*
- *Cadastro Funcional e Folha de Pagamento*
- *Segurança de acesso a aplicativos (SEG).*

Além do já exposto, cabe citar a manutenção das páginas do Poder Judiciário na Internet e Intranet, disponibilizando serviços e informações aos usuários, interno e externo. Tal serviço envolve o desenvolvimento do site do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça, da Academia Judicial e páginas especiais, tais como do Projeto de Racionalização, do Mutirão de Conciliação e da Cidadania e comemorativa dos 114 anos desta Corte.

MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA

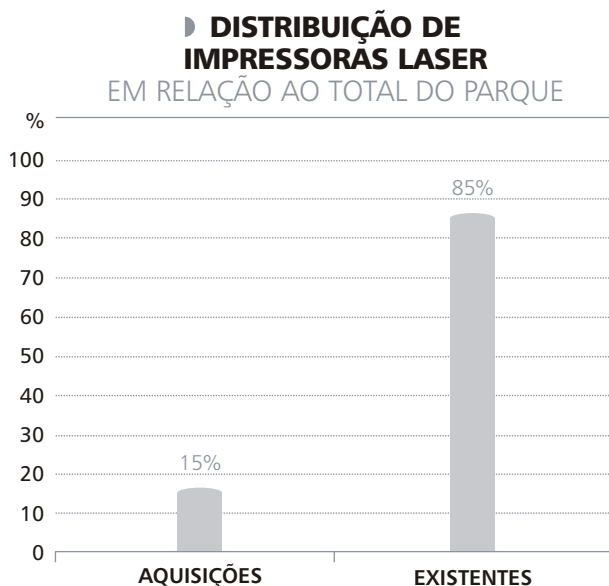
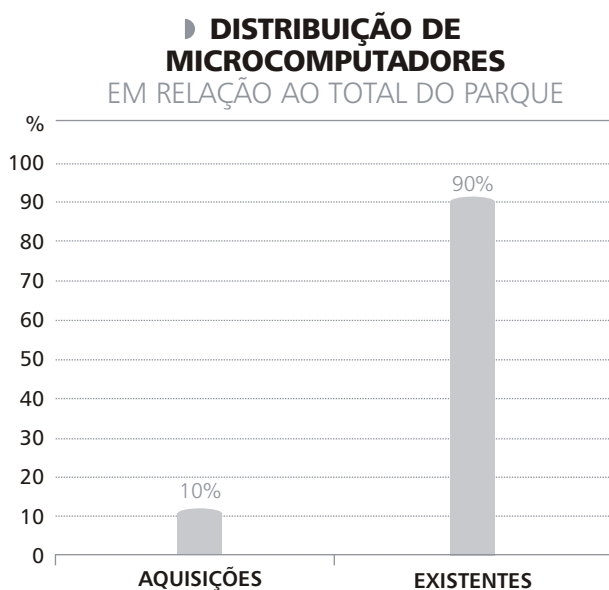
1. AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Seguindo as políticas estabelecidas em conjunto com a Comissão de Gestão da Informática CGInfo e dando continuidade aos projetos previstos no PPA, a Diretoria de Informática promoveu a aquisição de inúmeros equipamentos, buscando o atendimento a curto prazo das demandas existentes e minimizando a obsolescência do parque de informática.

Foram distribuídos 779 microcomputadores, 264 impressoras laser e 329 impressoras multifuncionais, atendendo-se principalmente às comarcas, acompanhando a implantação do SAJ/PG em todo o Estado. Tal medida propiciou condições plenas de funcionamento ao referido sistema e foi respaldada por minucioso levantamento efetuado pelos implantadores do SAJ nas unidades.

As quantidades de microcomputadores e impressoras distribuídas situaram-se nos patamares praticados nos últimos 3 anos, mantendo a diretriz de renovação sistemática de equipamentos. Comparadas com o tamanho do parque de informática em funcionamento no Estado, representaram percentual considerável de aquisições.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA



Além dos equipamentos já mencionados, destaca-se também a aquisição e distribuição de outros itens, tais como:

- **287** leitores ópticos
- **36** terminais de auto-atendimento
- **199** monitores
- **100** nobreaks
- **1.004** estabilizadores
- **27** notebooks.

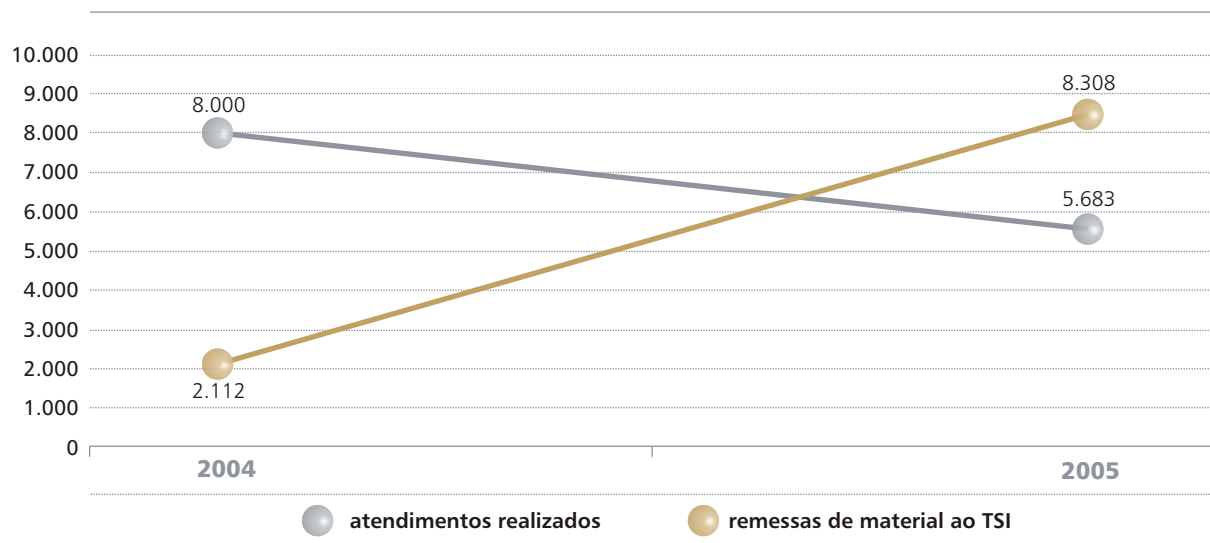
A Diretoria de Informática tem se orientado para o pleno atendimento das necessidades apresentadas pelas unidades que desempenham atividades finalísticas. Nesse sentido foi dado todo o apoio necessário aos projetos prioritários da Presidência, tais como a reforma do Fórum da Capital, a instalação de novas varas e o mutirão de conciliação e da cidadania, realizado simultaneamente em todas as comarcas do Estado em dois momentos distintos.

2. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Os esforços envidados pela Diretoria de Informática no sentido de minimizar os chamados passam pelo treinamento contínuo de técnicos e usuários, atenção à ergonomia na elaboração de sistemas, produção de manuais, entre outros. Verificam-se, pelos números registrados durante o ano e na

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

EVOLUÇÃO NO ATENDIMENTO



comparação com os valores de 2004, os avanços obtidos nessa questão:

2.1. - Foram atendidos **8.308** pedidos de comarcas de peças de reposição e outros itens de informática, representando aproximadamente 30 por dia.

2.2. - Foram efetuados cerca de **5.683** atendimentos, referentes à instalação de computadores, impressoras, softwares e manutenção corretiva de equipamentos.

O investimento contínuo em aparelhamento das unidades descentralizadas, tais como a aquisição de peças de reposição (processadores, memórias, teclados, mouses, fontes, placas de vídeo e de rede, CD-Rom, peças de impressoras etc.) tem proporcionado

economias significativas, da ordem de R\$ 250.000,00, contabilizados somente os custos de manutenção externa e o preço da peça, desconsiderando-se o tempo de máquina parada.

3. REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

Buscando a modernização e ampliação da rede de informática do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática atuou no aparelhamento da infra-estrutura básica, substituindo equipamentos obsoletos no controle do tráfego da rede por switches. Foram alvo de estudos e melhoria das condições de rede as comarcas de Mafra, Rio do Sul, Fórum do Estreito, Curitiba, e

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Papanduva, Santo Amaro da Imperatriz, Juizado da Infância e Juventude.

Já a renovação dos servidores de rede era necessária para suportar, de forma adequada, as novas aplicações que o Poder Judiciário passou a utilizar, bem como para promover a atualização tecnológica daqueles que estão em funcionamento há mais de 7 anos. Assim sendo, foram adquiridos e instalados novos servidores de rede nas seguintes comarcas:

- Araranguá
- Baln. Camboriú
- Biguaçu
- Blumenau
- Brusque
- Caçador
- Campos Novos
- Canoinhas
- Chapecó
- Concórdia
- Criciúma
- Gaspar
- Indaial
- Itajaí
- Itapema
- Jaraguá do Sul
- Joaçaba
- Joinville
- Lages
- Laguna
- Mafra
- Palhoça
- Porto União
- São Bento do Sul
- São Francisco do Sul
- São José
- Timbó
- Tubarão
- Videira
- Xanxerê

Além disso, o Tribunal de Justiça recebeu 5 novos servidores e os 8 melhores equipamentos substituídos foram remanejados para as comarcas de Braço do Norte, Capinzal, Capital - nos Fóruns Distritais

do Continente e Norte da Ilha, Curitibanos, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Sombrio.

Nas comarcas onde ocorreu a substituição do servidor, foi implementado um inovador procedimento de cópia de segurança (backup) automatizada. O serviço é executado sem a intervenção humana, no período da madrugada, proporcionando maior disponibilidade dos sistemas para os usuários das referidas comarcas e para o público externo, sem mencionar o incremento na confiabilidade das cópias.

Apesar dos investimentos em rede já comentados, as unidades judiciárias avançadas ainda não apresentavam performance adequada na utilização do SAJ/PG. Diante disso, a Diretoria de Informática elaborou um projeto e implementou, como piloto, uma solução de "Serviços de Terminal de Acesso Remoto", proporcionando uma melhoria na utilização do sistema em questão em localidades onde o acesso ao banco de dados é realizado por intermédio de linhas de comunicação de dados. A referida solução foi então licitada e encontra-se em fase de implantação em todas as unidades que se encontram na situação supracitada.

Outro ponto de estrangulamento era o canal de acesso a Internet, cujo link contratado em 2003 possuía a capacidade de 4 Mbps. Adequado à época, já não atendia de forma

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

eficiente às necessidades de navegação dos usuários internos, proporcionando demasiada demora nos acessos. Verificou-se, então, a capacidade exigida pela atual quantidade de funcionários, ampliando-se o link para 10 Mbps.

Na esteira da evolução, os serviços de correio eletrônico (e-mail) também sofreram atualização tecnológica, com servidores mais modernos e potentes e softwares de gerenciamento adequados. Tais medidas, aliadas à implantação de um software de antispam, proporcionaram maior agilidade e segurança às comunicações administrativas efetuadas por e-mail.

A evolução da infra-estrutura computacional disponível exige, porém, investimentos simultâneos em segurança da informação. Diante deste cenário, a Diretoria de Informática adquiriu um servidor de armazenamento de dados, garantindo maior robustez e agilidade no armazenamento de informações e flexibilidade na manutenção do servidor, visto que permite a realização de reparos com a máquina em funcionamento.

Destaca-se, também, a aquisição e instalação de versão atualizada do software Firewall, aumentando a segurança contra invasões e ataques, bem como viabilizando o acesso externo a rede do Poder Judiciário de Santa Catarina de maneira segura, por intermédio de uma VPN. Dessa forma, o

magistrado, devidamente equipado com modem ADSL para conexão à rede do Poder Judiciário, poderá, por exemplo, acessar o banco de dados do SAJ da comarca a partir de sua residência.

INVESTIMENTO EM PESSOAL

Novamente o ponto alto da capacitação dos técnicos de informática distribuídos pelo Estado foi o Encontro Estadual de TSI. Na sua 5ª edição, o evento foi organizado e executado pela Diretoria de Informática e caracterizou-se pelo conteúdo técnico e motivacional. O encontro foi realizado no período de 24 a 27 de outubro, na Comarca de Itá, e contou com a presença de mais de 90% dos técnicos do quadro, os quais puderam trocar experiências e conhecimentos e, conseqüentemente, desenvolver-se profissionalmente.

Outro ponto que merece destaque foi o treinamento dos TSI de todas as comarcas para manutenção das impressoras recém-adquiridas em processo licitatório. A estratégia adotada, com a multiplicação de conhecimentos adquiridos em curso centralizado no Tribunal de Justiça por intermédio das comarcas-pólo, agilizou o treinamento e incrementou o nível de interação dos técnicos.

■ DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

■ ARI DORVALINO SCHÜRHAUS

Diretor



DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

TELEFONIA FIXA

Com o objetivo de implantar o sistema de tarifação centralizada, estão sendo instaladas nos fóruns estaduais centrais telefônicas digitais.

Com a migração para a tecnologia digital, tornou-se possível a utilização do tráfego de voz e dados sobre uma mesma linha de comunicação, contribuindo para a redução de despesa com telefonia.

Neste ano o serviço foi implantado nas comarcas de Balneário Camboriú, Brusque, Criciúma, Fraiburgo, Itajaí, Joinville, Lages, São Miguel do Oeste e Tubarão.

TELEFONIA MÓVEL

O Tribunal de Justiça firmou contratos com as empresas de telefonia móvel Brasil Telecom, Global Telecom S.A e Tim Sul S.A, num total de 204 linhas telefônicas, com o objetivo de propiciar o uso, a serviço, da telefonia móvel, a um custo reduzido.

O serviço de telefonia móvel está disponível aos Desembargadores, Juízes de Direito de Segundo Grau, Diretores do Tribunal de Justiça e Juízes e Servidores de plantão nas comarcas.

Apenas as comarcas onde não há telefonia móvel não dispõem desse serviço.

DESPESA COM TELEFONIA FIXA E MÓVEL EM 2005 (R\$)

MÊS	TELEFONIA FIXA		TELEFONIA MÓVEL
	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	FÓRUNS	
JAN	23.960,52	93.000,60	12.851,20
FEV	31.820,79	120.704,09	8.180,43
MAR	33.969,05	127.900,27	5.801,27
ABR	33.498,90	133.938,50	1.642,02
MAI	37.273,81	140.110,05	2.047,99
JUN	36.063,55	137.903,28	671,01
JUL	35.264,18	143.278,69	619,87
AGO	35.536,05	155.345,41	604,21
SET	34.222,40	142.531,70	9.969,16
OUT	37.628,92	155.857,38	9.488,05
NOV	25.723,06	120.122,74	8.983,00
DEZ	(*)	(*)	(*)
TOTAL	364.961,23	1.470.692,71	60.858,21

(*) Não computados os dados do mês de dezembro.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

CORREIO

Neste ano, foi renovado o contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para a continuidade da prestação do serviço. Abaixo, em reais, o demonstrativo de despesa com correio.

► DESPESA COM CORREIO EM 2005 (R\$)

MÊS	SEDEX E TELEGRAMAS	MALOTE	FAC	TOTAL
JAN	40.125,16	21.854,73	160.955,83	222.935,72
FEV	64.305,91	29.936,22	210.174,87	304.417,00
MAR	86.700,80	36.270,55	271.228,09	394.199,44
ABR	73.358,29	37.065,36	284.897,74	395.321,39
MAI	46.760,42	36.596,75	419.334,84	502.692,01
JUN	45.722,23	40.151,81	283.350,78	369.224,82
JUL	54.610,01	34.559,54	321.021,39	410.190,94
AGO	15.757,56	45.557,60	333.170,44	394.485,60
SET	13.627,42	23.958,79	357.937,60	395.523,81
OUT	20.564,70	35.634,54	350.643,98	406.843,22
NOV	15.157,45	44.606,46	290.864,74	350.628,65
DEZ	(*)	(*)	(*)	(*)
TOTAL	476.689,95	386.192,35	3.283.580,30	4.146.462,60

(*) Não computados os dados do mês de dezembro.

ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

Ao lado, o demonstrativo das despesas com energia elétrica, água e esgoto. Os valores abrangem os prédios do Tribunal de Justiça, fóruns estaduais, gráfica, almoxarifado e arquivo central.

► DESPESA COM ÁGUA E LUZ (R\$)

MÊS	ENERGIA ELÉTRICA	ÁGUA
JAN	363.075,87	29.600,08
FEV	312.740,20	42.098,78
MAR	369.598,77	43.733,94
ABR	338.589,09	38.790,92
MAI	283.316,89	40.769,10
JUN	254.167,58	39.164,44
JUL	239.828,51	39.268,00
AGO	277.896,02	34.133,58
SET	286.313,92	46.499,86
OUT	323.713,29	41.536,90
NOV	337.315,64	36.930,18
DEZ	(*)	(*)
TOTAL	3.386.555,78	432.525,78

(*) Não computados os dados do mês de dezembro.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

VEÍCULOS OFICIAIS - Seguindo a política de renovação da frota de veículos oficiais, sustentada em padrões de segurança e economicidade, neste ano foram adquiridos sete veículos de representação e retirados da frota os seguintes veículos:

- Fiat Marea (1998), acidentado
- Dois VW Gol (1992)
- Um VW Kombi (1992)
- Dois GM Marajó (1988)
- Um Fiat Prêmio (1992)
- Dois GM Opala (1985 e 1991)
- Um Ford Escort (1994)
- Um VW Brasília (1974)

DESPESA COM VEÍCULOS OFICIAIS EM 2005 (R\$)

MÊS	COMBUSTÍVEL	MANUTENÇÃO	TOTAL
JAN	14.178,80	19.377,12	33.555,92
FEV	23.538,99	13.551,26	37.090,25
MAR	30.791,55	11.259,90	42.051,45
ABR	33.861,68	12.643,24	46.504,92
MAI	35.275,30	14.408,21	49.683,51
JUN	36.081,40	21.115,11	57.196,51
JUL	31.617,61	15.638,63	47.256,24
AGO	39.422,09	21.999,47	61.421,56
SET	39.625,27	18.997,65	58.622,92
OUT	36.250,27	12.249,37	48.499,64
NOV	39.441,06	13.611,41	53.052,47
DEZ	(*)	(*)	(*)
TOTAL	360.084,02	174.851,37	534.935,39

(*) Não computados os dados do mês de dezembro.

SEGURO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Visando à garantia patrimonial, foi contratado seguro para os veículos do Tribunal de Justiça, o que também proporciona mais tranquilidade para os motoristas e passageiros.

Considerando a relação custo/benefício, estão cobertos com seguro total os veículos de carga, de transporte coletivo e os fabricados a partir de 2000. Os demais estão segurados contra terceiro.

FOTOCOPIADORAS

Foram adquiridas doze máquinas fotocopadoras com a finalidade de ampliar o atendimento do serviço, especialmente nas comarcas em que foram instaladas novas varas.

No Tribunal de Justiça foram instaladas, no setor de fotocópias, uma máquina fotocopadora e uma guilhotina, ambas de grande porte, melhorando o atendimento da demanda e a qualidade do trabalho.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

D FOTOCÓPIAS EXPEDIDAS NO TJ

MÊS	QUANTIDADE
JAN	150.277
FEV	199.346
MAR	325.786
ABR	298.017
MAI	274.166
JUN	315.835
JUL	252.260
AGO	178.012
SET	228.818
OUT	222.747
NOV	208.788
DEZ	(*)
TOTAL	2.654.052

(*) Não computados os dados do mês de dezembro.

SERVIÇO GRÁFICO

Na Gráfica do Tribunal de Justiça são impressos capas de processos, fôlderes, boletins, informativos, convites, livretos, cartazes, crachás, relatórios, livros, envelopes, etiquetas.

Em 30 de março deste ano, foi baixada a Resolução n. 08/2005-GP com o objetivo de disciplinar o serviço gráfico, especialmente no que se refere aos procedimentos quanto à forma de solicitação, à natureza do serviço e ao prazo de entrega. A cada ano aumenta a necessidade de serviço gráfico, especialmente em razão do crescimento da demanda judicial e da instalação de novas unidades judiciárias.

Neste ano, a produção do setor foi de:

7.313.782 impressões

5.470.034 em equipamentos digitais e

1.843.748 em equipamentos off-set.

Para o aprimoramento tecnológico e a ampliação do parque gráfico, foram adquiridos, neste ano, os seguintes equipamentos gráficos:

- a) dois computadores macintosh;
- b) uma empilhadeira elétrica;
- c) uma impressora laser colorida konica 8050;
- d) uma máquina automática lavadora dos rolos de impressão off-set;
- e) uma máquina de colocação de ilhós
- f) uma serrilhadeira automática;
- g) uma empacotadora a vácuo;
- h) uma processadora automática de chapa para off-set;
- i) uma máquina impressora serigráfica, com laboratório.

A estrutura física foi melhorada, com a instalação de porta pallets, armários, balcões e mesas, o que favoreceu o fluxo de trabalho o armazenamento de material.

◀ **DIRETORIA DE SAÚDE** ▶

◀ **EDUARDO DUTRA DA SILVA** ▶
Diretor



DIRETORIA DE SAÚDE

O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2005 (janeiro a novembro).

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2005

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2005, por meio do Pregão nº 027/2005, a empresa vencedora foi o Laboratório Aventis Pasteur, a qual aplicou 3.292 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

1.2. Campanhas de Saúde

1.2.1. Estresse

A Campanha de Prevenção ao “Estresse” aconteceu no segundo semestre de 2005, com a apresentação da psicóloga Dra. Marilda Marcondes de Mattos, na Comarca de São João Batista, às 14 horas, para um público de 15 pessoas.

2. ATENDIMENTOS MÉDICOS

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dr. José Alfredo Mussi	644
Dr. José Carlos Nascimento	765
Dra. Leisa Maria Leal	851
Dr. Luiz Alberto Neves May	669
Dr. Renato Grillo Flach	1.037
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	831
TOTAL	4.797

2.1. Seção Psicossocial-ambulatorial

A seção Psicossocial-ambulatorial, por meio da psicóloga Dra. Marilda Marcondes de Mattos, prestou atendimento psicológico a 326 servidores.

- ▶ *Avaliação Psicológica dos Juízes Vitaliciandos*
- ▶ *Avaliação Psicológica dos Candidatos à Magistratura*
- ▶ *Avaliação Psicológica dos Novos Servidores;*
- ▶ *Avaliação Psicológica de servidores por solitação da Junta Médica*
- ▶ *Atendimentos psicoterápicos de servidores e cônjuges*
- ▶ *Acompanhamento Psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde encaminhados pela Junta Médica*
- ▶ *Palestra sobre Administração do Estresse na Comarca de São João Batista*

DIRETORIA DE SAÚDE

2.2 Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2005, desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicérides, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

1	EMERGÊNCIAS	
1.1	Atendidas pela enfermagem	225
1.2	Encaminhadas ao médico	162
2	EXAMES REALIZADOS	
2.1	Eletrocardiograma (ECG)	565
3	CUIDADOS REALIZADOS	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	15
3.2	Nebulização	203
3.3	Verificação de pressão arterial (P.A.)	3.114
3.4	Curativo	648
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	64
3.6	Imobilização	61
4	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
4.1	Endovenoso (EV)	89
4.2	Intramuscular (IM)	208
4.3	Subcutâneo (SC)	9
4.4	Via Oral (VO) administrados no local	
4.4.1	– doses	313
4.4.2	– comprimidos	2.393
4.4.3	– controlados (Lexotan 6mg)	113
5	MEDICAMENTOS FORNECIDOS	
5.1	Sob prescrição e autorização	2.313
5.2	Frascos	15
5.3	Comprimidos	4.930

2.3 Seção de Medicina do Trabalho

Acidentes de trabalho comunicados	6
Ambientes avaliados	3
Despachos (ofícios, processos, pareceres etc.)	5
Ofícios expedidos	2
Pacientes atendidos (medicina do trabalho)	89

Campanha do Dia Nacional de Controle do Colesterol no TJSC

No dia 8 de agosto de 2005, data em que se comemora o dia nacional de controle do colesterol, foi realizada pela Diretoria de Saúde e Seção de Enfermagem deste Tribunal, em parceria com Laboratórios Pfizer Ltda., uma campanha de prevenção a fim de evitar doenças cardíacas e cérebro-vasculares. Foram realizados 245 testes de colesterol em servidores e terceirizados na faixa etária superior a 30 anos, sendo que o número de homens foi de 124, o que corresponde a 50,61% do público atendido, e 121 mulheres, equivalentes a 49,39%.

Para efeito do levantamento, foram consideradas sem risco as pessoas com colesterol abaixo de 200mg/dl, perfazendo um total de 197 (80,41%) dos exames realizados; desse número tivemos 99 homens (50,25%) e 98 mulheres (49,75%).

Já as pessoas com o índice limítrofe, ou seja, maior que 200mg/dl, chegam a um total de 24 (9,7%) dos atendimentos, subdividindo-se em 7

DIRETORIA DE SAÚDE

homens (2,8%) e 17 mulheres (6,9%).

O dado mais importante que, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia, diz respeito aos resultados de colesterol acima de 240mg/dl, que é o limite efetivo de risco para o infarto, chegou a um total de 24 pessoas (9,7%) dos exames realizados, sendo que deste total 18 homens (7,3%) e 6 mulheres (2,4%).

A todas as pessoas que obtiveram um resultado no teste acima de 200 mg/dl foi feita a recomendação da mudança de hábitos alimentares, abandono do sedentarismo e orientação para agendamento de uma consulta médica, e aos demais foram feitas divulgações quanto aos fatores de risco e de como eliminá-los.

2.4 SEÇÃO DE FARMÁCIA

Produtos adquiridos pela Farmácia do Poder Judiciário



DIRETORIA DE SAÚDE

3. ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

DENTISTAS	Nº DE CONSULTAS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia	402
Dr. Eduardo Dutra da Silva	375
Dra. Mabel Larroyd Valente	74
Dra. Maria Eugênia Bonassis Burg	1.169
Dr. Reginaldo Reitz	1.264
Dr. Lauro Egídio Bragaglia	658
TOTAL	3.942

3.1 Seção de Prótese

Fundição de estrutura metal-cerâmica	84
Prótese sobre implante	17
Confecção de provisórios (elementos)	402
Confecção de modelos	290
Placa de registro	15
Aplicação em cerâmica (elementos)	160
Moldeira individual	22
Placa de clareamento	38
Confecção de tróqueis	41
Placa de proteção noturna	18
Confecção de In-Ceram	15
Confecção Targis-Vectris	10
Confecção de núcleos	20
Ponte parcial removível (PPR)	15
Prótese total	3
TOTAL GERAL	1.150

◀ DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS ▶

◀ AFONSO HOELTGEBAUM FILHO ▶

Diretor



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

1. PRINCIPAIS PROJETOS

1.1 Banco de Talentos

O projeto foi iniciado em 2001 com a criação de um sistema para cadastramento das informações relevantes de cada servidor. Durante o ano de 2002, em razão da falta de analistas, o trabalho evoluiu lentamente. Foi realizada revisão do sistema e correção de alguns problemas que estavam ocorrendo. Em 2003, foram realizados testes para que o sistema pudesse ser liberado aos servidores para preencher os dados cadastrais. Em 2004, foram definidos quais os dados que deveriam ser disponibilizados em relatórios e, em 2005, o sistema foi colocado em prática.

1.2 Implantação do Programa de Melhoria do Clima Organizacional

Em 2004, o Projeto ficou sob a responsabilidade da DRH. Foram revistos alguns conceitos e o projeto teve início no dia 21 de junho, com a aplicação da pesquisa de melhoria do clima organizacional na Diretoria de Orçamento e Finanças (projeto piloto), com a participação efetiva de 19 servidores, em duas etapas:

PRIMEIRA ETAPA:

21 de junho de 2004

SEGUNDA ETAPA:

26 de junho de 2004

O relatório com o resultado e as propostas de projetos de melhoria sugeridas foram entregues ao Diretor-Geral Administrativo para análise. A divulgação dos projetos que serão aplicados, com a finalidade de melhorar os itens apontados como insatisfatórios e críticos na Diretoria de Orçamento e Finanças, será feita na aplicação da pesquisa nas demais Diretorias.

Após, a pesquisa foi realizada nas Diretorias de Engenharia e Arquitetura, Documentação e Informações, Informática, Infra-Estrutura, Judiciária, Material e Patrimônio, Recursos Humanos e Saúde, com a participação de 287 servidores, divididos em duas etapas:

PRIMEIRA ETAPA:

de 2 a 4 de agosto de 2004;

SEGUNDA ETAPA:

de 23 a 27 de agosto de 2004.

O relatório com os resultados e as propostas dos projetos de melhoria sugeridas foram entregues aos Diretores-Gerais Administrativo e Judiciário para análise. A divulgação dos projetos, com a finalidade de melhorar os itens apontados como insatisfatórios e críticos, foi em julho de 2005, conforme processo administrativo n. 226613-2005.0.

2. BOLSA DE ESTUDOS

Poder Judiciário catarinense concede bolsas de estudos, equivalentes a 70% do valor da mensalidade, para cursos de graduação, pós-graduação e para a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina.

GRADUAÇÃO

(Res. nº 19/02-GP e 45/02-GP)

São gerenciadas 345 bolsas, sendo:

Justiça de Primeiro Grau: 280

Justiça de Segundo Grau: 65

ESMESC

(Resolução nº 41/02-GP)

São gerenciadas 35 bolsas, sendo:

Justiça de Primeiro Grau: 30

Justiça de Segundo Grau: 5

PÓS-GRADUAÇÃO

(Resolução nº 02/04-GP)

Em 2005, foram concedidas 56 bolsas para servidores e 5 para magistrados.

3. PRINCIPAIS ATIVIDADES

3.1 Movimentação funcional

3.1.1 Provimento de vagas por Edital de Remoção.

Foram abertos 87 editais de remoção. Cargos e quantidade de vagas oferecidas à remoção aos servidores da justiça de primeiro grau:

► VAGAS POR EDITAIS DE REMOÇÃO

CARGOS	VAGAS
Escrivão Judicial	37
Técnico Judiciário Auxiliar	22
Oficial de Justiça	13
Comissário da Infância e da Juventude	8
Agente de Portaria e Comunicação	4
Agente de Serviços Gerais	3
TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS	87

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

3.1.2 - Provimento de vagas por concurso público

Cargos e quantidade de vagas oferecidas aos candidatos aprovados em concurso público:

▶ VAGAS POR CONCURSO PÚBLICO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CARGOS	VAGAS
Agente Administrativo Auxiliar	7
Agente Operacional de Serviços Diversos	21
Analista de Sistemas	1
Técnico Judiciário Auxiliar	31
TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS	60

▶ VAGAS POR CONCURSO PÚBLICO
JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

CARGOS	VAGAS
Agente de Portaria e Comunicação	6
Assistente Social	2
Comissário da Infância e da Juventude	4
Oficial de Justiça	17
Técnico Judiciário Auxiliar	232
TOTAL DE VAGAS OFERECIDAS	261

4. PROGRAMA DE BOLSA DE TRABALHO

São gerenciadas 360 vagas de Bolsistas, distribuídas da seguinte forma:

Justiça de Primeiro Grau: 289

Justiça de Segundo Grau: 71

5. PROGRAMA DE ESTÁGIO REMUNERADO

São gerenciadas 758 vagas de estagiários.

Justiça de Primeiro Grau: 658

Justiça de Segundo Grau: 110

6. ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO CATARINENSE

Nos meses de agosto, outubro e novembro de 2005 foram realizados 3 Encontros de Novos Servidores do Poder Judiciário. Participaram do evento 110 novos servidores: 43 no primeiro, 33 no segundo e 34 no terceiro. No grupo foram incluídos os ocupantes dos cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, Agente Administrativo Auxiliar e Agente Operacional de Serviços Diversos, além de novos servidores de diferentes cargos e comarcas.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**7. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL
SUPERIOR**

Foram concedidas 224 gratificações de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 90/93, o que representa, atualmente, um percentual de aproximadamente 86% (oitenta e seis por cento) dos servidores com curso superior concluído nos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário de Santa Catarina.

8. FOLHA DE PAGAMENTO**▶ MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2005**

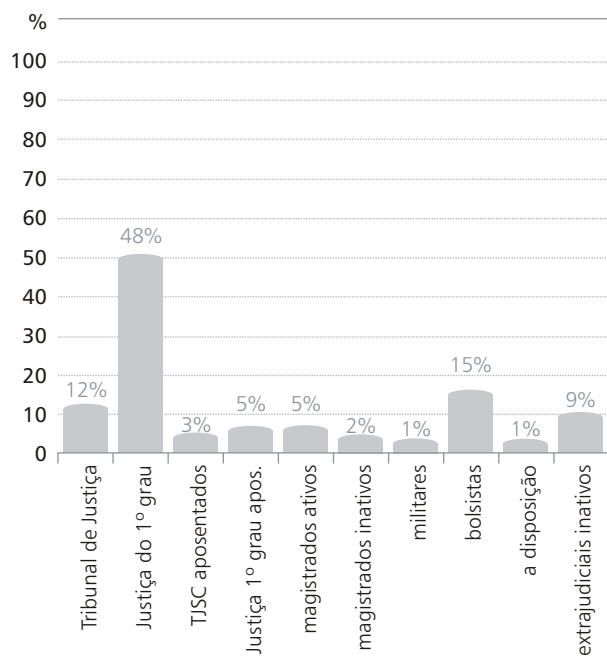
VÍNCULO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tribunal de Justiça	798	794	805	806	807	812	805	810	808	810	831	-
Justiça do 1º Grau	3.264	3.268	3.267	3.259	3.273	3.281	3.301	3.331	3.366	3.376	3.372	-
TJSC aposentados	177	178	178	179	180	180	180	180	180	181	180	-
Just. 1º Grau Apos.	343	343	343	350	351	349	350	354	353	355	354	-
Magistrados ativos	359	358	358	358	358	357	385	384	385	384	384	-
Magistrados inativos	150	151	151	151	151	152	152	152	152	152	152	-
Militares	98	97	95	98	100	101	100	97	97	95	96	-
Bolsistas	1.042	1.043	1.044	1.011	1.098	1.116	1.103	1.083	1.101	1.133	1.144	-
A disposição	82	79	76	76	73	72	72	72	73	72	72	-
Extrajudiciais inativos	579	578	577	577	579	578	576	573	571	571	570	-
TOTAIS	6.892	6.889	6.894	6.865	6.970	6.998	7.024	7.036	7.086	7.129	7.155	-

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

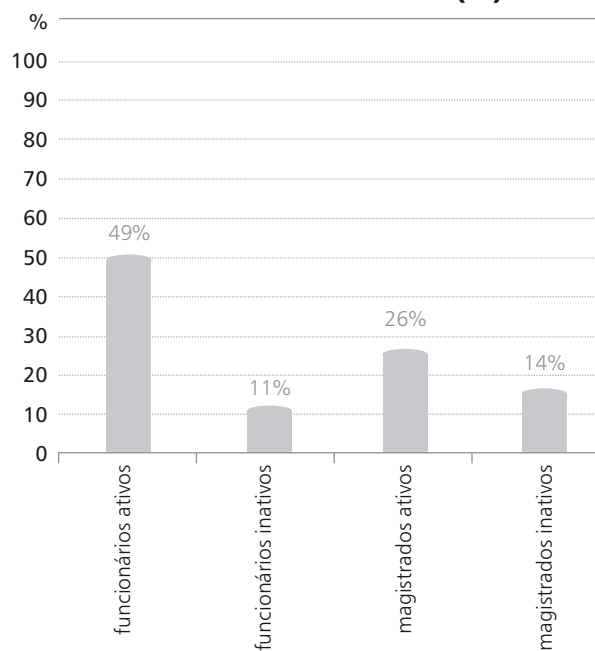
► GASTOS COM PESSOAL PJSC/2005 - EVOLUÇÃO (INCLUSIVE EXTRAJUDICIAIS) (FOLHAS NORMAIS E 13º SALÁRIO)

PERÍODO	FUNC. ATIVOS	FUNC. INATIVOS	MAG. ATIVOS	MAG. INATIVOS	TOTAIS
JAN	12.880.917,50	3.011.914,76	6.822.806,02	3.596.919,98	26.312.558,26
FEV	12.491.162,05	2.995.730,51	6.627.011,28	3.638.545,00	25.752.448,84
MAR	12.243.116,36	2.997.764,78	6.614.557,39	3.569.382,82	25.424.821,35
ABR	12.301.442,87	3.009.241,28	6.638.432,51	3.583.637,27	25.532.753,93
MAI	12.294.085,64	3.019.228,52	6.680.921,23	3.584.798,69	25.579.034,08
JUN	12.440.669,45	3.007.979,37	6.996.721,91	3.619.128,97	26.064.499,70
JUL	13.111.803,42	3.002.756,00	7.239.110,86	3.623.994,06	26.977.664,34
AGO	13.283.361,50	3.083.847,44	7.047.495,40	3.639.195,65	27.053.899,99
SET	13.359.772,65	3.072.362,68	7.045.036,27	3.735.847,71	27.213.019,31
OUT	13.384.493,32	3.091.305,73	7.143.671,27	3.645.946,43	27.265.416,75
NOV	13.726.898,14	3.085.284,35	6.998.418,14	3.666.541,59	27.477.142,22
DEZ	-	-	-	-	-
13º	8.904.480,97	2.707.415,26	5.159.493,42	2.671.242,31	19.442.631,96
TOTAIS	150.422.203,87	36.084.830,68	81.013.675,70	42.575.180,48	310.095.890,73

► MATRICULAS POR VÍNCULO



► GASTOS POR TIPO (%)



▶ GASTOS POR ELEMENTO DE DESPESA - INCLUSIVE EXTRAJUDICIAIS INATIVOS
(FOLHAS NORMAIS E 13º SALÁRIO)

PERÍODO	APOSENTA- DORIAS E REFORMAS	SALÁRIO- FAMÍLIA	VVF	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AUXÍLIO- CRECHE
JAN	5.877.245,00	3.375,00	14.820.710,00	553.812,00	1.861.318,26	89.439,00
FEV	5.896.031,00	3.374,73	14.512.589,00	354.334,00	1.811.113,11	88.304,00
MAR	5.919.776,00	3.078,00	14.173.275,00	449.401,00	1.675.432,35	90.426,00
ABR	5.996.252,93	3.035,00	14.265.030,00	464.105,00	1.618.802,00	89.329,00
MAI	5.946.277,00	1.410,00	14.345.853,00	457.318,00	1.590.115,08	88.110,00
JUN	5.966.675,00	3.587,00	14.804.163,00	475.235,00	1.560.520,70	88.254,00
JUL	6.071.436,34	3.502,00	14.878.417,00	864.330,00	1.577.106,00	87.459,00
AGO	6.040.179,00	3.459,00	15.359.985,00	687.638,00	1.622.816,00	87.091,00
SET	6.029.936,00	3.439,00	15.483.792,00	638.900,00	1.665.317,00	88.257,00
OUT	6.062.988,00	3.439,00	15.450.777,00	673.814,00	1.534.708,00	86.885,00
NOV	6.062.501,00	3.354,07	15.749.510,00	664.897,00	1.526.363,00	85.601,00
DEZ						
13º	5.378.657,57		14.063.974,39			
TOTAIS	71.247.954,84	35.052,80	177.908.075,39	6.283.784,00	18.043.611,50	969.155,00

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

▶ GASTOS POR ELEMENTO DE DESPESA - INCLUSIVE EXTRAJUDICIAIS INATIVOS - (CONT.)
 (FOLHAS NORMAIS E 13º SALÁRIO)

DIÁRIAS	ESTAGIÁRIOS/ BOLSISTAS	SELEÇÃO E TREINAMENTO	OUTROS SERV. TERCEIROS PESSOA FÍSICA	AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	TOTAIS
10.044,00	348.017,00	0,00	28.390,00	2.604.874,00	115.334,00	26.312.558,26
9.072,00	342.057,00	182,00	10.533,00	2.597.550,00	127.309,00	25.752.448,84
10.044,00	348.941,00	0,00	1.012,00	2.612.779,00	140.657,00	25.424.821,35
0,00	345.577,00	0,00	94.707,00	2.609.451,00	46.465,00	25.532.753,93
0,00	382.936,00	137,00	0,00	2.616.497,00	150.381,00	25.579.034,08
0,00	369.907,00	0,00	0,00	2.629.197,00	166.961,00	26.064.499,70
0,00	359.073,00	0,00	220.397,00	2.635.099,00	280.845,00	26.977.664,34
0,00	356.892,00	0,00	5.554,00	2.669.416,00	220.869,99	27.053.899,99
0,00	367.912,00	0,00	95.723,00	2.679.557,00	160.186,31	27.213.019,31
0,00	369.115,00	0,00	67.679,00	2.687.892,00	328.119,75	27.265.416,75
0,00	358.167,00	0,00	187.971,00	2.694.781,00	143.997,15	27.477.142,22
						0,00
						19.442.631,96
29.160,00	3.948.594,00	319,00	711.966,00	29.037.093,00	1.881.125,20	310.095.890,73

◀ DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO ▶

◀ LUÍS MICHELS ▶

Diretor



DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DA DIREÇÃO

D Secretaria

DADOS ESTATÍSTICOS

Ofícios expedidos	123
Comunicações internas	138
Circulares	15
Informações	9
Processos cadastrados - entrada na Diretoria	853
Fluxo de malote – Divisões de Almoxarifado e Patrimônio	221

D Assessoria Técnica

Dados estatísticos:

Informações	31
Pareceres Técnicos e Jurídicos	655
Análise de editais	250
Análise de minutas de contratos	600
Análise de minutas de convênios	60
Aprovação de minutas de convênios, contratos e aditivos	525

2. DIVISÃO DE COMPRAS

DADOS ESTATÍSTICOS

D Aquisição direta (art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)

Número de requisições	8.551
Valor gasto	R\$ 2.465.107,47

D Processos licitatórios (quantidade)

Concessão de uso	1
Concorrências	5
Convites	24
Dispensa de Licitação	21
Inexigibilidade de Licitação	12
Leilão	1
Pregões	66
Tomadas de preço	7
Modalidades ainda não definidas	10

D Condições dos Processos licitatórios

Licitações ainda não concluídas	82
Licitações com êxito	146
Licitações revogadas	5
Licitações desertas	4
Licitações anuladas	7
Licitações fracassadas	7

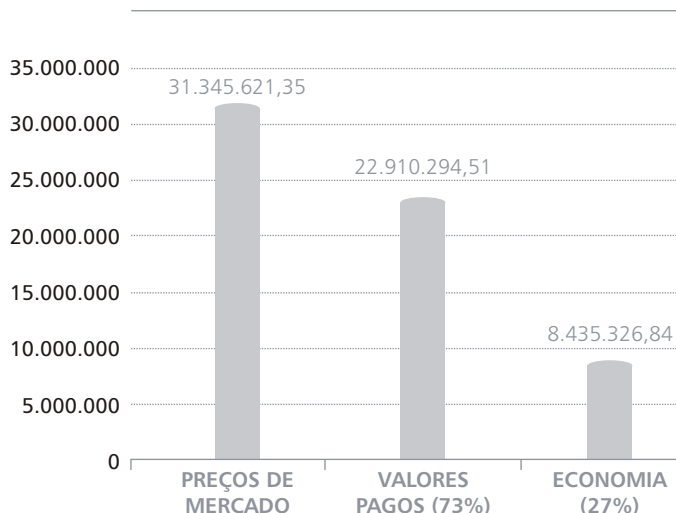
D Processos licitatórios
com conclusão prevista até 19/12/2005 (*)

Dispensa de licitação	7
Inexigibilidade de licitação	5
Pregões	26
Tomada de preços	4

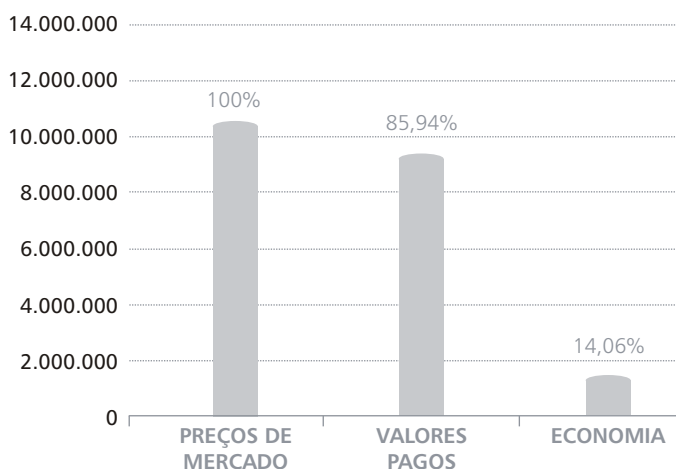
Observação: das 82 licitações ainda não concluídas, previstas no item Licitações ainda não concluídas, temos previsão para fechamento de 42

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

► LICITAÇÕES CONCLUÍDAS (R\$)



► LICITAÇÕES - CONCLUSÃO ATÉ 19/12/05



DADOS FINANCEIROS (R\$)

► Processos licitatórios concluídos

Preços de mercado	
(reserva orçamentária)	31.345.621,35
Valores pagos	22.910.294,51
ECONOMIA	8.435.326,84

► Processos licitatórios com conclusão prevista até 19/12/2005

Preços de mercado	
(reserva orçamentária)	10.154.834,00
Valores pagos	8.727.533,45
ECONOMIA	1.427.300,55

3. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

DADOS ESTATÍSTICOS

Movimentação processos – entradas	4.593
Movimentação processos – saída	4.142
Ofícios expedidos	623
Comunicações Internas expedidas	86
Documentos recebidos	200
Informações de pagamentos, encaminhamentos, despachos, etc.	1.120
Emissão guia ISQN	437
Minutas elaboradas	171
Contratos celebrados	171
Termos aditivos elaborados	104
Convênios celebrados	54

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DADOS FINANCEIROS (R\$)

(custos dos contratos)

► **Prestação de serviços**

Consultoria – informática	84.632,66
Serviços diversos na área de Informática	1.695.374,89
Plano de saúde	7.999,00
Produção e veiculação de programa de televisão	225.000,00
Confecção de selos	454.170,00
Monitoramento eletrônico (segurança)	7.903,06
Coleta de lixo	2.675,00
Locação de mão-de-obra	11.511.729,51
Correspondência (ECT)	4.100.000,00
Transportes de mercadorias	413.686,16
Serviços gerais	48.448,00
Administração da Conta Única (Besc)	757.877,98
TOTAL	19.309.496,26

► **Aquisições (materiais permanentes)**

Mobiliário	4.446.513,03
Equipamentos	3.739.353,76
Veículos	752.642,00
Informática - hardware	5.570.909,15
Informática - software	525.198,30
TOTAL	15.034.616,24

► **Aquisições (materiais consumo)**

Combustíveis	360.000,00
Gêneros alimentícios	697.394,04
Materiais de consumo	1.116.289,56
Materiais de expediente	63.112,00
Artigos de escritório	173.171,76
TOTAL	2.409.967,36

► **Telefonia**

Telefonia fixa (Brasiltelecom)	4.520.053,33
Telefonia fixa (Embratel)	30.000,00
Telefonia móvel	47.000,00
TOTAL	4.597.053,33

► **Manutenção**

Manut. em informática	938.347,18
Manutenção diversas	77.080,00
Manut. de equipamentos	1.220.029,74
Manutenção predial	167.773,93
TOTAL	2.403.230,85

► **Imóveis**

Aquisição de imóvel	5.820.000,00
Locação de imóveis	1.515.536,74
Reforma dos prédios	17.890.589,28
TOTAL	25.654.126,02

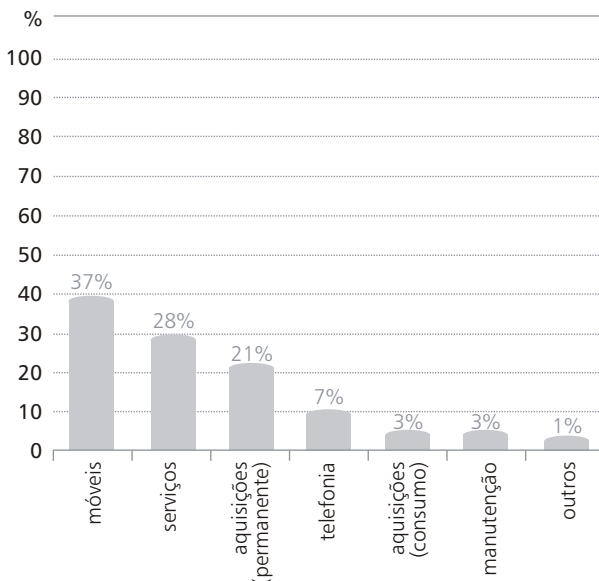
► **Outros**

Passagens aéreas	197.000,00
Encadernação	176.752,00
Publicações	38.100,00
Revista Jurisprudência	153.000,00
TOTAL	564.852,00

► **TOTAL GASTOS COM**

CONTRATOS (2005)	69.973.342,06
-------------------------	----------------------

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

▶ **CONTRATOS - EXERCÍCIO 2005****4. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO**▶ **DADOS ESTATÍSTICOS**▶ **Requisições**

Requisição de mat. processadas	16.460
Requisições de compra	190

▶ **Inclusões no estoque**

Por compra	4.326
Formulários gráfica (beneficiamento de resmas planas)	389

▶ **Movimentação de materiais**

Itens de materiais movimentados	81.418
Remessas para as Comarcas	2.518
Volume transportado para as Comarcas (m ³)	32.014
Peso materiais transportados (Kg)	489.682

▶ **DADOS FINANCEIROS (R\$)**▶ **Valor dos materiais movimentados**

Materiais de consumo	7.670.162,87
Materiais permanentes	10.889.454,85
TOTAL	18.559.617,72

▶ **Valor dos materiais estocados**

Materiais de consumo	2.588.613,10
Materiais permanentes	1.833.030,43
TOTAL	4.421.643,53

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

5. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

► Incorporações de bens móveis

Veículos	16
Máquinas, motores e aparelhos	4.821
Materiais bibliográficos	16.080
Equipamentos e instalações	96
Utensílios	1.058
Mobiliários	4.941
TOTAL	27.008

► Incorporações de bens imóveis

Terrenos	5
Edifícios	1
TOTAL	6

► Bens móveis transferidos

Veículos	9
Máquinas, motores e aparelhos	2.684
Materiais bibliográficos	1
Equipamentos e instalações	21
Utensílios	225
Mobiliário em geral	1.759
TOTAL	4.699

► Bens móveis consertados

Equipamentos diversos e mobiliário em geral (*)	394
TOTAL	394

* Os bens computados são aqueles entregues diretamente na Divisão de Patrimônio. Não estão considerados bens em garantia.

► Bens móveis baixados

Veículos	2
Máquinas, motores e aparelhos	1.140
Materiais bibliográficos	443
Equipamentos diversos	8
Utensílios	516
Mobiliário em geral	1.779
Edifícios	0
Instalações	0
Obras em andamento	35
Outros bens imóveis	0
Terreno	1
TOTAL	3.924

► Alienação de bens

Processos de baixa e doação	54
Processo de leilão	1
Processo de inutilização	4
Transferidos a outros órgãos	3
Entidades atendidas	87

■ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

■ RICARDO LENTZ

Diretor



1. ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

1.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

- a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7% da Receita Líquida Disponível - RLD;
- b - Receitas provenientes do Fundo de Reparcelamento da Justiça; e
- c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 13.095, de 9 de agosto de 2004, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2005, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art 26 ... considera-se como Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123, inciso V, da Constituição Estadual, exclusivamente para servir como base para definir os valores a serem incluídos no orçamento, o total das Receitas Correntes, deduzidos os valores provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de taxas que, por legislação específica, se vinculem a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, Cota-Parte do Salário-Educação , da Cota-Parte

da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos e das parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional."), mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar de Justiça e Serventuário de Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a fazenda estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta única) e 2 - Fundo de Reparcelamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados.

Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

No Orçamento do Fundo de Reparcelamento da Justiça, constam os recursos que serão

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, equipamento e reequipamento e

manutenção da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

ORÇAMENTO INICIAL

PROJETO / ATIVIDADE	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	23.761.450,00	4,90%
Administração de Recursos Humanos (1)	346.203.873,00	71,46%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	32.040.463,00	6,61%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.106.100,00	3,94%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	8.759.512,00	1,81%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	4.000.000,00	0,83%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	400.000,00	0,08%
Construções de Fóruns (4)	7.089.688,00	1,46%
Ampliações de Fóruns (4)	1.130.000,00	0,23%
Reformas de Fóruns (4)	3.206.250,00	0,66%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	11.164.550,00	2,30%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	13.728.692,00	2,83%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	9.509.650,00	1,96%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	2.114.658,00	0,44%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (5)	300.000,00	0,06%
Construção do Juizado Especial de Ituporanga (5)	195.000,00	0,04%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.752.000,00	0,36%
TOTAL	484.461.886,00	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao PJ. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.2 ORÇAMENTO FINAL

Na execução orçamentária de 2005, o orçamento total do Poder Judiciário foi suplementado em **R\$ 106.811.854,22** e

anulado em **R\$ 68.539.627,98**, conforme Demonstrativo das Alterações Orçamentárias abaixo, apresentando em 31/12/2005, o total de créditos orçamentários na ordem de **R\$ 522.734.112,24**, a seguir especificado:

ORÇAMENTO FINAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	22.941.450,00	4,39%
Administração de Recursos Humanos (1)	377.435.724,48	72,20%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	6.470.483,54	1,24%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.106.100,00	3,66%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	22.493.522,20	4,30%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	3.913.000,00	0,75%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	3.150.000,00	0,60%
Construções de Fóruns (4)	7.628.188,00	1,46%
Ampliações de Fóruns (4)	1.295.500,00	0,25%
Reformas de Fóruns (4)	3.574.750,00	0,68%
Aquisição de Imóvel p/ Fórum de Joinville (1)	440.000,00	0,08%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	10.232.050,00	1,96%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	14.321.650,00	2,74%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	4.250.482,02	0,81%
Coord.e Manut. das Ações de Informática - (5)	16.021.692,00	3,06%
Construções de Casas da Cidadania e Cabeamento Estruturado(5)	2.664.520,00	0,51%
Aquisição/Reforma de Imóvel para Unid. Jurisdicionais e Academia Judicial (5)	6.795.000,00	1,30%
TOTAL	522.734.112,24	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

1.3 DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

1 - Orçamento Inicial	484.461.886,00
2 - Suplementações	106.811.854,22
2.1 - Excesso Arrecad. da RLD (7%)	32.800.000,00
2.2 - Superávit Financ. Conta Única	16.453.344,02
2.3 - Superávit Financ. FRJ	15.387.010,20
2.4 - Excesso Arrecadação do FRJ - 2005	1.150.000,00
2.5 - Anulações de dotações - FRJ	8.289.000,00
2.6 - Anulações de dotações - 7% RLD	20.930.000,00
2.7 - Anulações de dotações Precatórios	5.000.000,00
2.8 - Anulações de dotações - Conta Única	6.362.500,00
2.9 - Outras anulações TJ	440.000,00
3 - Anulações	68.539.627,98
3.1 - Anulações de dotações - FRJ	8.289.000,00
3.2 - Anulações de dotações - 7% RLD	20.930.000,00
3.3 - Anulações de dotações Precatórios	5.000.000,00
3.4 - Anulações de dotações - Conta Única	6.362.500,00
3.5 - Outras anulações TJ	440.000,00
3.6 - Anulações Poder Executivo	27.518.127,98
4 - Orçamento Final	522.734.112,24

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.4 DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2005, foi de **R\$ 507.187.240,38** (97%), abaixo discriminada:

DESPESA EMPENHADA TOTAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) (Anexo 4)	22.145.150,65	4,37%
Administração de Recursos Humanos (1) (Anexo 5)	377.305.628,27	74,39%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	4.434.070,57	0,87%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	18.314.290,00	3,61%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	20.717.287,96	4,08%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	3.911.780,90	0,77%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	2.084.065,61	0,41%
Construções de Fóruns (4)	5.437.180,75	1,07%
Ampliações de Fóruns (4)	1.189.391,48	0,23%
Reformas de Fóruns (4)	2.523.865,52	0,50%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	8.695.718,25	1,71%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (5)	15.090.987,62	2,98%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	13.743.121,16	2,71%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	3.960.768,17	0,78%
Aquisição/Reforma de Imóvel para Unid. Jurisdicionais e Academia Judicial (5)	5.863.355,22	1,16%
Aquisição Imóvel para o Fórum de Joinville (1)	428.000,00	0,08%
Construções de Casas da Cidadania e cabeamento Estruturado(5)	1.342.578,25	0,26%
TOTAL	507.187.240,38	100,00%

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P. J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.5 SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	796.299,35	5,12%
Administração de Recursos Humanos (1)	130.096,21	0,84%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	2.036.412,97	13,10%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	791.810,00	5,09%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	1.776.234,24	11,43%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	1.219,10	0,01%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe (4)	1.065.934,39	6,86%
Construções de Fóruns (4)	2.191.007,25	14,09%
Ampliações de Fóruns (4)	106.108,52	0,68%
Reformas de Fóruns (4)	1.050.884,48	6,76%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça (4)	1.536.331,75	9,88%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (5)	930.704,38	5,99%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	578.528,84	3,72%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	289.713,85	1,86%
Aquisição/Reforma de Imóvel para Unid. Jurisdicionais e Academia Judicial (5)	931.644,78	5,99%
Aquisição Imóvel para o Fórum de Joinville (1)	12.000,00	0,08%
Construções de Casas da Cidadania e cabeamento Estruturado (5)	1.321.941,75	8,50%
TOTAL	15.546.871,86	100,00%

(1) 7,00% fixados na L.D.O.

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2. ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2.1 RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - 2005

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD,

durante o exercício de 2005, foi de aproximadamente **R\$ 5.480.454.050,10**.

A RLD arrecadada em 2005, em valores históricos, apresentou crescimento de 13,34% em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrado abaixo:

► RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL (R\$)

MÊS	RLD
JAN	481.516.924,18
FEV	424.219.756,38
MAR	432.890.007,65
ABR	443.635.730,93
MAI	444.166.243,31
JUN	435.248.547,44
JUL	482.999.007,04
AGO	452.867.497,55
SET	461.323.009,64
OUT	466.772.406,56
NOV	438.289.764,58
DEZ (1)	516.525.154,84
TOTAL	5.480.454.050,10
MÉDIA	456.704.504,18

(1) Valor estimado (média dezembro dos anos de 2002, 2003 e 2004).

2.2 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de 7% da Receita Líquida Disponível - RLD, dos

recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em **R\$ 448.711.886,00**, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	23.761.450,00	5,30%
Administração de Recursos Humanos (1)	346.203.873,00	77,16%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	32.040.463,00	7,14%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.106.100,00	4,26%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (4)	13.728.692,00	3,06%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	9.509.650,00	2,12%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	2.114.658,00	0,47%
Cabeamento Estruturado do Tribunal de Justiça (4)	300.000,00	0,07%
Construção do Juizado Especial de Ituporanga (4)	195.000,00	0,04%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.752.000,00	0,39%
TOTAL	448.711.886,00	100,00%

(1) 7,00% fixados na LDO

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao PJ. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro do Estado

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.3 ORÇAMENTO FINAL

O orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, no exercício de 2005, foi suplementado em **R\$ 81.985.844,02** e

anulado em **R\$ 60.250.627,98**, apresentando no final do exercício, o montante dos créditos orçamentários de **R\$ 470.447.102,04**, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO FINAL

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	22.941.450,00	4,88%
Administração de Recursos Humanos (1)	377.435.724,48	80,23%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	6.470.483,54	1,38%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	19.106.100,00	4,06%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (4)	16.021.692,00	3,41%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	14.321.650,00	3,04%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	4.250.482,02	0,90%
Construções de Casas da Cidadania e Cabeamento Estruturado (4)	2.664.520,00	0,57%
Aquisição Imóvel para o Fórum de Joinville (1)	440.000,00	0,09%
Aquisição/Reforma de Imóvel para Unid. Jurisdicionais e Academia Jud. (4)	6.795.000,00	1,44%
TOTAL	470.447.102,04	100,00%

(1) 7,00% fixados na LDO

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao PJ. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro do Estado

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.4 DESPESA EMPENHADA

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	22.145.150,65	4,79%
Administração de Recursos Humanos (1)	377.305.628,27	81,56%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	4.434.070,57	0,96%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	18.314.290,00	3,96%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (4)	15.090.987,62	3,26%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	13.743.121,16	2,97%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	3.960.768,17	0,86%
Aquisição/Reforma de Imóvel para Unid. Jurisdicionais e Academia Jud. (4)	5.863.355,22	1,27%
Aquisição Imóvel para o Fórum de Joinville (1)	428.000,00	0,09%
Construções de Casas da Cidadania e cabeamento Estruturado (4)	1.342.578,25	0,29%
TOTAL	462.627.949,91	100,00%

(1) 7,00% fixados na LDO

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro do Estado

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.5 SALDO ORÇAMENTÁRIO

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	796.299,35	10,18%
Administração de Recursos Humanos (1)	130.096,21	1,66%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	2.036.412,97	26,04%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	791.810,00	10,13%
Manut., Serv. e Equipamentos de Informática (4)	930.704,38	11,90%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	578.528,84	7,40%
Capacitação e Aperfeiçoamento (4)	289.713,85	3,71%
Aquisição/Reforma de Imóvel para Unid. Jurisdicionais e Academia Jud. (4)	931.644,78	11,91%
Aquisição Imóvel para o Fórum de Joinville (1)	12.000,00	0,15%
Construções de Casas da Cidadania e cabeamento Estruturado (4)	1.321.941,75	16,91%
TOTAL	7.819.152,13	100,00%

(1) 7,00% fixados na L.D.O.

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Inativos transferidos ao P.J. através da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.6 RENDIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11.644/2000. A escolha da instituição financeira que administra o Fundo de Investimento do Judiciário foi realizada mediante processo licitatório, tendo como vencedor do certame o Banco do Estado de Santa Catarina S/A -

BESC, que ofereceu a menor taxa de administração, ou seja, 1,187% ao mês, incidindo sobre a diferença dos rendimentos do Fundo de Investimento (SELIC) e das Subcontas (TR + 0,5% juros). O patrimônio líquido do Fundo de Investimento registrou, em 31/12/2005, saldo de **R\$ 487.861.401,09**, apresentando crescimento de 20,30% no exercício de 2005. No ano de 2005, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou os seguintes rendimentos:

▶ CONTA ÚNICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2005	487.861.401,09
1 - Rendimento do Fundo de investimento	70.782.519,15
2 - Rendimento das subcontas (TR+0,5%)	39.089.190,19
3 - Rendimento da Conta Única (1-2)	31.693.328,96

2.7 PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2005 não foram pagos por falta de repasse dos recursos financeiros por parte da Secretaria de Estado da Fazenda, apesar do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em 31/12/2005, o saldo de precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a

fazenda estadual, considerando a administração direta e indireta, atualizados até 01/12/2004, apresentava o montante de **R\$ 284.858.535,73**, sendo:

R\$ 167.710.965,49 - Poder Executivo (1999/2005);

R\$ 91.490.383,14 - IPESC (2002/2005);

R\$ 5.367.233,97 - DEINFRA (1999/2005);

R\$ 108.338,93 - FATMA (2002 e 2005); e

R\$ 181.614,20 - Porto de São Francisco (2005).

2.8 SALDO FINANCEIRO

No ano de 2005 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R\$ 381.967.342,46 e, referente à participação no Fundo Social, a quantia de R\$ 8.026.825,92, totalizando R\$ 389.994.168,38. Por conta dos repasses supramencionados, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R\$ 8.217.963,81. Em 31/12/2005, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R\$ 11.690.599,49. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 11.669.418,10 referentes às obrigações (precatórios movidos contra prefeituras, consignações, restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 21.181,39 (superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram disponibilidades, em 31/12/2005, no montante de R\$ 22.046.455,83. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 8.157.838,53 (restos a pagar de 2005), apresentando assim, superávit financeiro na ordem de **R\$ 13.888.617,30**.

3. ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ - 2005

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2005, foram estimadas em **R\$ 35.750.000,00**.

As receitas arrecadadas do FRJ, no ano de 2005, totalizaram **R\$ 40.958.159,85**, assim discriminadas:

RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	% REC. ARRECADADA
Custas Judiciais	21.000.000,00	24.953.527,64	60,92%
Custas Extrajudiciais	3.500.000,00	4.276.860,82	10,44%
Taxa Judiciária	1.050.000,00	907.848,16	2,22%
Rendim. Aplic. Financ.	1.650.000,00	4.656.524,03	11,37%
Selo de Fiscalização	4.000.000,00	5.246.637,99	12,81%
Receitas Diversas	4.550.000,00	916.761,21	2,24%
TOTAL	35.750.000,00	40.958.159,85	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.2 ORÇAMENTO INICIAL - FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	8.759.512,00	24,50%
Coordenação do Selo de Fiscalização	4.000.000,00	11,19%
Apoio Financ. Associações e Entidades de Classe	400.000,00	1,12%
Construção de Fóruns	7.089.688,00	19,83%
Reforma de Fóruns	3.206.250,00	8,97%
Ampliações de Fóruns	1.130.000,00	3,16%
Ampliação do Palácio da Justiça	11.164.550,00	31,23%
TOTAL	35.750.000,00	100,00%

3.3 ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Durante o exercício de 2005, as dotações orçamentárias do Fundo de Reparelhamento da Justiça foram suplementadas em R\$ 24.826.010,20, sendo, R\$ 15.387.010,20 referente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2004, R\$

8.289.000,00 proveniente de anulações de outras dotações orçamentárias e R\$ 1.150.000,00 relativos ao excesso de arrecadação apurado no exercício de 2005. Desse modo, os créditos orçamentários totalizaram **R\$ 52.287.010,20**, abaixo especificados:

ORÇAMENTO FINAL - FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	22.493.522,20	43,02%
Coordenação Selo de Fiscalização	3.913.000,00	7,48%
Apoio Financ. Assoc. e Entid. de Classe	3.150.000,00	6,02%
Construções de Fóruns (anexo 1)	7.628.188,00	14,59%
Reformas de Fóruns (anexo 2)	3.574.750,00	6,84%
Ampliações de Fóruns (anexo 3)	1.295.500,00	2,48%
Ampliação e Reforma do Palácio da Justiça	10.232.050,00	19,57%
TOTAL	52.287.010,20	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.4 DESPESA EMPENHADA - FRJ

Os recursos do FRJ são destinados para custear as ações desenvolvidas pela Justiça e pelo Ministério Público, principalmente na modernização, equipamento e reequipamento (aquisição de mobiliário, máquinas,

equipamentos, materiais permanentes diversos, etc.), informatização, construções, ampliações e reformas de prédios e conservação e manutenção das unidades judiciárias. A despesa empenhada no exercício de 2005 foi de **R\$ 44.559.290,47** (85%) aplicada nos seguintes projetos/atividades:

DESPESA EMPENHADA FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	20.717.287,96	46,49%
Coordenação do Selo de Fiscalização	3.911.780,90	8,78%
Apoio Financ. Associações e Entidades de Classe	2.084.065,61	4,68%
Construções de Fóruns	5.437.180,75	12,20%
Reformas de Fóruns	2.523.865,52	5,66%
Ampliações de Fóruns	1.189.391,48	2,67%
Ampliação do Palácio da Justiça	8.695.718,25	19,51%
TOTAL	44.559.290,47	100,00%

3.5 SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

ATIVIDADE / PROJETO	VALOR (R\$)	%
Manutenção Serv. Administrativos Gerais	1.776.234,24	22,99%
Coordenação do Selo de Fiscalização	1.219,10	0,02%
Apoio Financ. Associações e Entidades de Classe	1.065.934,39	13,79%
Construções de Fóruns	2.191.007,25	28,35%
Reformas de Fóruns	1.050.884,48	13,60%
Ampliações de Fóruns	106.108,52	1,37%
Ampliação do Palácio da Justiça	1.536.331,75	19,88%
TOTAL	7.727.719,73	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO DE 2005

O § 2º do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64, dispõe o seguinte: "Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ...". Dessa forma, em 31/12/2005, o saldo disponível do FRJ apresentava o valor de R\$ 28.795.520,14 e as obrigações R\$ 14.389.923,77, gerando assim, superávit financeiro na importância de **R\$ 14.405.596,37**. Esse valor poderá ser utilizado para abertura de créditos orçamentários suplementares no exercício financeiro de 2006, conforme estabelece o art. 43, § 1º, I e art. 73 do diploma legal supramencionado.

4. PLANO PLURIANUAL 2004/2007

Cabe esclarecer que o inciso III do § 1º do artigo 165 da Constituição Federal e na sua esteira o § 1º do artigo 120 da Constituição Estadual, dispõem que "A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

Esta ferramenta da administração pública

consiste na técnica de estimar a receita e fixar a despesa e tem por finalidade precípua a de propiciar ao administrador a possibilidade de efetuar o planejamento das suas ações num horizonte mais amplo, objetivando a maximização dos recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) com o menor custo possível, exercendo o gerenciamento das diretrizes preestabelecidas, e, ao final da sua execução, avaliar a consecução de seus objetivos, através da mensuração dos resultados alcançados.

Todas as ações desenvolvidas no ano de 2005, como aquelas que serão executadas no exercício financeiro de 2006, estão contempladas no Plano Plurianual 2004/2007, conforme estabelece o § 1º do art. 167 da Constituição Federal, abaixo transcrito:

"Art. 167 - São vedados:

(...) § 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade."

O valor atualizado do PPA 2004/2007, considerando as alterações ocorridas até 31/12/2005, é de aproximadamente **R\$ 1.887.303.412,00**, sendo empenhado no biênio 2004/2005 o montante de **R\$ 907.217.777,76**, restando de saldo a quantia de **R\$ 980.085.634,24**, conforme quadro a seguir:

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

▶ PLANO PLURIANUAL 2004/2007 (R\$)

FONTE DE RECURSOS	VALOR PPA 2004/2007	EMPENHADO 2004/2005	SALDO
Tribunal de Justiça	1.584.465.000,00	766.580.971,34	817.884.028,66
Sistema Financeiro de Conta Única	159.868.412,00	68.330.905,03	91.537.506,97
Fundo de Reparelhamento da Justiça	142.970.000,00	72.305.901,39	70.664.098,61
TOTAL	1.887.303.412,00	907.217.777,76	980.085.634,24

5. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2005

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) impõe ao Poder Judiciário o limite de 6% para a despesa total com pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida - RCL.

No que tange ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), disciplinado no artigo 54 e 55 da LC 101/2000, referente ao 2º quadrimestre de 2005, o gasto com pessoal do Poder Judiciário foi de **R\$ 256.864.270,00** (4,23%), conforme quadro abaixo:

▶ PLANO PLURIANUAL 2004/2007

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	256.864.270,00
Pessoal Ativo	229.472.690,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	80.726.710,00
(-) Despesas não Computadas (art.19, § 1º da LRF)	53.335.130,00
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-
Despesas de Exercícios Anteriores	30.715.210,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ¹	22.619.920,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL	
DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art.18, § 1º da LRF) (II)	1.553.620,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)²	9.925.320,00
Contribuições Patronais	9.925.320,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I+II+III)	268.343.210,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)³	6.345.140.370,00
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL = {(IV/V)*100}	4,23%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,0%	380.708.420,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70%	361.673.000,00

Fonte: Anexo TC - 008, SEF, Resumo Folha Pagamento DRH/TJ.

¹Valor referente ao somatório da Contribuição Previdenciária dos servidores ativos e inativos e Obrigações Patronais.

²Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

³RCL com base em dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEF.

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ **ANEXOS** ▶



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

▶ ANEXO 1

CONSTRUÇÃO DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)	
	FINAL	DESPEZA EMPENHADA
Conclusão Fórum de Xaxim	250.000,00	-
Conclusão Fórum de Descanso	50.000,00	-
Conclusão Fórum de Joinville	70.000,00	-
Conclusão Fórum de Criciúma	200.000,00	-
Conclusão Fórum de Correia Pinto	100.000,00	-
Construção Fórum de Itapema	1.215.560,00	1.215.560,00
Construção Fórum de Concórdia	3.777.000,00	3.484.274,63
Construção Fórum de Porto Belo	800.000,00	728.079,00
Construção Fórum de Camboriú	115.628,00	9.267,12
Construção Fórum de Lauro Müller	350.000,00	-
Construção Fórum de Balneário Camboriú	500.000,00	-
Conclusão Fórum de Itajaí	200.000,00	-
TOTAL	7.628.188,00	5.437.180,75

▶ ANEXO 2

REFORMA DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)	
	FINAL	DESPEZA EMPENHADA
Santa Cecília	70.000,00	-
Sombrio	70.000,00	14.917,11
Blumenau	300.000,00	-
Chapecó	80.000,00	-
Brusque	273.750,00	78.253,33
Capital	1.056.500,00	1.056.499,99
Joaçaba	350.000,00	-
Laguna	1.374.500,00	1.374.195,09
TOTAL	3.574.750,00	2.523.865,52

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

▶ ANEXO 3

AMPLIAÇÃO DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)	
	FINAL	DESPEZA EMPENHADA
Araranguá	1.180.500,00	1.180.124,36
Piçarras	115.000,00	9.267,12
TOTAL	1.295.500,00	1.189.391,48

▶ ANEXO 4

DESPEAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO	VALOR (R\$)	%
Diárias	1.221.000,00	0,35%
Materiais de Consumo	5.209.749,45	1,50%
Passagens e Despesas com Locomoção	204.809,87	0,06%
Serviços de Terceiros Pessoa Física	65.499,95	0,02%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	14.602.157,93	4,22%
Obrigações Tributárias e Contributivas	10.924,39	0,00%
Despesas de Exercícios Anteriores	68.922,66	0,02%
Equipamentos e Materiais Permanentes	762.086,40	0,22%
TOTAL	22.145.150,65	6,40%

▶ ANEXO 5

DESPEZA EMPENHADA COM PESSOAL	VALOR (R\$)	%
Vencimento e Vantagens Fixas	197.567.349,69	52,36%
Aposentadorias	59.295.717,92	15,72%
Salário Família	40.591,76	0,01%
Obrigações Patronais	24.888.462,97	6,60%
Outras Despesas Variáveis (substituição)	7.256.925,87	1,92%
Outras Despesas com Pessoal Terceirizado	889.288,80	0,24%
Despesas de Exercíc. Anteriores - pessoal	51.932.149,41	13,76%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	28.953,75	0,01%
Outros Benefícios Assistenciais (Auxílio Creche)	1.163.821,40	0,31%
Serviços de Terceiros Pessoa Física	1.376.412,37	0,36%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	321.670,88	0,09%
Auxílio alimentação	31.804.717,09	8,43%
Indenizações e Restituições	739.566,36	0,20%
TOTAL	377.305.628,27	100,00%



► RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2005 - TJSC

Produção: Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas

Design Gráfico: Valmor Fritsche - valmor.design@uol.com.br

Impressão e acabamento: Divisão de Artes Gráficas do TJSC

Tiragem: 350 exemplares

TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC

CEP 88020-901 - tel.: (48) 3221.1000 fax: (48) 3221.1200

tjmail@tj.sc.gov.br www.tj.sc.gov.br

 **gráficatjsc** Florianópolis, janeiro de 2006.

O conteúdo integral deste relatório está disponível também na Internet: acesse www.tj.sc.gov.br
